

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**MÔNICA EUZÉBIO DA COSTA**

**OS JORNAIS CATÓLICOS E SUAS REPRESENTAÇÕES: UM ESTUDO  
SOBRE GÊNERO, DIVÓRCIO E FAMÍLIA EM JUIZ DE FORA/MG  
(1930-1945)**

**MARIANA**

**2018**

MÔNICA EUZÉBIO DA COSTA

OS JORNAIS CATÓLICOS E SUAS REPRESENTAÇÕES: UM ESTUDO SOBRE GÊNERO, DIVÓRCIO E FAMÍLIA EM JUIZ DE FORA/MG (1930-1945)

Trabalho apresentado ao Programa de Pós – graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, no Instituto de Ciências Humanas e Sociais, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: Poder e linguagens.

Linha de pesquisa: Poder, linguagens e instituições

Orientador: Prof. Dr. Jefferson José Queler

Mariana

Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFOP

2018

C837j Costa, Mônica Euzébio da .

Os jornais católicos e suas representações [manuscrito]: um estudo sobre gênero, divórcio, e família em Juiz de Fora/MG (1930-1945) / Mônica Euzébio da Costa. - 2018.

150f.: il.: tabs.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson José Queler.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós- Graduação em História.

Área de Concentração: História.

1. Divórcio. 2. Imprensa. 3. Família. 4. Gênero. 5. Igreja Católica. I. Queler, Jefferson José. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 2-454

Catálogo: [www.sisbin.ufop.br](http://www.sisbin.ufop.br)



Mônica Euzébio da Costa

“Os jornais católicos e suas representações: um estudo sobre gênero, divórcio e família em Juiz de fora/ MG (1930-1945)”

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

  
**Prof. Dr. Jefferson José Queler**

Departamento de História/UFOP

  
**Prof. Dr. Mateus Fávaro Reis**

Departamento de História/ UFOP

  
**Profa. Dra. Daniela Magalhães da Silveira**

Departamento de História/ UFU

Dedico este trabalho aos meus amados pais Maria Heloísa e Sebastião.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me proporcionado essa oportunidade. Sem fé e sem muito foco não seria possível a realização desse trabalho.

Agradeço a meus pais, Maria Heloísa e Sebastião, pelo incentivo de sempre, por acreditarem e terem muito orgulho de mim. Também agradeço pelo carinho e compreensão, por momentos que nem sempre eu podia participar de conversas por estar concentrada em meio à leitura de livros. Sem vocês, eu não conseguiria essa conquista. Muito obrigada por sempre incentivarem a continuidade de meus estudos.

Ao meu querido namorado Douglas que me acompanha nessa breve e, ao mesmo tempo, longa jornada do mestrado. Muito obrigada pelo incentivo, amor e compreensão.

À minha amiga Raquel, muitíssimo obrigada por me ajudar no início dessa jornada e sempre estar disposta a ouvir minhas dúvidas e me aconselhar. A todas as minhas outras amigas que participaram direta ou indiretamente dessa etapa, agradeço por sempre estarem comigo.

Ao meu orientador Jefferson, agradeço imensamente por sua generosidade, paciência e pelos ensinamentos que foram de suma importância para o melhoramento de minha formação.

Muito obrigada a todos que fizeram parte dessa conquista!

“A pessoa não nasce mulher, mas antes torna-se mulher. A  
feminilidade é uma construção social”.  
Simone de Beauvoir

## Resumo

O presente estudo tem por objetivo pensar as representações acerca da dissolução do matrimônio, de 1930 a 1945. Partindo das publicações dos jornais *O Lar Católico* e *O Lampadario* na cidade de Juiz de Fora, refletimos a respeito do divórcio e das representações forjadas para os gêneros. Além disso, tratamos de analisar de que maneira, em pleno regime republicano dito laico, a Igreja Católica se aproximou do poder temporal. Pesquisamos, então, como tal fato possibilitou que o pensamento católico, que distinguia, no núcleo familiar, o papel feminino do papel masculino, se difundisse no corpo social.

**Palavras-chave:** Imprensa. Divórcio. Família. Gênero. Igreja Católica.

## Abstract

This study aims to investigate the representations concerning the dissolution of marriage from 1930 to 1945. From the publications of the newspapers *O Lar Católico* and *O Lampadario* in the city of Juiz de Fora, we reflect on divorce and forged representations of genders. In addition, we attempt to analyze how the Catholic Church exercised temporal power in the so-called secular republican regime. Therefore we explore how such event has enabled Catholic thought distinguishing men and women's roles in the family environment to disseminate within society.

**Keywords:** Press. Divorce. Family. Genre. Catholic Church.



## LISTA DE ILUSTRAÇÃO



Imagem extraída do jornal *O Lar Católico*, 22 de fev. 1942. Ano XXX. N° 8, P.88.

Figura  
p.49

1

## LISTA DE TABELA

<b>N° de processos de desquite pesquisados</b>	<b>Desquite por mútuo consentimento</b>	<b>Desquite pedido pelas esposas</b>	<b>Desquite pedido pelos esposos</b>	<b>Motivos</b>	<b>N° de processos</b>
77	41	21	15	Adultério	16
				Abandono do lar	14
				Maus tratos	10
				Injúria	4

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora/ Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Tabela de processos de desquite  
p.75

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1. A IMPRENSA NO BRASIL E SUA HISTORICIDADE: UMA FUNÇÃO POLÍTICA, RELIGIOSA E CULTURAL.....</b>	<b>20</b>
1.1 Os jornais como fontes históricas: os primórdios da imprensa brasileira.....	20
1.2 A cidade em construção: a formação dos primeiros periódicos em Juiz de Fora.....	28
1.3 A Imprensa Católica no Brasil: uma normatização das relações sociais.....	33
1.4 A “boa” imprensa juiz-forana: <i>O Lar Católico</i> e <i>O Lampadario</i> .....	36
1.5 Introdução à questão do divórcio e suas relações de poder entre os gêneros: um debate nos periódicos católicos.....	44
<b>CAPÍTULO 2. A IGREJA CATÓLICA E SEU DISCURSO SOBRE O CA- SAMENTO E O DIVÓRCIO.....</b>	<b>52</b>
2.1 O casamento: um sacramento perante o clero.....	52
2.2 Matrimônio indissolúvel: a Igreja Católica no seu embate contra o divórcio no Brasil.....	58
2.3 O divórcio: uma mal a ser combatido? O discurso da Igreja Católica sobre a dissolução matrimonial e sua efetiva representação nos processos de desquite em Juiz de Fora.....	65
<b>CAPÍTULO 3. GETÚLIO VARGAS E A IGREJA CATÓLICA: UMA ALI- ANÇA IMPLÍCITA.....</b>	<b>83</b>

3.1 A Restauração Católica no Brasil: o processo de recristianização da sociedade .....	8
3.2 Os reflexos da Restauração Católica em Juiz de Fora .....	91
3.3 A aproximação entre poder temporal e poder espiritual nos anos 30: uma relação de mútua cooperação.....	97
3.4 Dom Justino e Getúlio Vargas: a relação entre Igreja e Estado em Juiz de Fora a partir da análise dos periódicos <i>O Lar Católico</i> e <i>O Lampadario</i> .....	108
<b>CAPÍTULO 4. RAINHA DO LAR? AS REPRESENTAÇÕES ACERCA DAS MULHERES NOS PERIÓDICOS CATÓLICOS.....</b>	<b>115</b>
4.1 A família burguesa: a valorização da maternidade, da infância e a crítica ao trabalho feminino fora do lar.....	115
4.2 A Igreja Católica e suas doutrinas: as mulheres entre o casamento e a possibilidade do divórcio.....	130
4.3 Os jornais católicos e suas críticas à emancipação feminina.....	137
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>146</b>
<b>REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS.....</b>	<b>149</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>150</b>

## INTRODUÇÃO

A partir da análise do discurso da Igreja Católica nos jornais *O Lar Católico*<sup>1</sup> e *O Lampadario*, a presente pesquisa tem por finalidade analisar as representações<sup>2</sup> que são forjadas para os gêneros, no período que vai de 1930 a 1945, na cidade de Juiz de Fora/MG. Para tanto, os periódicos foram uma das principais fontes, além dos processos de desquite da época.

Partindo, então, da leitura dos jornais religiosos, o foco do estudo se concentra em destacar artigos que tem por temática o divórcio, a família e o papel das mulheres para podermos analisar, assim, as representações que são tecidas a partir da fala dos prelados.

Outro foco do trabalho é verificar a reaproximação do poder espiritual do poder temporal, porque a relação de mútua cooperação entre ambos é de suma importância para podermos compreender como o clero conseguiu difundir seus princípios normativos em um país republicano, dito laico. Nos periódicos católicos, também coletamos artigos nos quais podemos visualizar essa relação de cumplicidade entre o Estado e a Igreja.

A escolha do tema, para um historiador, envolve muitas questões, como, por exemplo, algum acontecimento que desencadeia a ideia para o início da pesquisa. O conteúdo de um trabalho sempre está revestido de uma história. De modo que minha vida acadêmica se iniciou no ano de 2010, quando ingressei no curso de história, no Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. O primeiro ano de faculdade foi revestido por muitas novidades e também foi o começo de meu interesse pela pesquisa histórica.

---

<sup>1</sup> O jornal *O Lar Católico* até o ano de 1939 era escrito, *O Lar Catholico*, com “h”, após essa data, começou a ser escrito sem o “h”. Ao longo da pesquisa adotamos seu último nome- *O Lar Católico*.

<sup>2</sup> No presente trabalho, utilizaremos o conceito de representação formulado pelo historiador Roger

No mesmo ano, fiz uma viagem para Aparecida do Norte (São Paulo) e a partir desse passeio comecei a me interessar por questões como o divórcio e gênero. É bom lembrar que naquele período tínhamos eleições presidenciais, nas quais Dilma Rousseff era candidata. Dentro desse contexto, fui a uma missa que, até então, para mim sempre foi uma cerimônia somente de cunho religioso. A partir dessa celebração em especial, entretanto, comecei a perceber que, para além de ser uma missa, também era um lugar de construções simbólicas.

Nessa celebração, em meio à homilia, o padre nos alertou sobre o ano de eleições e que deveríamos pensar muito bem em nosso voto, pois o mesmo iria decidir os rumos de nossa sociedade. Nessa fala, o religioso nos fez um alerta com relação à candidata Dilma Rousseff: “uma mulher que não conseguiu segurar seu próprio casamento, poderá dar conta de um país? Pensem nisso”. A questão que envolvia a fala do padre era o fato de a candidata ser divorciada e, conseqüentemente, representar uma versão de mulher que não preza pela família.

A partir desse momento, fiquei muito intrigada e me lembro de questionar se eu estava realmente em uma missa ou em uma campanha política. De modo que comecei a refletir qual, afinal, seria o propósito de um padre católico com esse discurso. Por que uma mulher que fosse divorciada não teria condições de ser presidente? Assim, acredito que a celebração foi o marco para meu interesse pela temática que norteou as reflexões desse trabalho.

Já no ano de 2011, comecei um projeto de iniciação científica em que o objetivo era analisar jornais da cidade de Juiz de Fora para entender a relação de proximidade do poder espiritual com o poder temporal no centenário do município, em 1950. A partir desse momento, pude estabelecer maior aproximação com fontes de pesquisa e entender como funcionava todo o processo de análise. Foi um momento de suma importância para minha formação quando, mais uma vez, me questionava sobre o papel da Igreja Católica agindo sobre a sociedade.

Passado algum tempo, já formada, resolvi fazer desses meus questionamentos um objeto de estudo. Passei a observar, mais atentamente, a importância de compreendermos como temos relações de poder entre os gêneros, como as mesmas são construídas socialmente e culturalmente por diversos agentes, como a Igreja Católica, por exemplo. Resolvi, então, fazer um projeto que pudesse abarcar

essas questões. No ano de 2016, pois, ingressei no mestrado da Universidade Federal de Ouro Preto.

Na análise das construções sociais e culturais que são constituídas simbolicamente para os gêneros, a partir de vários discursos, sobretudo o da Igreja Católica, surgiram-me os seguintes questionamentos: a Igreja Católica é uma instituição veementemente contra a dissolução matrimonial, mas em que medida esse discurso era aceito pela sociedade? As pessoas se divorciavam ou não?

Para o poder eclesiástico, as mulheres tinham um papel fundamental para a permanência do vínculo conjugal. Portanto, identificavam que o espaço de atuação delas deveria ser o ambiente privado do lar, no qual exerceriam suas principais funções. De acordo com esse pensamento, a função da mulher era a de ser mãe e esposa, atividades consideradas “naturais”.

As questões, então, foram ganhando vários contornos: em que medida o discurso católico cabia para todas as mulheres? Essa construção social e cultural do dever ser mulher cabia a todas? E as mulheres que sempre trabalhavam? Como ficavam a partir desse discurso?

Por fim, outro questionamento permeou parte significativa dessa pesquisa: em pleno regime republicano, dito laico, a Igreja Católica continuou a professar um discurso de normatização social. Assim, em que medida a Igreja participou no regime republicano? Quais os reais motivos que nortearam a relação de mútua cooperação entre o poder espiritual e o poder temporal?

A partir de tais questionamentos, trabalhei com algumas hipóteses. Primeiramente: os periódicos da Igreja Católica se constituíam como instrumentos utilizados para tentar difundir a divisão entre os gêneros. Em segundo: a relação de mútua cooperação entre Estado e Igreja se dava pelo fato de ambos terem objetivos em comum, bem como o controle moral da sociedade. Dessa maneira, o objetivo do trabalho foi identificar em que medida esse discurso dos jornais estava em consonância com a realidade do corpo social. Além disso, analisar como essas regras normativas para os gêneros foram colocadas em pleno regime republicano.

O período analisado, nesse trabalho, se concentra em uma época na qual as mulheres vão ter mais oportunidade de emancipação. O Brasil passava por um

processo de industrialização e urbanização, o que dava mais espaço para a atuação feminina. Contudo, a Igreja Católica, através de seus periódicos, reforçou suas doutrinas normativas. Dentre elas, a ideia de que a permanência das mulheres em seus respectivos lares era de suma importância para a ordem familiar. Assim, o trabalho feminino fora do ambiente doméstico era considerado desmoralizante.

Segundo os preceitos da Igreja, a saída das mulheres para o espaço público estava diretamente atrelada à dissolução matrimonial. À medida que as mulheres não mais fossem dependentes financeiramente de seus maridos, não mais estariam presas ao casamento. Como o matrimônio era considerado um sacramento e não passível de dissolução, o poder eclesiástico fez de tudo para manter a mulher como a “rainha do lar”.

Na década de 1930, o debate em torno do divórcio vinha ganhando mais força dentro do Brasil e, já que as mulheres começaram a ter mais oportunidade de trabalho fora do ambiente doméstico, à questão da dissolução matrimonial ainda estava em pauta. A solução para essa questão ainda estava longe de ser alcançada, visto que a hierarquia eclesiástica sempre entrou nesse debate como uma instituição muito crítica e contrária ao desquite.

Assim, a Igreja, observando as mudanças que os ventos da modernidade traziam, reforçou a importância do casamento. A família sempre foi considerada uma instituição muito importante, de maneira tal que a ordem social estava condicionada ao fato de as famílias manterem os costumes e as tradições difundidas pela Igreja, dentre as quais o casamento.

As pesquisadoras Rachel Soihet, Michelle Perrot, Margareth Rago e Joan Scott foram de suma importância para a construção da pesquisa, para podermos discutir sobre as representações para as mulheres em nossa sociedade.

A História das Mulheres está associada ao movimento feminista dos anos 60, no qual as ativistas reivindicavam uma história que tivesse a voz das mulheres e também que fossem discutidas as diferenças em nossa sociedade de acordo com o sexo, ou seja, as construções sociais.

O conceito de gênero foi utilizado em nosso estudo como uma categoria de análise, partindo dos pressupostos de Joan Scott. De modo que deve ser tido como



uma categoria de análise, pois esse pressuposto amplia o foco da história feminina, se baseando nos relacionamentos entre macho e fêmea. O gênero é percebido, então, como um processo que estabelece as diferenças geradas entre raça, classe, etnia, sexualidade.<sup>3</sup>

Rachel Soihet identifica que o conceito de gênero tem sido o termo utilizado, desde a década de 1970, para se tratar da questão da diferença sexual. Para a autora, o mesmo foi utilizado inicialmente pelas feministas americanas que queriam falar sobre as distinções sociais baseadas no sexo. Desse modo, o gênero se torna, inclusive, uma maneira de indicar as construções sociais.<sup>4</sup> Assim, o conceito de gênero pode ser compreendido como uma categoria que traz em si diversas representações, bem como os papéis forjados para homens e mulheres. O termo gênero, portanto, foi utilizado na pesquisa a fim de facilitar o entendimento das construções culturais e sociais na divisão de tarefas entre os sexos.

Para as pesquisadoras Rachel Soihet e Joana Maria Pedro, a partir do momento em que a tradição historiográfica dos Annales propunha ampliar a possibilidade de fontes e as abordagens históricas, as mulheres foram incorporadas à história.<sup>5</sup>

Ainda dentro do referencial teórico, temos autores como Pierre Bourdieu, Roger Chartier e Michel Foucault que também contribuíram sobremaneira para o enriquecimento da pesquisa. O primeiro contribuiu com sua perspectiva de violência simbólica, como nos revela: “[...] sempre vi na dominação masculina e no modelo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas [...]”.<sup>6</sup> Seu pensamento foi de suma importância para avaliarmos os discursos dominantes que, por vezes, como o próprio autor diz, são “naturalizados” em nossa sociedade.

---

<sup>3</sup> SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**. São Paulo: Editora Unesp, 1992, p. 88.

<sup>4</sup> SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**: Ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 404.

<sup>5</sup> PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das mulheres e das relações de gênero. **Revista brasileira de história**: São Paulo, 2007. v. 27, n° 54, p. 284-285.

<sup>6</sup> BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014, p.7.

Chartier, através do conceito de representação, também teve muita relevância para a pesquisa, porque, a partir de seus preceitos, foi possível compreendermos como nossa sociedade é baseada em uma hierarquia social, na qual são destinados papéis diferentes para homens e mulheres. O autor identifica que, “Inscrita nas práticas e nos fatos, organizando a realidade e o cotidiano, a diferença sexual (que é sujeição de umas e dominação de outros), é sempre construída pelo discurso que a funda e a legitima [...]”<sup>7</sup>.

Por fim, o francês Michel Foucault também foi extremamente relevante para as reflexões aqui abordadas, já que, partindo do seu pensamento singular, podemos compreender mais atentamente os discursos que permeavam o corpo social. Para o autor, os discursos são uma forma de poder.

[...] O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si.<sup>8</sup>

Logo, o trabalho é estruturado em quatro capítulos. No primeiro, refletimos a respeito da pesquisa histórica em jornais e como isso foi ganhando espaço na historiografia ao longo do tempo. Como nos diz Tânia de Lucca, “[...] De fato, os jornais e revistas não são no mais das vezes empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita [...]”<sup>9</sup> Esse capítulo é estruturado em cinco tópicos, no início, traçamos uma construção histórica sobre o surgimento da imprensa no Brasil. Em seguida, enfatizamos o surgimento de periódicos na cidade de Juiz de Fora até chegarmos

---

<sup>7</sup> CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. **Cadernos Pagu** (4). 1995, p. 43.

<sup>8</sup> FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. 13ªed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaió. São Paulo: Loyola. 2006, p.46.

<sup>9</sup> LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p.140.

aos jornais católicos que são o alvo da nossa pesquisa. Então, foi abordada a maneira pela qual a Igreja Católica se utilizava dos jornais para divulgação de ideias. Para tanto, analisamos os jornais *O Lar* e *O Lampadario* para compreendermos como eram estruturados os periódicos. Por fim, no último tópico, fazemos uma introdução sobre a questão do divórcio.

No segundo capítulo, refletimos mais atentamente a respeito da questão do divórcio. A princípio, fazendo uma construção historiográfica do pensamento da Igreja em torno do significado do casamento e dos motivos da impossibilidade de dissolução do mesmo. O capítulo foi estruturado em três tópicos, nos quais refletimos a respeito das razões de o casamento ser considerado um sacramento perante o clero. Em seguida, abordamos os embates do poder eclesiástico no Brasil sobre a possível promulgação do divórcio e, por fim, fazemos uma análise a partir dos jornais católicos escolhidos para a pesquisa, do que falavam acerca da possibilidade da dissolução matrimonial. Ainda dentro desse estudo, fazemos uma análise de processos de desquite da cidade de Juiz de Fora para podermos, então, comparar com o discurso da Igreja, contrário à dissolução. Procuramos entender também em qual cenário os processos de desquite ganhavam ressonância.

Já no terceiro capítulo, partimos do processo de Restauração Católica para demonstrarmos de que maneira se deu a reaproximação do poder espiritual com o poder temporal e a tentativa da Igreja de se aproximar, ainda mais, dos fiéis. Dentro dessa perspectiva, o capítulo é estruturado em quatro tópicos. No primeiro, abordamos a finalidade do processo supracitado e seus reflexos na cidade de Juiz de Fora. Além disso, analisamos de que maneira, no contexto delimitado, a Era Vargas foi definida como o período de “ouro” para a Igreja. Neste capítulo, pretendemos demonstrar em que medida a relação de mútua cooperação entre a Igreja e o governo contribuiu para que essa instituição religiosa, em pleno regime republicano, difundisse todo um arcabouço simbólico em torno das relações entre os gêneros.

No quarto e último capítulo, temos por intuito demonstrar as representações forjadas para as mulheres a partir do discurso católico. Estruturado em três tópicos, abordamos os discursos normativos que permeavam nossa sociedade entre o século XIX e o início do XX, preceitos que valorizavam a permanência das

mulheres no ambiente privado, enfatizando a importância da maternidade e os cuidados com a infância. Logo no primeiro tópico temos por objetivo fazer uma análise historiográfica sobre os discursos normatizantes do período supracitado e pontuar com alguns fragmentos dos jornais questões como o divórcio e a emancipação feminina. Em seguida, abordamos o fato de que, na hierarquia eclesiástica, a saída da mulher para trabalhar fora de casa estava muito associada à questão da dissolução matrimonial. De modo que, a partir dos periódicos católicos, fazemos uma análise a respeito da fala dos padres que abordavam as consequências da dissolução matrimonial para as mulheres. Por último, analisamos sobre a importância dos jornais como sujeitos históricos para a construção das representações das mulheres, de modo que tivemos a intenção de demonstrar como o discurso da Igreja era permeado por uma clara desigualdade entre os gêneros.

A presente pesquisa, localizada no contexto da história regional e da história do Brasil República de uma maneira mais ampla, tem o intuito de contribuir para as discussões historiográficas em torno da questão das construções sociais e culturais que são forjadas para os gêneros em nossa sociedade.

## 1.A IMPRENSA NO BRASIL E SUA HISTORICIDADE: UMA FUNÇÃO POLÍTICA, RELIGIOSA E CULTURAL

### 1.1 . Os jornais como fontes históricas: os primórdios da imprensa brasileira

A História Cultural é um campo da historiografia que ganha maior relevância a partir do final do século XX, apesar de ter claros antecedentes desde o início do século. Esse novo paradigma para se pensar o estudo da história, nos possibilita uma gama imensurável de objetos de estudo. Dentre eles, podemos destacar a cultura popular, as representações, as práticas sociais, ou seja, qualquer campo temático atravessado pela polissêmica noção de cultura.<sup>10</sup>

De modo que podemos compreender que a História Cultural tem por intuito abarcar diversas formas de estudar e pensar história, já que como identifica Chartier “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler”<sup>11</sup>. Assim sendo, quando refletimos a cultura, pensamos em tradições e costumes de uma determinada sociedade e não devemos nos esquecer das relações de poder que a permeiam, bem como das relações entre os gêneros que, baseadas em uma construção social e cultural, forjam representações para os mesmos.

Em geral, cada lugar carrega um tipo de cultura que é assimilada de diferentes formas dentro de um mesmo espaço. De acordo com essa perspectiva, os indivíduos apresentam um modo peculiar de enxergar o mundo, uma vez que cada pessoa e cada grupo social demonstram uma interpretação peculiar de uma mesma temática. Dessa maneira, podemos notar que os modos predominantes de pensar e agir, em nossa sociedade, são ditados por grupos detentores de mais poder econômico. Logo, a cultura é uma forma de poder, pois através dela os sujeitos tentam colocar rígidas regras comportamentais.

---

<sup>10</sup>BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: Especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2013. p.55.

<sup>11</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990, p.16.

As tradições e os costumes de uma sociedade são disseminados por vários agentes: escolas, instituições religiosas, imprensa, enfim, um variado leque de instituições disseminam modos de pensar e agir. Então, observamos vários discursos que são disseminados por grupos de destaque, porque, como Michel Foucault assinala, o discurso é uma forma de poder que é organizado e controlado por determinados segmentos sociais.

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.<sup>12</sup>

Desse modo, o discurso é uma forma de organizar a sociedade de acordo com preceitos selecionados por um dado grupo, se constituindo como uma forma de abordagem da história que nos permite avaliar os aspectos de uma determinada sociedade, tanto o seu pensamento quanto os seus pressupostos.

De acordo com tal perspectiva, o discurso é uma maneira de determinados grupos tentarem colocar sua superioridade em detrimento de outros. Haja vista que a mensagem transmitida é uma forma de poder, bem como de controle social, “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta o poder do qual nos queremos apoderar”.<sup>13</sup>

Assim como mencionado anteriormente, a História Cultural deu abertura para novas perspectivas de estudo e também para a análise do discurso. De modo que uma das formas de fazer essa abordagem é a partir dos estudos de periódicos que nos permitem analisar determinada sociedade.

Contudo, é importante ressaltar que, por muito tempo, a historiografia demonstrou demasiada desconfiança com relação aos estudos através dos periódicos,

---

<sup>12</sup> FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. 13ªed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola. 2006, p.8-9.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p.10.

já que eram vistos como uma fonte tendenciosa e não passível de crédito. De acordo com a historiadora Tânia Regina de Luca, na década de 1970, era relativamente ínfimo o número de trabalhos que se utilizavam dos jornais como fonte de investigação histórica, “[...] não era nova a preocupação de se escrever a História da Imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da história por meio da imprensa”.<sup>14</sup>

Logo, os estudos que se utilizavam dos jornais tinham um caráter mais confirmativo, pois os periódicos não eram uma fonte principal, mas secundária. Para Luca, isso se justifica em virtude das tradições que dominavam o estudo de História até então, que prezava pelo uso de fontes que trariam a “verdade absoluta”, sem serem tendenciosas, como acreditavam serem os jornais, “[...] Nesse contexto o historiador tinha por método a análise de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, e distanciadas de seu próprio tempo”.<sup>15</sup>

Todavia, a prática historiográfica começou a apresentar profundas mudanças nos anos finais do século XX, a partir da terceira geração da Escola dos Annales que teve por escopo propor uma pesquisa com novas abordagens, objetos e problemas. Dessa maneira, os periódicos começaram a ganhar um espaço mais relevante no meio acadêmico: deixaram de ser considerados fontes confirmativas e secundárias e passaram a ter o valor de fontes principais nas pesquisas históricas. Por assim dizer, os estudos historiográficos, a partir de análises por meio da imprensa, começaram a ter mais espaço dentro das academias e os periódicos se transformaram em fontes extremamente importantes.

De acordo com o dizer de Maria Helena Capelato e de Maria Lígia Prado, “a escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social [...]”<sup>16</sup>. Analisando dessa forma é possível entender que a imprensa, mais especificamente os jornais, são um meio pelo qual determi-

---

<sup>14</sup> LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanefi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p.111.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p.112.

<sup>16</sup> CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia o jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1980, p.19.

nado grupo vai tentar ditar normas para outros segmentos sociais. Todavia, não quer dizer que todos os grupos irão seguir as normas comportamentais colocadas nos jornais, uma vez que cada grupo social tem suas especificidades. Logo, a importância da análise dos periódicos se justifica pela verificação do que está escrito e também pela análise do que acontece em nossa sociedade, uma realidade marcada por uma intensa pluralidade política, econômica, cultural e social.

Partindo da ideia anteriormente explicitada, podemos identificar, nos jornais, um repositório de memórias que nos fazem entender um corpo social e seu tempo, porque podemos reconstruir um modelo de sociedade que foi proposto em épocas passadas, mas que ainda refletem em nossos dias. Assim como sugere a autora Maria Helena Capelato, “[...] a imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos [...]”.<sup>17</sup> E, conseqüentemente, a partir do estudo dos jornais, podemos identificar como determinados grupos sociais pensavam e discutiam, em dado período, as diversas temáticas que os circundavam e como isso influenciava no curso da história.

Para o pesquisador Juarez Bahia, o jornal pode ser identificado como uma peça da indústria cultural, como uma maneira de transmitir um determinado padrão de pensamento.

Assim, podemos identificar, então, nos periódicos, um agente produtor e difusor de cultura. Na medida em que “a imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira”<sup>18</sup>.

Ao mesmo tempo em que temos o jornal como objeto de estudos historiográficos que serve como fonte para a análise de diversas sociedades, também o temos como sujeito da história, uma vez que pode ser pensado como parte integrante das mudanças e permanências contidas na história. Assim, através da imprensa, podemos identificar as representações que são forjadas em nossa sociedade, uma vez que, como sujeito da história a imprensa também reconstrói o corpo social, remodela o tempo, ou seja, também faz sua história.

---

<sup>17</sup> CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988, p.13.

<sup>18</sup> LUCA, Tania Regina de; Martins, Ana Luiza. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p.8.



Segundo o pensar de Marialva Barbosa, podemos identificar a imprensa,

[...] como um suporte fundamental de memória, como monumento- documento, no sentido de que além de refletir o que se passa no mundo, também guarda nas páginas impressas o próprio mundo, a imprensa passa a reproduzir uma visão de mundo.<sup>19</sup>

Dentro dessa visão, a imprensa se destaca como construtora da nossa memória e, além disso, como um agente formador de opinião, já que os jornais podem ser compreendidos como sujeitos ativos da construção histórica, porque irão se reproduzir em uma variada gama de pensamentos através dos editoriais. E, desse modo, contribuem para a formação social, tanto como objetos da história quanto como sujeitos da própria história.

Outro pesquisador que nos faz refletir a respeito da importância dos meios de comunicação é John Thompson que pensa a imprensa como qualquer outro meio de comunicação que produz conteúdos simbólicos capazes de possibilitar a prevalência de determinados grupos sobre outros. De modo que como o intuito do presente trabalho é analisar as relações de poder existentes entre os gêneros a partir de jornais, podemos destacar que os impressos fazem parte da construção simbólica do que é ser mulher, do que é ser homem, constituindo todo um simbolismo que construiu normas comportamentais, sobretudo para as mulheres.

Em todas as sociedades os seres humanos se ocupam da produção e do intercâmbio de informações e de conteúdo simbólico. Desde as mais antigas formas de comunicação gestual e de uso da linguagem até os mais recentes desenvolvimentos na tecnologia computacional, a produção, o armazenamento e a circulação de informação e conteúdo simbólico têm sido aspectos centrais da vida social [...].<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup>BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: MauDX, 2007, p.32.

<sup>20</sup> THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1998, p.18.

Fazendo um paralelo com a perspectiva de poder simbólico, de Pierre Bourdieu, os meios de comunicação são de suma importância para a consolidação de uma sociedade, na medida em que constroem sistemas simbólicos que vão tentar ditar regras de convivência e comportamento, ou seja, modos de pensar e agir em um determinado espaço.

Dessa maneira, quando pensamos na produção de um jornal, temos que ter em mente que foi produzido por um determinado grupo com pensamentos e interesses próprios, “[...] Abordar o texto jornalístico como produto é perceber a existência de grupos que o produzem, permeados por interesses pessoais e coletivos [...]”.<sup>21</sup> Por conseguinte, o jornal irá refletir os preceitos daqueles que o produziram e que tentaram embutir seus valores na sociedade.

Pensar no jornal como fonte histórica leva o historiador a analisar como nossa sociedade foi construída, refletindo a respeito tanto do que está escrito, quanto daquilo que está nas entrelinhas dos periódicos, porque o silêncio também faz parte da análise histórica. Ao analisar um jornal, o historiador está estudando um tempo histórico que foi marcado por mudanças e permanências, assim, as alterações históricas fazem da imprensa um agente de informação e produção de conteúdos simbólicos que vão permear o cotidiano de diversos grupos.

[...] A imprensa não apenas recebe o reflexo da sociedade, mas também projeta sua própria luz sobre ela. Assim, o estudo da imprensa é o estudo do diálogo entre os grupos que produzem um determinado periódico, os outros grupos com os quais estes interagem, e o contexto histórico da sociedade na qual esse diálogo/embate se trava [...].<sup>22</sup>

Assim, podemos entender que o jornal é uma fonte de extrema relevância para os estudos historiográficos, na medida em que é um instrumento de poder

---

<sup>21</sup> JUNIOR, James G Willian. **Cidades de Papel**: imprensa, progresso e tradição. Diamantina e Juiz de Fora /MG (1884-1914). Tese de doutorado. Universidade Federal de São Paulo, 2007, p.76.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p.78.

utilizado por um determinado grupo, que cria todo um sistema simbólico no qual a sociedade irá se organizar.

Para alguns historiadores, a imprensa chega tardiamente em território brasileiro, pois, assim como afirma Maria Helena Capelato, o surgimento tardio da imprensa no Brasil está relacionado a razões internas e externas. Em primeiro lugar, a Coroa Portuguesa sempre dificultou o seu desenvolvimento com o intuito de impedir que as críticas à dominação metropolitana se propagassem através das folhas da imprensa. Em segundo, os núcleos urbanos eram pouco significativos e, além disso, tínhamos uma predominância de pessoas analfabetas na colônia. Contudo, ainda segundo a pesquisadora, a barreira do analfabetismo era contornada pela comunicação oral e, mesmo perante essas dificuldades, tínhamos a circulação de diários e panfletos.<sup>23</sup> Em contrapartida, o historiador e jornalista Marco Morel afirma que,

A ênfase no atraso, na censura e no oficialismo como fatores explicativos dos primeiros tempos da imprensa (ou da sua ausência) não é suficiente para dar conta da complexidade de suas características e das demais formas de comunicação numa sociedade em mutação, do absolutismo em crise.<sup>24</sup>

De qualquer modo, segundo Nelson Werneck Sódre, a imprensa sempre esteve ligada ao desenvolvimento do sistema capitalista: “O atraso da imprensa no Brasil, aliás, em última análise, tinha apenas uma explicação: ausência do capitalismo, ausência da burguesia”.<sup>25</sup> O autor entende que o fator econômico por si só explicaria a ausência da imprensa em território brasileiro, já que, sem uma economia consolidada, a colônia estava totalmente subordinada a metrópole e ainda não se mostrava preparada para a formação da imprensa.

O primeiro jornal brasileiro, o Correio Brasiliense, surgiu em 1808, e era publicado em Londres. Em decorrência da censura imposta pela Coroa Portu-

---

<sup>23</sup> CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988, p.38.

<sup>24</sup> LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 24.

<sup>25</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Maud, 1999, p.26.

sa, este jornal circulava clandestinamente no Brasil. Idealizado por Hipólito da Costa, tinha um cunho oposicionista em relação a Coroa e fazia discussões acerca dos problemas da Colônia. Entretanto, é importante enfatizar que esse não foi o primeiro jornal feito na Europa a circular em território brasileiro, temos como exemplo a Gazeta de Lisboa que desde 1778 circulava na América Portuguesa, inclusive no Brasil. Todavia, tanto este quanto outros periódicos que por aqui circularam, não tinham um cunho crítico assim como o Correio Brasiliense.

Foi com a chegada da Corte ao Brasil, que poderemos observar uma diversidade de jornais, uma vez que foi criada a primeira tipografia em território brasileiro denominada Imprensa Régia que tinha por finalidade, “Examinar os papéis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes. Era a censura [...]”.<sup>26</sup>

O primeiro jornal a circular pela Imprensa Régia foi chamado de Gazeta do Rio de Janeiro, o número inaugural saiu em 10 de setembro de 1808 e era redigido pelo frei Tibúrcio da Rocha. Podemos observar que esse jornal foi considerado oficial perante o Correio Brasiliense que fazia oposição ao governo, porém, é relevante salientar que ambos eram a favor da monarquia e contra tendências revolucionárias. Apesar do Correio Brasiliense possuir um caráter crítico, não era a favor de nenhum outro tipo de regime e apoiava a permanência dos Bragança. Podemos, assim, ressaltar a função política que tanto o Correio Brasiliense quanto o Gazeta do Rio de Janeiro e seus sucessores tinham, porque, em um primeiro momento, esses jornais que surgem em território brasileiro têm quase que exclusivamente uma finalidade política. Criticando ou apoiando, ambos tiveram como temática principal questões políticas.

Outra questão importante é que nos primórdios da imprensa brasileira não tivemos a efetiva participação das mulheres por conta de uma sociedade marcadamente masculina que abria pouco ou quase nenhum espaço para o gênero feminino. Segundo a historiadora Ana Luiza Martins, “Data da primeira metade do

---

<sup>26</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Maud, 1999, p. 19.

século XIX, ainda de forma tímida, a participação da mulher na produção de impressos no Brasil, fosse como consumidora ou produtora [...]”.<sup>27</sup>

De acordo com tais estudos, temos em 1827 o surgimento do *O Espelho Diamantino*, em 1839, *O Correio das Modas* no Rio de Janeiro, em 1831, *O Espelho das Brasileiras* no Recife e, em 1852, no Rio de Janeiro, *O Jornal das Senhoras* que continha, até mesmo, mulheres na redação.

Como citado anteriormente, é possível compreender que os jornais fazem parte da construção histórica brasileira, na qual podemos identificar as mudanças e permanências no decorrer dos tempos. Desse modo, a partir da análise dos impressos tanto como fontes de pesquisas (no qual são os próprios objetos), quanto como sujeitos da história, temos a possibilidade de perceber as representações que são constituídas por meio dos jornais em nossa sociedade.

## 1.2 A cidade em construção: a formação dos primeiros periódicos em Juiz de Fora

Localizada na Zona da Mata, região proibida e indevassável, por tempos, Juiz de Fora surgiu no século XIX, de uma ligação entre Minas e Rio de Janeiro. Longe das localidades do Barroco Mineiro; indecisa entre a tradição e a modernidade, entre o provincianismo e o cosmopolitismo, às margens do Paraibuna e fechada entre montanhas.<sup>28</sup>

Localizada na Zona da Mata mineira, Juiz de Fora tem seu alvorecer a partir da abertura do Caminho Novo. Por volta de 1701 Garcia Rodrigues Pais realiza a abertura de uma picada, para facilitar o escoamento do ouro para a cidade do Rio de Janeiro e também dificultar o contrabando. Assim, como identifica Albino Esteves,

<sup>27</sup> LUCA, Tania Regina de; Martins, Ana Luiza. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p.67.

<sup>28</sup> FERENZINI, Valéria Leão. “**A questão São Roque**”: devoção e conflito. Imigrantes Italianos e Igreja Católica em Juiz de Fora (1902-1920). Juiz de Fora: Funalfa, 2010, p.25.

[...] o Caminho Novo, partindo da Borda do Campo, atravessando a Mantiqueira na garganta de João Ayres, passava em João Gomes (Palmyra), Chapéu d’Uvas, Juiz de Fora, Mathias Barbosa, Simão Pereira, Serraria, Entre Rios, Barra do Pirahi, descia a Serra do Mar sobre Macacos, Inhauma, Pavuna, Penha e Rio de Janeiro.<sup>29</sup>

Com a abertura do Caminho Novo, o governo português fez doações de sesmarias<sup>30</sup> como incentivo de povoar o lugarejo e fazer com que houvesse a produção de gêneros alimentícios. Neste período, o lugar em questão, que mais tarde ficaria conhecido como a cidade do Juiz de Fora, era onde os viajantes paravam para descansar e se alimentar e, posteriormente, prosseguir em viagem. “O traçado cortado por Garcia Rodrigues Pais, fez com que várias fazendas fossem surgindo, uma delas foi a “Fazenda do Juiz de Fora” ou Fazenda Velha” que mais tarde foi o nome dado a cidade”. Segundo a historiografia local pouco se sabe com relação a esse “Juiz de Fora” que deu nome a cidade, pois há controvérsias: se ele foi o dono da fazenda em questão ou se foi simplesmente um hóspede.<sup>31</sup>

No ano de 1850, o lugarejo foi emancipado de Barbacena pela Lei Provincial 472 de 31 de maio deste mesmo ano. A partir de então, o pequeno arraial se tornou a Vila de Santo Antônio do Paraibuna. Já em 1856, pela Lei Provincial 759 de 02 de maio, passou a ser a cidade do Paraibuna e, em 1865 pela Lei provincial 1.262 de 19 de dezembro, passa a se chamar Cidade do Juiz de Fora.<sup>32</sup>

Um fato extremamente interessante que merece destaque, no período formativo da cidade, é que, antes mesmo de ser elevada a categoria de Villa em 1741, de acordo com a historiadora Mabel Salgado, temos o pedido de construção da que seria a primeira capela e o santo de devoção: Santo Antônio. Esse pedido, solicitado por Antonio Vidal a diocese do Rio de Janeiro, evidencia a entrada do catolicismo na referida cidade, característica que trataremos com mais afinco em páginas posteriores deste trabalho.

---

<sup>29</sup> ESTEVES, Albino. **Álbum do município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Mazza, 1995, p.16.

<sup>30</sup> Sesmarias são terrenos abandonados que a Coroa Portuguesa sedia e tinha por finalidade fazer o povoamento de determinada região.

<sup>31</sup> FERENZINI, Valeria Leão. **A Questão São Roque: Devoção e Conflito. Imigrantes Italianos e Igreja Católica em Juiz de Fora (1902-1920)**. Juiz de Fora: Funalfa, 2010, p. 26.

<sup>32</sup> PEREIRA, Mabel Salgado. **Romanização e Reforma Ultramontana: Igreja Católica em Juiz de Fora (1890-1924)**. Juiz de Fora: Irmãos Justiniano, 2004, p. 26.

A partir da abertura do Caminho Novo, Juiz de Fora deixa de ser um lugar de passagem e começa a se constituir como referência na Zona da Mata. A priori pela produção de café e posteriormente pelo processo de industrialização.

Ao longo dos tempos, a cidade foi desenvolvendo melhorias em geral, também nos meios de transporte e comunicação, assim como enfatiza Silvia Maria Andrade: “Desenvolveu-se paralelamente melhorias urbanas, estabelecimentos de ensino secundário e primários são criados. Bondes de tração animal (1881), Telégrafo (1884), Telefone (1883), água a domicilio (1885), energia elétrica e iluminação pública (1889) [...]”.<sup>33</sup>

O desenvolvimento urbano e comercial da cidade proporcionou o surgimento de teatros, jornais que circulavam na cidade elucidando o quão moderna a mesma estava ficando, devido à proliferação de vários tipos de comércio, por conta da produção de café e, em seguida, de várias fábricas que surgiram. “Até a década de 20, Juiz de Fora é apontada como o centro cultural do Estado, seja pelo seu número de jornais e teatros, seja pela expressão de suas escolas e instituições culturais”.<sup>34</sup>

De modo que o surgimento dos primeiros periódicos, na cidade de Juiz de Fora, está diretamente vinculado ao seu desenvolvimento urbano e comercial. Tais melhorias possibilitaram que a cidade se tornasse uma referência na produção de café e também, posteriormente, no setor industrial. Assim, foram surgindo escolas de ensino básico e superior e também os primeiros jornais que elucidavam o crescimento da *Manchester Mineira*.<sup>35</sup>, assim denominada por conta do grande desenvolvimento pelo qual passava.

Com um processo econômico muito dinâmico, Juiz Fora teve vários jornais circulando, o que evidencia, pois, o seu relevante avanço econômico. De acordo com o dizer de Christina Musse, os jornais “eram os principais responsá-

---

<sup>33</sup> ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. **Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.p.22.

<sup>34</sup> CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **Europa dos pobres: a belle-époque mineira**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994, p.1.

<sup>35</sup> Juiz de Fora ficou conhecida como a *Manchester Mineira* em decorrência do seu crescimento econômico. Primeiramente pela produção de café e, em seguida, pela industrialização. O nome foi dado fazendo alusão à cidade de Manchester na Inglaterra.

veis pela configuração do imaginário social”<sup>36</sup>. Logo, tinham por escopo divulgar todos os acontecimentos. E, por assim dizer, como sujeitos do processo histórico, faziam parte da formação social, cultural, econômica e religiosa da cidade.

No estado de Minas Gerais, o primeiro jornal do qual temos notícia foi *O Compilador Mineiro*, produzido em Ouro Preto. E, ainda de acordo com Christina Musse, apareceu em 1823 no dia 13 de outubro. Já em Juiz de Fora, segundo o pesquisador Jair Lessa, o primeiro jornal a circular foi “*O Constituinte* sobre o qual vemos vagas notícias em 1870[...]”<sup>37</sup>. O autor ainda destaca que o segundo jornal de Juiz de Fora seria *O Imparcial*. Sob esse olhar, *O Pharol* não foi o primeiro periódico na linha cronológica, mas o melhor, segundo ele, e o que mais longevidade teve.

Entretanto, Paulino de Oliveira diverge de Jair Lessa, porque não acredita ser *O Constituinte* o primeiro jornal de Juiz de Fora. Para comprovar seu pensar, nos informa que não há indícios de nenhuma tipografia na cidade antes de 1870. Assim, se houveram outros jornais antes de *O Pharol* eram produzidos fora da cidade.

[...] sua primeira tipografia, que parece ter sido mesmo a de *O Farol*, transferida de Paraíba do Sul, Estado do Rio, em 1870 ou 1871. Se houve, como informam Albino Esteves, Heitor Guimarães e Lindolfo Gomes, outros pequenos jornais em Juiz de Fora antes de *O Farol*, não eram provavelmente impressos na cidade, porque não há a menor referência sobre a existência aí de oficina tipográfica antes de 1870.<sup>38</sup>

Ainda de acordo com Paulino de Oliveira, *O Pharol*, a princípio, foi semanário até 1873, depois passou a ser publicado duas vezes por semana em 1874, tornando-se diário em 1885. Em seguida, temos o *Diário de Minas*, a segunda publicação diária a aparecer na cidade, inaugurado em 1º de julho de 1888 e que

---

<sup>36</sup> MUSSE, Christina Ferraz. **A Imprensa e a memória do lugar: Juiz de Fora 1870-1940**. Trabalho apresentado ao GT de jornalismo, no XIII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sudeste, 2011, p.1.

<sup>37</sup> LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus Pioneiros: Do Caminho Novo à Proclamação**. Juiz de Fora: UFJF e Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage, 1985, p.105.

<sup>38</sup> OLIVEIRA, Paulino. **História de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Gráfica comércio e indústria LTDA, 1976, p.178-179.



posteriormente fundiu-se com *O Pharol*. Ainda em 1888, surgiu outro jornal diário na cidade: *O Pirilampo*, em 1º de março de 1891, tendo uma folha de pequeno formato: *Diário da Manhã* que desapareceu no ano seguinte, em 1893. Em 1894, temos o *Jornal da Tarde* e o *Diário da Tarde*. Em 1894, *O Correio de Minas* e, em 20 de dezembro de 1896, aparece o *Jornal do Comércio*.<sup>39</sup>

Christina Musse enfatiza que, no período de 1870/1900, a cidade chegou a contar com dez publicações diárias e muitas semanais. Tínhamos, segundo a pesquisadora, *O Constituinte*, *O Imparcial*, *A Bússola*, *Echo do Povo*, *O Democrático*, *A Regeneração*, *Minas Livre*, *Comercial*, *O Progresso* e *Comércio de Juiz de Fora*. Ainda tínhamos os jornais de cunho religioso: *O Metodista Católico* 1886, *Lar Católico* 1892, *A Cruz* 1895 e o *Jornal Espírita* em 1904.<sup>40</sup> Segundo nos relata Lígia de Souza Junqueira, aproximadamente em meados da década de 1870, temos a primeira menção do aparecimento de um jornal católico na cidade de Juiz de Fora, denominado *A Luz*, teve duração de um ano. Ainda vale destacar *O Diário Mercantil* em 1912, *O Dia* em 1917, *O Lar Católico* <sup>41</sup>em 1912, *A Batalha* em 1920 e *O Lince* em 1912.

Em 1922, com uma população de 118.166 habitantes, Juiz de Fora tinha seis jornais diários: *O Pharol*, *Correio de Minas*, *Jornal do Comércio* e *O Dia* (matutinos), *A tarde* e *O Diário mercantil* (vespertinos). *O Lar Católico*, mantido pelos padres da Congregação do Verbo Divino, era semanal e, mais tarde, em 1966, conseguiu a façanha de ser o jornal de maior circulação no Estado de Minas Gerais<sup>42</sup>. *O Lampadario* também era um jornal religioso que surgiu em Juiz de Fora no ano de 1926. Assim, podemos compreender que a cidade de Juiz de Fora teve em circulação muitos jornais com características distintas, com a finalidade de demonstrar, além do desenvolvimento urbano e comercial, o desenvolvimento

---

<sup>39</sup>, OLIVEIRA, Paulino. **História de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Gráfica comércio e indústria LTDA, p.178-181.

<sup>40</sup> MUSSE, Christina. **A Imprensa e a memória do lugar: Juiz de Fora 1870-1940**. Trabalho apresentado ao GT de jornalismo, no XIII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sudeste, 2011, p.2-3.

<sup>41</sup> O jornal primeiramente se escrevia com “h”, *O Lar Cathólico*, mas, a partir do ano de 1939, começou a ser escrito *O Lar Católico*. Desse modo, durante o trabalho optaremos por escrever com a última grafia.

<sup>42</sup> MUSSE, Christina. **A Imprensa e a memória do lugar: Juiz de Fora 1870-1940**. Trabalho apresentado ao GT de jornalismo, no XIII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sudeste, 2011, p.7-8.

cultural da cidade. Musse afirma que “[...] na nossa opinião, a imprensa atuou como um catalisador das transformações sociais[...]”<sup>43</sup>. Portanto, além de servir como meio de informação para a população juiz-forana, também contribuía para a formação da população que aqui residia. Como já mencionado anteriormente, a imprensa, ao mesmo tempo, se constituía como objeto e sujeito da história.

### 1.3 A Imprensa Católica no Brasil: uma normatizadora das relações sociais

No Brasil, com a implantação do regime republicano, temos um estado laico, no qual a religião está separada do Estado. Nesse processo de separação, entre poder temporal e poder espiritual, observamos a Igreja Católica passando por uma grande reforma interna e externa. Interna no sentido que as orientações religiosas deveriam ser totalmente submetidas a Roma e externa no modo como os membros do clero deveriam se portar em nossa sociedade. Dentro dessas mudanças, estava incluído o projeto da “boa” imprensa. Assim como Riolando Azzi afirma:

Desde meados do século XIX, quando se instaura no país o movimento de reforma católica, os prelados colocaram entre suas metas a promoção da chamada boa imprensa [...] era uma imprensa destinada aos próprios fiéis católicos, tendo em vista o fortalecimento da instituição eclesiástica.<sup>44</sup>

Para Coutrot, “[...] A influência da imprensa confessional é tanto maior na medida em que seus leitores são em geral fiéis, na maioria assinantes, e que o coeficiente de difusão é elevado”.<sup>45</sup> Assim, podemos entender que o poder espiritual

---

<sup>43</sup> MUSSE, Christina. **A Imprensa e a memória do lugar**: Juiz de Fora 1870-1940. Trabalho apresentado ao GT de jornalismo, no XIII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sudeste, 2011, p.11.

<sup>44</sup> AZZI, Riolando. **Sob o báculo episcopal**: A Igreja Católica em Juiz de Fora 1850-1950. Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000, p. 281.

<sup>45</sup> COUTROT, Aline. **Religião e Política**. In: RÉMOND, René (org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, p. 348.

tem por meta instituir uma imprensa totalmente religiosa e pretende fazer dos jornais um instrumento de difusão de seus preceitos.

No Brasil, esse projeto foi facilitado pela maioria absoluta de católicos. Assim, a instituição religiosa não teve dificuldades em difundir seus periódicos, porque “O nascimento de uma publicação é sinal de estruturação de uma corrente de opinião”<sup>46</sup>. Dessa maneira, em meio às modificações que a Igreja Católica estava passando em virtude de sua reforma, os jornais tinham por escopo estruturar essas transformações ocorridas dentro do sistema eclesial, já que eram formas de controle social utilizadas pelo poder eclesiástico. Em um regime republicano, o espaço de atuação da Igreja é modificado e, assim, suas formas de controle social também são alteradas.

De acordo com Oscar Lustosa, tanto no nível cultural quanto no político e econômico, a imprensa, de modo mais específico os jornais, teve e ainda tem grande influência em todas as formas pensáveis de organização da vida social. Para o autor, os jornais foram instrumentos utilizados pelo poder eclesiástico para pregar a fé e os ‘bons’ costumes, para lutar contra aqueles que eram considerados seus adversários e para informar e formar seus leitores.<sup>47</sup>

O mesmo autor, citado no parágrafo acima, divide o processo de implantação da imprensa católica no Brasil em três momentos: o primeiro que ele denomina de fase de iniciação, corresponde ao período de 1830 a 1860, em seguida a fase de consolidação que vai de 1870 a 1900 e, por fim, a fase da organização e articulação a chamada “Boa” Imprensa que corresponde de 1900 a 1945.

Na primeira fase, chamada de fase de iniciação (1830-1860), identificamos uma imprensa marcada pelo artesanato e primarismo da técnica de impressão. Segundo o autor, parece que o primeiro exemplar da imprensa católica surgiu em 1836, em Salvador, e era denominado de *Revista Católica*. Em Mariana/MG,

---

<sup>46</sup> COUTROT, Aline. **Religião e Política**. In: RÉMOND, René (org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, p. 349.

<sup>47</sup> LUSTOSA, Oscar. **Os bispos do Brasil e a imprensa**. São Paulo: Edições Loyola, 1983. p.7-8.

Dom Antônio Ferreira Viçoso lança *A Seleta Católica* 1846/1847 que logo foi substituída pelo *Romanus*.<sup>48</sup>

Na segunda, intitulada de fase de consolidação (1870-1900), Lustosa afirma que temos a proliferação de jornais católicos e, além disso, que esta fase se inicia com a consolidação do jornal católico da Corte: *O Apóstolo*. Essa fase parece estar muito relacionada com a Proclamação da República, uma vez que notamos a separação entre poder temporal e poder espiritual. Logo, a Igreja Católica, a partir dos jornais, tentará orientar seus fiéis perante essa mudança de regime.

O fato da proliferação de jornais católicos vem acompanhado de uma tomada de consciência da importância da imprensa em um meio social que se abre aos problemas e as novas conjunturas de transição diante das quais a Igreja precisa tomar posição e, sobretudo, agir [...].<sup>49</sup>

Já na terceira fase, o autor indica momentos importantes para a organização da imprensa católica, bem como o Concílio Plenário Latino-americano, em Roma em 1899, a Pastoral Coletiva em 1915 e a Criação da Liga da Boa Imprensa em 1909. Ainda nesse contexto, nos traz relatos de preladados acerca da importância da imprensa católica, o primeiro deles é de Dom Eduardo Duarte da Silva.

[...] o jornal tem por missão manifestar os abusos dos depositários dos destinos das nações, é o jornal que ilumina, esclarece e dirige a opinião pública, enveredando-a para o bem e arredando-a do mal [...] o jornal o oficioso defensor dos direitos do fraco, do oprimido, do perseguido e da vítima, abatendo a protéria, o orgulho, a prepotência e o despotismo do forte, do opressor, do perseguidor e do algoz.<sup>50</sup>

---

<sup>48</sup> LUSTOSA, Oscar. **Os bispos do Brasil e a imprensa**. São Paulo: Edições Loyola, 1983, p.12-13.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p.16.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p.24.

O dizer de Dom Francisco de Campos Barreto também elucida o que os prelados pensavam acerca da imprensa católica, “[...] o jornal católico, hoje em dia, é de uma necessidade que se impõe, não só para espalhar a semente da boa doutrina, mas ainda para neutralizar e destruir os lamentáveis efeitos produzidos na sociedade pelos maus jornais”.<sup>51</sup>

Dessa maneira, podemos evidenciar que a imprensa católica, através de sua função pedagógica de instruir e educar tinha por finalidade ser uma orientadora dos fiéis, ou seja, continuar a exercer sua função social de normatizar, se valendo dos jornais como veículo para se chegar a tal objetivo.

#### 1.4 A “boa” imprensa juiz-forana: *O Lar Católico* e *O Lampadario*

Em Juiz de Fora/MG, notamos alguns jornais religiosos, como já mencionado anteriormente. Para fundamentar o presente trabalho, escolhemos dois desses periódicos, de suma importância para a análise histórica da pesquisa, porque ambos fizeram parte do imaginário e das construções simbólicas de nossa sociedade. Assim, foram escolhidos *O Lar Católico*, que inicia suas atividades em 1912 e fica em circulação até meados da década de 1980, e *O Lampadario* que nasce em 1926 e circula até o ano de 1969.

Antes de falarmos um pouco mais da história dos jornais supracitados, é importante, primeiramente, enfatizarmos a criação do nome de cada um desses periódicos. Assim, já podemos destacar que ambos apresentam uma nomenclatura que dá a ideia de algo indispensável, que sugere que o jornal seja um “conselheiro” para as famílias da cidade de Juiz de Fora. *O Lar Católico* nos remete a um “amigo” que vem para nos ajudar, já *O Lampadario*, faz alusão à luz, ou seja, seria o “iluminador” das famílias. Claro está que são nomes que tem por escopo fazer com que seus leitores o interpretem como algo indispensável para se ter uma “boa leitura” e uma “boa conduta”. Sem dúvida, esses nomes não são pensados ao acaso, de maneira aleatória, mas sim com o objetivo de fazer o leitor enxergar o

---

<sup>51</sup>LUSTOSA, Oscar. **Os bispos do Brasil e a imprensa**. São Paulo: Edições Loyola, 1983 ,p.25.

jornal como um “amigo”, um “conselheiro”. Esses termos são utilizados pelos próprios jornais para definirem a finalidade dos mesmos.

O *Lar Católico* foi criado em 1891 pelo Padre Venâncio Ribeiro de Aguiar Café, mais conhecido na cidade como Padre Café. Todavia, teve pouca durabilidade, já que seu primeiro exemplar circulou em fevereiro de 1891 e seu último exemplar em setembro de 1892. O Padre Café desejava fortalecer a imprensa católica, e, portanto, idealizou o surgimento do periódico.

Posteriormente, em 1912, sob o comando da congregação do Verbo Divino, o jornal volta a circular em Juiz de Fora e passa a se chamar *A Bússula*. Em 1917, teve suas atividades interrompidas em virtude da Primeira Guerra Mundial. A Congregação do Verbo Divino era formada por padres alemães e como a Alemanha era adversária do Brasil no conflito, por medida de proteção, o periódico teve suas atividades suspensas. Já em 1919, retoma suas tarefas, agora com o nome de *Sacrário do Amor*. Meses mais tarde, esse nome é substituído para *O Lar Católico* e, assim, fica denominado até 1986, quando é transferido para a cidade de Belo Horizonte, onde vai ser chamado de *Jornal de Opinião*.<sup>52</sup>

*O Lar Católico* foi idealizado por Frei Pedro Sing. À frente da redação se encontravam Pe. João Batista Lehmann, Artur Schawd, Pe. Alvaro Regazzi, Pe. Newton Pimenta e Pe. Paulo Freymann. Circulou principalmente nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo e o principal método de divulgação era através dos padres da Congregação do Verbo Divino, que viajavam em busca de novos assinantes.<sup>53</sup>

*O Lar Católico* era semanal, mas contava com uma revista bimestral intitulada *Estrela das Missões*. Os escritores de seus artigos, na grande maioria, eram os próprios clérigos. Geralmente, tinha em torno de oito páginas e apresentava diversos artigos que iam desde anúncios de eventos religiosos a orientações de conduta e moral, combate ao comunismo, ao divórcio, amor livre, protestantismo e espiritismo e, por fim, a parte de publicidade que ajudou o jornal a permanecer em circulação.

---

<sup>52</sup> LUCENA, Paola Lili. **Nenhum Lar sem o Lar Católico**. Dissertação de mestrado. UFJF, Juiz de Fora, 2011, p.73.

<sup>53</sup> *Ibidem*, p.74.

O jornal *O Lampadario* surgiu por iniciativa do bispo da diocese de Juiz de Fora Dom Justino José de Sant’ana, em março de 1926. Era semanal e circulou até o mês de janeiro de 1969. Foi extinto pela Comissão de administração da Arquidiocese e transformado em boletim do jornal *O Lar Católico*.<sup>54</sup> Como já mencionado, foi um periódico semanal, assim como *O Lar Católico*. Tinha em torno de seis páginas e também os escritores eram em sua grande maioria os próprios clérigos. Contava com diversas colunas que tinham por finalidade orientar as famílias e também combater os inimigos da Igreja Católica: o espiritismo, o protestantismo e o comunismo. De acordo com Riolando Azzi, o periódico tinha como redator chefe o professor Glécério Lírio de Santana. Parece que o referido professor era um amigo de Dom Justino, de quando o mesmo era sacerdote na Bahia. Azzi, afirma ainda que o jornal tinha pouca colaboração, em seus artigos, das lideranças católicas da cidade de Juiz de Fora<sup>55</sup>. “Em 1936, *O Lampadario* comemorava dez anos de existência, cujo programa traçado por Dom Justino resumia-se na opinião do redator e da própria divisa do jornal: “Pro Deo et Pátria”<sup>56</sup>.

Ambos os periódicos se constituíam como formadores de simbologias e tentavam ditar o comportamento “adequado” para as mulheres. Tal assunto será o enfoque do nosso trabalho, já que nos dois jornais o comportamento feminino foi muito enfatizado. A mulher, então, era tida como a “Rainha do Lar” e teria “missões” a serem cumpridas. Aquelas que não cumpriam tais “determinações” eram alvo de críticas dos prelados em seus artigos.

É importante ressaltar que ambos os jornais eram distribuídos através de assinaturas. Assim, atingiam determinados grupos sociais, apenas os que podiam pagar para ter esses periódicos. Em contrapartida, aqueles que não podiam comprar o jornal também poderiam ter acesso às notícias, mas através das leituras realizadas nas igrejas. Como a tentativa dos jornais era de influenciar a população, o poder eclesial tentava, de todas as formas, fazer com que ambos os jornais che-

---

<sup>54</sup> JUNQUEIRA, Lígia de Souza. **Educação e imprensa católica**: a influência dos periódicos Lar Católico e O Lampadario, no município de Juiz de Fora, 2011, p.4.

<sup>55</sup> AZZI, Riolando. **Sob o Báculo Episcopal**: A Igreja Católica em Juiz de Fora 1850-1950. Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000, p. 282.

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 284.

gassem a todos os grupos, fosse pela assinatura do jornal, fosse a partir da oralidade.

De modo que, como já mencionado anteriormente, a Igreja Católica, passava por um processo reformador, desde o fim do Segundo Reinado e o início do regime republicano. A reforma católica encontra mais espaço de atuação com o fim de sistema de Padroado, uma vez que, com o advento do regime republicano e a separação entre poder temporal e o poder espiritual, a Igreja teve mais espaço para realizar suas mudanças internas e externas. Dessa maneira, não estava mais ligada ao poder estatal. Entretanto, sua aliança em prol da manutenção da ordem e dos “bons” costumes ainda permaneceu.

Dentro desse processo, a utilização dos jornais foi de extrema importância para a hierarquia eclesiástica, uma vez que elucidavam as doutrinas propostas pela Igreja, sobretudo em um momento em que o republicanismo diminuía seus espaços de atuação.

Com a implantação do regime republicano no ano de 1889 e o decreto de separação entre poder temporal e poder espiritual de 1890, abriu-se espaço necessário para que a Igreja pudesse, sob a orientação direta da Santa Sé, efetuar livremente as mudanças necessárias para implantação do processo reformador. Entretanto, a separação entre os dois poderes não deve ser entendida como uma ruptura de relações. Ao longo das primeiras décadas do século XX, os dois poderes passam a cooperar –se mutuamente.<sup>57</sup>

Ainda com relação às consequências da implantação do regime republicano no Brasil e inicial separação entre o poder temporal e o poder espiritual, Cláudio Aguiar Almeida identifica que:

A implantação da república no Brasil foi considerada pela Igreja Católica como uma salvação e uma ameaça. Pois a Igreja teria mais liberdade, contudo, não teria mais os privilégios conce-

---

<sup>57</sup> PEREIRA, Mabel Salgado. **Romanização e Reforma Ultramontana: Igreja Católica em Juiz de Fora (1890 – 1924)**. Juiz de Fora: Irmãos Justiniano, 2004, p.20-21.



didos pelo Estado. Nesse processo, a Igreja criou novos seminários, escolas e ditou revistas e jornais, e vários sacerdotes estrangeiros foram trazidos para o Brasil.<sup>58</sup>

Dessa maneira, o desejo do poder eclesial era continuar a normatizar a vida da sociedade brasileira, mesmo em um regime republicano, dito laico. O pesquisador Claudio Aguiar faz menção ao projeto de recristianização no Brasil que consistia em uma maior inserção da Igreja Católica na sociedade após a Proclamação da República. Nessa perspectiva, tínhamos em curso, na década de 1920, esse projeto que trabalharemos com mais afinco em capítulos posteriores, mas já vale salientar que contava muito com o apoio das mulheres para difundirem os valores cristãos em seus núcleos familiares.

Dentro do projeto de recristianização, foi muito enfatizada a importância das mulheres serem mães e esposas e a desqualificação de qualquer trabalho exercido fora do ambiente doméstico. Acontecia que a valorização da maternidade foi muito enaltecida pelos prelados, já que a mulher era vista como uma figura muito importante nesse processo. As finalidades eram bem claras: maior aproximação dos fiéis e a reaproximação do poder temporal.

Uma das características do processo reformador da Igreja Católica foi à vinda das irmandades religiosas da Europa para o Brasil. A primeira ordem religiosa a chegar à cidade de Juiz de Fora foi a dos redentoristas holandeses. A segunda chega em 1899, a Congregação do Verbo Divino. Uma característica dessa ordem é seu espírito reformador:

Nesse sentido, seguiam as orientações do episcopado brasileiro, enviando quantias anuais para a diocese em auxílio à “boa imprensa”, além de criar um jornal católico semanal para a cidade. O novo jornal ganhou o nome do antigo *Lar Católico*, acrescentando apenas o artigo “O” [...].<sup>59</sup>

---

<sup>58</sup> ALMEIDA, Claudio Aguiar. **Em plena guerra: imprensa, catolicismo e política nas duas primeiras décadas do século XX.** Ver.hist.(São Paulo). n, 174.2016, p. 30.

<sup>59</sup> PEREIRA, Mabel Salgado. **Romanização e Reforma Ultramontana: Igreja Católica em Juiz de Fora (1890 – 1924).** Juiz de Fora: Irmãos Justiniano, 2004, p. 95.

Os jornais católicos, dentro da perspectiva da chamada “boa” imprensa, faziam parte do conjunto de metas da Igreja Católica, para uma maior aproximação com os fiéis no regime republicano, pois as pesquisadoras Christina Musse e Luiza Perez nos esclarecem que,

Os jornais eram um meio interessante que os sacerdotes usavam para chegar aos seus fiéis e ensinar-lhes, dessa forma, os pilares da Igreja Católica. Para a população alfabetizada, era um veículo de fácil acesso, porém dirigido apenas para elite. *O Lar Católico* não era feito para a massa, a população em geral, mas para formadores de opinião”.<sup>60</sup>

Em consonância com essa visão, o jornal era escrito diretamente para aqueles que iriam reproduzir todo o sistema simbólico da Igreja Católica, para aqueles que detinham poder econômico e cultural na sociedade. O jornal religioso tinha, pois, a finalidade de fazer com que somente um determinado grupo fosse receptor das informações, o que perpetuava as formas de poder e dominação social. Segundo o olhar de Zaíra Ary

A Igreja Católica foi por mim encarada como uma instituição produtora de símbolos, de valores e de normatizações estritas visando a sujeitar a consciência e a ação de seus adeptos aos limites morais impostos por sua doutrina, apesar também de levar em conta as possíveis adaptações espaciais e temporais e as transgressões das suas normas prescritas, reavaliadas e perdoadas, [...].<sup>61</sup>

Assim, podemos notar que a Igreja Católica sempre foi uma instituição muito preocupada com os “bons costumes”. Para tanto, fez uso dos jornais como manutenção da ordem social, de acordo com seus preceitos morais. Os periódicos

---

<sup>60</sup> MUSSE, Christina Ferraz; PEREZ, Luiza Quinet Ramos. **Lar Católico: a Igreja e a função pedagógica da imprensa**. Trabalho submetido ao III Encontro Regional Sudeste de História da Mídia no GT de História da Mídia Impressa, 2014, p. 2.

<sup>61</sup> ARY, Zaíra. **Masculino e feminino no imaginário católico**. São Paulo: Annablume, 2000, p.18.

tinham uma função educativa e pedagógica, na medida em que eram utilizados para normatizar o cotidiano da população.

Para a manutenção da “boa imprensa” católica, os jornais aconselhavam a restrição das leituras, acentuando a importância do “bom jornal” católico. No ano de 1942, *O Lar Católico* completou trinta anos. Na época, houve uma comemoração que enaltecia a importância do periódico para a população juiz-forana. Dentro dessa festividade, Dom Sebastião Leme fez um pronunciamento. Considerado pela população católica como bom conselheiro e amigo, disse que o jornal era “[...] destinado a família católica, à qual pretende fornecer “boa e sã” leitura nos moldes da fé e moral cristã católica”<sup>62</sup>. A fala de Dom Leme nos sugere e confirma que o desejo do jornal era manter a moral das famílias católicas, de acordo com preceitos religiosos bem estabelecidos.

No dia 4 de janeiro de 1942, é publicado um artigo escrito pelo Pe. João B. Lehmann, fazendo distinção entre a “boa” e a “má” imprensa. Assim diz o texto: “A imprensa sem Deus é como a comida sem sal, não presta para nada [...]”<sup>63</sup>. O padre enfatiza o quão importante é a imprensa que preza pelos preceitos de Deus e que aquela que não o faz, não deve ser lida, uma vez que é leitura considerada imprópria.

Na leitura de *O Lampadario* encontramos alguns artigos que ressaltam a importância dos preceitos católicos para a manutenção da família e a determinação da Igreja para que os fiéis realizassem apenas “boas” leituras. A seguir, observamos um exemplo da dicotomia “bom” e “mal” presente nos jornais católicos:

A boa imprensa é a única arma que está a altura de opor resistência eficaz aos péssimos efeitos da imprensa má, imoral, anti-religiosa, mentirosa. A boa imprensa é a tutela da ordem, a defensora e o amparo da verdade, escudo da justiça, da pátria, da

---

<sup>62</sup> LEHMANN, Pe. João Baptista. 30º aniversário do Lar Católico, **O Lar Católico** 4 de jan. 1942, ano XXX, nº1, p.1.

<sup>63</sup> LEHMANN, Pe. João B. A boa imprensa e a má imprensa. **O Lar Católico**, Juiz de Fora, 04 de jan. 1942, ano XXX, nº.1, p. 2.

autoridade e da religião. Procurar, proteger e propagar o bom jornal, a boa revista, o bom livro e o bom escrito.<sup>64</sup>

No fragmento abaixo destacado, podemos observar a importância dos artigos jornalísticos para a manutenção da Igreja como instituição detentora de poder social.

Não mais se discute o valor da imprensa católica na formação moral do indivíduo .Em todos os domínios ela assinala a importância do jornal que, dia a dia, se vai impondo ao respeito da opinião pública [...] O culto dos católicos tem sido mais externo que interno. Falta-lhes instrução religiosa.A sociedade está intoxicada de católicos indiferentes e até católicos ateus.E’ preciso a aceitação da imprensa que orienta para o bem, afim de que os orientados tenham uma fé firme, filha do bom raciocínio e alimentada pela meditação.Os católicos precisam saber alguma coisa de sua religião e isto poderão conseguir pela leitura dos bons jornais.Campo onde se entrecrocavam todas as doutrinas[...]A propaganda da boa imprensa é uma caridade espiritual[...] Escrevei pois, para o nosso jornal, tomar uma de suas assinaturas, nele anunciar e dispensar vossas atenções e indulgências, porque, só assim, contribuireis para a vitalidade da imprensa católica .<sup>65</sup>

Importante observarmos como os artigos, tanto de *O Lar Católico*, quanto de *O Lampadario*, ressaltam a importância de “boas” leituras e como os jornais católicos são de extrema importância para as famílias. Desse modo, podemos comprovar, através dos fragmentos acima citados, a função educativa dos periódicos, pois como sempre foi uma instituição muito atenta à conduta das famílias e de seus componentes, a Igreja se impunha como a célula capaz de guiar a sociedade. Para tanto, se utilizava de seus jornais com a finalidade de cumprir uma função educativa e pedagógica.

---

<sup>64</sup> A Boa Imprensa. **O Lampadario**, 18 de out.1931, ano VI, n. 288, p.2.

<sup>65</sup> GUIMARES, Sylvio. Imprensa Católica. **O Lampadario**, 19 de ago.1933,ano VIII, n. 383, p.1.

### 1.5. Introdução à questão do divórcio e suas relações de poder entre os gêneros: um debate nos periódicos católicos

[...] o conceito de gênero tem muito a ver com a forma como são percebidas as relações de poder entre homens e mulheres. Segundo ele as identidades masculina e feminina são construções sociais e culturais que impõem aos sexos condutas, práticas, espaços de poder e anseios diferentes. Tudo isso baseado nas distinções que a própria sociedade constrói para o feminino e o masculino, e não em diferenças naturalmente predeterminadas entre homens e mulheres.<sup>66</sup>

Como notado durante a pesquisa, o divórcio sempre foi um tema amplamente discutido nos jornais católicos. A dissolução matrimonial causava a desestruturação do modelo “ideal” de família, já que, nos periódicos, sempre foi reforçado que cada membro da família tinha uma função específica. Para as mulheres, o ambiente privado do lar, no qual exerceriam sua “missão” de mãe e de esposa. Para os homens, o espaço público, no qual trabalhariam para serem os provedores de suas respectivas famílias. No divórcio, de acordo com o olhar do poder eclesiástico, toda essa organização seria desfeita e as maiores vítimas disso seriam as mulheres.

Em uma sociedade permeada por discursos masculinos, a construção social era baseada em todo um arcabouço simbólico, no qual o papel de mãe e esposa era um dever feminino. Dessa maneira, com a dissolução matrimonial, a mulher abandonaria essa “missão” e perderia sua maior virtude perante o discurso do poder eclesiástico. Vale lembrar que para os homens nada mudaria. Logo, é possível identificarmos, no debate em torno do divórcio, uma relação de poder entre os gêneros. Na hipótese da separação, as mulheres ficariam sob o julgo de uma sociedade marcada por representações que as desqualificariam como uma “desquitada”, já a autoridade masculina permanecia imaculada.

---

<sup>66</sup>SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005, p.166.

Segundo a pesquisadora Joan Scott “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder [...]”<sup>67</sup>. Dessa maneira, quando pensamos nas relações de poder que permeiam a questão do casamento e do divórcio, poderemos identificar que temos uma relação desigual entre os sexos, na medida em que os discursos em torno dessas temáticas envolvem todo um arcabouço simbólico no qual as mulheres são as responsáveis pela união familiar e das quais depende a felicidade conjugal.

Partindo da leitura dos periódicos selecionados, podemos compreender como o poder eclesiástico pensava a função da mulher dentro do casamento: a virtude feminina estava atrelada ao papel de mãe e de esposa.

Elevar o conceito cristão do matrimônio, em relação a Cristo e a sua Igreja; fundamentado nesta doutrina o seu conceito de unidade, indissolubilidade, amor e fecundidade [...] Enaltecer a missão da mulher tendo em vista a sua decisiva influencia desde o berço, as condições mudadas dos tempos que lhe atribuindo funções e direitos que a idade precedente não consentia [...] Considerar que o destino dos povos repousa nos braços das mães, segundo a palavra de P. Charmont S.J: “Deus comunicou dois privilégios à humanidade: o sacerdócio e a maternidade. Deus propaga a vida sobrenatural pelo sacerdócio e a vida natural pela maternidade” [...] Por meio dos dois, continua sua criação, realiza o seu Reino Eterno. Todos os eleitos serão nascidos da mulher e do Espírito Santo [...] A glória de Deus receberá uma maior ou menor extensão se o sacerdócio e a maternidade forem instrumentos mais ou menos dóceis ao seu amor.<sup>68</sup>

De acordo com artigo anterior, retirado do jornal *O Lampadario*, fica bem clara a posição do Clero acerca da indissolubilidade do casamento. Na primeira frase do artigo, fica claro que o matrimônio é considerado um sacramento para a Igreja, não há a possibilidade de se pensar em dissolução, já que é uma união selada por Deus. Em seguida, temos a valorização do trabalho feminino no ambiente

---

<sup>67</sup> SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Educação e Realidade. Porto Alegre.v.16, n.2, p.21.

<sup>68</sup> Missão da mulher cristã e mística no matrimônio. **O Lampadário**, 02 de out.1943, ano XVIII.n° 907, p.2.

doméstico, enfatizando que o mundo moderno possibilita outras funções para a mulher, porém consideradas profanas. De modo que o discurso católico questiona veementemente a saída das mulheres para o trabalho fora de casa, algo que foi muito questionado pelos prelados, pois o trabalho externo colocava em discussão a valorização da maternidade, tema que discutiremos com mais afinco nos capítulos posteriores.

A manutenção da família tradicional sempre foi alvo de grande preocupação por parte do poder eclesiástico. Assim como Eni de Mesquita define, “a família é uma instituição social”<sup>69</sup>, logo tem muita importância para a ordem social. Portanto, sua dissolução é um problema de imensas proporções para a propagação dos preceitos católicos.

A família foi, indubitavelmente, a matriz da sociedade brasileira, formando as nossas instituições jurídicas, o nosso paternalismo patriarcal, o nosso realismo ético, o nosso particularismo doméstico em religião, em política, em negócios, muito da nossa arte, dos nossos gostos, da nossa psicologia.<sup>70</sup>

Todavia, por mais que a Igreja Católica fosse veementemente contrária à separação matrimonial, sabemos que no Brasil, no século XVIII, eram comuns casais de diversas classes sociais se divorciarem. Tal processo era feito pela Igreja e pelo Estado, a priori era feita a separação de corpos e de bens, ou seja, não era permitida a união com outra pessoa.<sup>71</sup> Tanto no Brasil colonial, no imperial e no republicano até a década de 1970, o que tínhamos era o divórcio *a mensa et thoro*<sup>72</sup>, depois denominado de desquite.

Para ser realizado, o desquite deveria ter ocorrido no casamento, através de adultério, tentativa de morte, maus tratos, injúria grave e abandono voluntário do lar conjugal durante dois anos contínuos. Muito interessante observar que no que

---

<sup>69</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. **A Família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p.7.

<sup>70</sup> AZEVEDO, Thales. “Família, casamento e divórcio”. In: AZEVEDO, Thales. **Cultura e situação racial no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, p. 113.

<sup>71</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. **A Família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p.67.

<sup>72</sup> O termo *a mensa et thoro*, faz menção a separação matrimonial, na qual os desquitados não podem contrair novos laços. É somente uma separação de corpos e bens.

concerne à questão do adultério, tínhamos especificidades de acordo com o sexo, pois o homem poderia acusar sua mulher de adultério, caso ela tivesse relações sexuais com outro homem. Qualquer outro tipo de intimidade, por uma vez somente, era o suficiente para fazer a acusação. Para a mulher, entretanto, comprovar o adultério de seu respectivo cônjuge era muito mais difícil, porque só podia ser comprovado a partir da manutenção permanente de uma amante. De modo que caso o homem tivesse relações com outra mulher, mas não fossem permanentes, não seria considerado um caso de adultério.<sup>73</sup>

A desigualdade entre os sexos estava diretamente atrelada à questão do divórcio, já que há rígidas regras comportamentais para as mulheres e não para os homens. Notamos, então, uma sociedade marcada pelas relações de poder entre os gêneros, algo socialmente construído por diversos agentes, dentre os quais a Igreja Católica. A instituição usou seu discurso em prol da submissão das mulheres, fazendo com que seguissem normas comportamentais bem mais severas. Dessa maneira, toda uma simbologia em torno da moralidade das mulheres foi criada.

O advento do regime republicano abriu a possibilidade de discutir a introdução do divórcio em nossa sociedade, o que iria possibilitar aos ex cônjuges contrair novamente outros laços matrimoniais. Todavia, a Igreja Católica conseguiu que tal discussão perdesse a força. Pois na Constituição de 1891 foi promulgado o desquite, ou seja, a lei respaldava apenas a separação de corpos.

No entanto, apesar da incorporação da lei na Constituição de 1891, os laços de matrimônio continuaram indissolúveis por pressões da Igreja, de juriconsultos e de parte da população, significando apenas a separação de bens e de vida comum, não abrindo possibilidades para segundas núpcias, como também acontecia no período colonial.<sup>74</sup>

De acordo com a pesquisa realizada por Kelly Teixeira, por mais que o regime republicano estivesse em curso, em nenhum momento a discussão em tor-

---

<sup>73</sup> AZEVEDO, Thales. “Família, casamento e divórcio”. In: AZEVEDO, Thales. **Cultura e situação racial no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, p. 134-135.

<sup>74</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. **A Família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p.69.



no da promulgação do divórcio, em nosso país, privilegiou as mulheres. O sexo feminino continuou em uma posição subalterna a dos homens. Por mais que notamos um momento de debate em torno das estruturas conservadoras que permeavam nossa sociedade, dentre elas a questão da indissolubilidade dos laços matrimoniais, a ruptura do conservadorismo não esbarra na desigualdade de gêneros. Apesar do momento propício para rupturas, a perspectiva conservadora permanece “[...] Se por um lado, buscava-se romper com o dogma católico da indissolubilidade, por outro, perpetuava o patriarcalismo contido nas relações de gênero”<sup>75</sup>.

Ao analisarmos a obra de Leonel Franca, observamos que o religioso destaca um dos males, para a Igreja, do divórcio: o rompimento da convivência harmoniosa dentro do ambiente doméstico. O professor e pesquisador se dedicou à escrita de livros, dentre eles *O Divórcio* que será objeto de nossa análise. Outra questão muito enfatizada pelo autor é a relevância da prole para o núcleo familiar, já que a família está atrelada à reprodução, ou melhor, ao desenvolvimento de gerações futuras. Com o rompimento dos laços matrimoniais, a prole estaria em perigo, porque, então, os interesses estariam apenas concentrados em aspectos individuais.

Com o divorcio inverte-se esta hierarquia de fins naturais. Já não é a prole que dita a lei da família; é a felicidade individual dos cônjuges que mede a duração de sua convivência. Estamos, portanto, em face de uma perversão essencial[...] A família, violentamente desquitada pelo divórcio dos seus gozos naturais, entra a sofrer. Altera-se profundamente o jogo psicológico de ideais e sentimentos indispensáveis à sua existência e à evolução normal de seus elementos. Já não é um organismo adaptado à sua função. Daí desordens, insuficiências, dores – sintomas de um mal profundo – que do mais humilde indivíduo estende a todo o corpo social as suas consequências funestas.<sup>76</sup>

Uma das questões que permeia o estudo de Leonel Franca é o individualismo dentro do divórcio. Segundo o autor, um casal que se separa não está pen-

---

<sup>75</sup> TEIXEIRA, Kelly Cristina. **O que Deus uniu o homem não separe**: modernização, divórcio, gênero e romanização em Juiz de Fora (1890-1917). Dissertação de mestrado. UFJF, 2008, p.35.

<sup>76</sup> FRANCA, Leonel. **O divórcio**. Rio de Janeiro: Agir, 1952, p.33-34.

sando em sua família, mas sim em desejos individuais, desejos esses que são danosos para a continuidade da mesma. De acordo com o estudo de Leonel Franca, os filhos necessitam sobremaneira dos pais, de uma família unida para que os princípios morais possam ser passados. De modo que quando temos questões individuais como a felicidade, um princípio meramente individualista para o religioso, deixamos de lado os princípios fundamentais para a manutenção de uma família, o que, conseqüentemente, provoca sua dissolução.

Outra abordagem de Leonel Franca que merece atenção é a comparação do divórcio com um crime: “A hostilidade natural do divórcio contra a criança continua a manifestar-se em todo o período do seu desenvolvimento. Quando não a elimina com um crime contra a natureza, “[...] aborto, infanticídio – prejudica-lhe irremediavelmente a formação normal”.<sup>77</sup> O autor ainda faz a comparação do divórcio com o aborto e o infanticídio, o que, mais uma vez, evidencia como a dissolução do matrimônio é danosa para os filhos. Assim, o divórcio é um mal a ser combatido, porque é considerado o agente destruidor das famílias. Com a dissolução a família perde, de acordo com o autor, sua estabilidade e sua função educativa.

Como já refletido nos parágrafos anteriores, podemos compreender que, na visão de Leonel Franca, o divórcio traz consigo vários males para as famílias, já que destrói sua unidade. Além disso, os cônjuges passam a não se importar com o núcleo familiar, mas sim com desejos individuais, o que prejudica os filhos.

Em nosso corpo social, no qual a Igreja Católica tenta colocar seus preceitos, o livro do Padre Leonel Franca, intitulado *O Divórcio*, e também os de diversos outros religiosos agem como uma tentativa de contribuir para o discurso da hierarquia eclesiástica. Para tal finalidade, também notamos a efetiva utilização dos jornais como instrumentos de divulgação dessas doutrinas.

Nesse debate, que envolve o casamento e sua dissolução, o poder eclesiástico foi enfático em afirmar que a mulher é a principal responsável pela harmonia no lar. Assim, cabe à mulher a função de manter seu marido satisfeito para que não a deixe. Então, a manutenção do casamento, partindo do discurso da Igreja

---

<sup>77</sup> FRANCA, Leonel. **O divórcio**. Rio de Janeiro: Agir, 1952, p.37.

Católica, estaria nas mãos das mulheres que deveriam cuidar bem de seus respectivos lares para a manutenção do mesmo em harmonia.

Esse debate em torno do divórcio teve grandes reflexos na cidade de Juiz de Fora. A partir dos dois jornais que são utilizados para a realização desse trabalho, podemos observar o discurso da Igreja Católica, tanto no que diz respeito ao divórcio, tanto no que tange ao papel das mulheres no casamento.

Em um artigo do jornal *O Lar Católico*, escrito pelo Padre Palmas, podemos observar a importância dada ao casamento pelo poder eclesiástico, uma vez que, de acordo com seu discurso, a unidade da família não pode ser rompida, somente com a morte de um dos cônjuges, pois o matrimônio é considerado um sacramento, uma instituição divina, logo não pode ser dissolvido.<sup>78</sup>

Outro dado importante está explicitado na fotografia abaixo, retirada do periódico *O Lar Católico*. Observamos, então, uma imagem na qual uma família que está completando bodas de ouro recebe uma homenagem do jornal. Nesse mesmo exemplar, lemos um artigo intitulado *A Unidade da Família* e logo em seguida temos a referida foto. Esse fato evidencia a tentativa de mostrar o quão importantes são os laços matrimônios. A extensa família, comandada pelo casal em destaque, serve como um exemplo a ser seguido. Tanto *O Lar Católico*, quanto *O Lampadario* tinham por política fazer esse tipo de homenagem, já que esse caso supracitado não é um fato isolado, mas sim algo corriqueiro em ambos os jornais. Nesse exemplo, então, notamos uma clara tentativa do poder eclesiástico em mostrar um “modelo ideal de família”.

---

<sup>78</sup> A unidade da família. *O Lar Católico*, 22 de fev. 1942. ano XXX. n° 8, p. 88.



Santa Isabel, no Estado do Espírito Santo, alegrouse com a festa das Bôdas de Ouro do Sr. Luiz Klein e D. Catarina L. Klein. Vemos aqui os ditosos jubilaes entre o seu querido filho: o Revmo. Padre Antonio Klein, S. V. D., zeloso Coadjutor da Cathedral de Ponta Grossa, no Estado do Paraná.

Além do Revmo. Padre Francisco Linke, DD. Vigário, tomaram parte na festa todos os amigos.

O ditoso casal possui 12 filhos vivos, 63 netos e 2 bisnetos, dando assim um belo exemplo de um lar cristão.

O "Lar Católico", felicita os jubilaes, desejando-lhes e a tôda a Família, perenes bênçãos de Deus.

Partindo da imagem, podemos refletir que a discussão em torno do divórcio se fez muito presente nos periódicos católicos, pois, assim como veremos em capítulos posteriores, essa questão estava muito associada com a organização familiar apregoada pela Igreja: a esfera privada do lar era o lugar das mulheres e o espaço público dos homens.

No período da referida pesquisa, será possível observarmos que as mulheres, com o decorrer do tempo, começaram a ganhar mais espaço de atuação no mercado de trabalho. Logo, o poder eclesiástico associou essa relativa liberdade ao divórcio. Na visão dos prelados, a independência financeira feminina poderia ocasionar a dissolução matrimonial. Para combater esse "mal", os periódicos católicos promoveram um intenso debate para a valorização da família e do vínculo matrimonial, construindo, assim, representações de poder desiguais para os gêneros, como veremos no próximo capítulo.

## 2. A IGREJA CATÓLICA E SEU DISCURSO SOBRE O CASAMENTO E O DIVÓRCIO

### 2.1. O casamento: um sacramento perante o clero

Estudar a Igreja Católica é mergulhar em um universo ainda pouco entendido pelos que não compartilham de sua visão de mundo. A instituição religiosa que se faz presente há mais de dois mil anos na sociedade ocidental demonstrou, ao longo de sua história, um interesse não só pela preservação da fé e difusão de seu discurso, mas também pela conservação da moral e de valores tradicionais socialmente construídos. Ao longo de sua trajetória, a instituição foi criando princípios e dogmas calcados na tradição.<sup>79</sup>

Há muito tempo, o casamento, uma instituição socialmente constituída e construída por meio de diversas simbologias, ocupa lugar privilegiado entre as preocupações da Igreja Católica. A importância é tamanha, tanto é que foi definido como um sacramento, o que elevou, ainda mais, sua posição dentro da Igreja.

De modo que, no presente capítulo, temos por finalidade promover uma reflexão a respeito do discurso da Igreja Católica acerca da importância do casamento. Além disso, também pretendemos pensar a respeito da postura do poder eclesiástico perante a dissolução do matrimônio. No período escolhido para a pesquisa, o divórcio foi um tema amplamente discutido pela hierarquia eclesiástica, por conta do regime republicano que propiciou esse tipo de debate.

O tema do divórcio, a priori, fazia parte da esfera religiosa. Contudo, com a separação entre poder espiritual e poder temporal, o assunto se tornou civil. Dessa maneira, os prelados, na tentativa de manter o casamento indissolúvel, propagavam, através dos periódicos, um discurso em prol do fortalecimento dos laços matrimoniais.

---

<sup>79</sup>VIEIRA, Matheus Machado. “Viciadas e perversas ou honestas e respeitadas?” *A representação do matrimônio, da mulher e da família no discurso religioso e judiciário: Ponta Grossa (1930-1945)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2014, p. 41.

O Concílio de Trento (1545-1563) foi uma tentativa de manter e reafirmar a identidade católica, no momento em que a modernidade tentava se sobrepor à tradição. Assim, o casamento fez parte dessa reafirmação católica, quando tínhamos, então, a união dos pares como reguladora das relações sociais. Para a Igreja Católica, portanto, o casamento, em sua forma indissolúvel, era uma maneira de manter a ordem e as tradições.

O casamento se transforma em sacramento católico por volta do século XII, em prol da tentativa de torná-lo indissolúvel e também controlar a vida sexual das pessoas. O ato sexual deveria estar vinculado à procriação e não aos “prazeres da carne”. De acordo com o pensar do historiador Matheus Vieira, “o casamento foi criado essencialmente para controlar a sexualidade”.<sup>80</sup>

Dentro dessa visão, a sexualidade deveria ser algo velado, submetida ao silêncio, sua finalidade era apenas a procriação, nada além disso. Logo, além de ser um sacramento, o vínculo conjugal também agia como regulador da vida sexual.

Para Michel Foucault, a repressão colocada sobre o cotidiano das pessoas e vinculada à vida sexual é realizada por meio de diversos agentes sociais, como a Igreja Católica, por exemplo, e está relacionada à tríplice ligação entre poder, saber e sexualidade.

[...] A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo se cala. O casal legítimo e procriador dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais [...]<sup>81</sup>

---

<sup>80</sup>VIEIRA, Matheus Machado. “Viciadas e perversas ou honestas e respeitadas?” **A representação do matrimônio, da mulher e da família no discurso religioso e judiciário: Ponta Grossa (1930-1945)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2014, p.83.

<sup>81</sup>FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Edições Graal LTDA, Rio de Janeiro, 1999, p.6.

Desse modo, a partir dos pressupostos de Foucault, podemos perceber que a família conjugal possui um caráter organizador da vida social, pois terá por escopo trazer para si questões que não devem ser publicizadas, mas sim individualizadas em suas respectivas casas. Assim, o casamento se constitui como meio de manter a sexualidade no espaço privado, dentro de casa, e com a única finalidade de procriação.

Todavia, o casamento, além da finalidade de regular a sexualidade, também tinha por escopo acabar com as uniões ilegítimas de então, uma vez que o concubinato era uma prática muito comum. Assim, como destaca Eni de Mesquita Samara,

Apesar da frequência do celibato e das uniões ilegítimas, o casamento tinha uma função específica na sociedade brasileira do passado, ao menos para certos grupos sociais. Desde o período colonial, o que se nota, entretanto, é que havia uma certa resistência por parte da população em se casar, preferindo viver em concubinato.<sup>82</sup>

Além disso, de acordo com a pesquisadora supracitada, os laços matrimoniais estavam envolvidos em um círculo de relações muito restrito, já que eram realizados de acordo com a classe social de cada grupo. Assim, a questão do concubinato estava mais vinculada às classes menos favorecidas, sobretudo em virtude da condição financeira.

O casamento oficial, realizado a priori pela Igreja Católica, tinha um custo para o casal, que muitas das vezes não tinha como pagar pela cerimônia. Então, o concubinato envolvia uma questão cultural, pois a oficialização do vínculo não era incorporada por todas as classes sociais. De modo que questões institucionalizadas não faziam parte das vivências culturais desses grupos.

---

<sup>82</sup>SAMARA, Eni de Mesquita. **A Família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p.39.

Como afirma à historiadora Renata Silva, partindo dos pressupostos de Martha Abreu, a opção para o concubinato, ao invés do casamento oficial, estava vinculado a uma questão cultural já que

[...] ocorria, devido a um somatório de motivos, como as dificuldades de sobrevivência, a ausência de propriedades, a instabilidade econômica somada “a um costume antigo e a uma dificuldade em se lidar com referenciais institucionais”. Desse modo, o viver amasiado não seria apenas uma circunstância de vida, era antes, uma opção dentro de um universo cultural.<sup>83</sup>

Então, podemos evidenciar que, por mais que tenhamos um discurso pautado pela importância do casamento, o matrimônio oficial não foi uma opção para todos. Dessa maneira, o concubinato combinado com a questão cultural é relevante para compreendermos esse cenário, porque estava ligado a um padrão cultural dissociado do discurso religioso. Portanto, a fala do poder eclesiástico sobre a importância do casamento e sua legitimação não resvalava na totalidade da população.

Nesse processo de construção social da importância do casamento, no século XIX, começamos a perceber um discurso voltado para a família higienizada, conceito que está associado aos papéis relegados às mulheres e aos homens, dentro do casamento. De acordo com esse pensamento, promovido por juristas, médicos e religiosos, as mulheres seriam seres naturalmente inferiores. Então, suas atividades deveriam se restringir ao ambiente privado do lar, no qual exerceriam a “missão” de esposa, mãe e dona de casa. Já para os homens, estava reservado o espaço público, já que deveriam ser os provedores de suas famílias. Então, observamos espaços bem definidos para os gêneros. A noção de público e privado, pois, era direcionada de acordo com o sexo, assim como enfatiza Bourdieu: “A divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas, como se diz por vezes para falar de algo que é normal, natural, a ponto de ser inevitável [...]”.<sup>84</sup>

---

<sup>83</sup>SILVA, Renata Lutiene da. **Famílias, direito, normas e poder**: os diversos relacionamentos familiares em Juiz de Fora, MG (1890-1920). Dissertação de mestrado. UFSJ, 2010, p.71.

<sup>84</sup>BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014, p.17.



Entretanto, a fronteira entre o espaço público e o privado não entrava no cotidiano das mulheres pobres, que, por vezes, eram, até mesmo, chefes de famílias, e o trabalho realizado fora do ambiente doméstico foi uma constante. Tal temática será discutida com mais afinco no próximo capítulo.

Ainda no que tange a questão da família higienizada, a historiadora Sueann Caufield trava uma discussão em torno do espaço privado e público, enfatizando como essa simbologia relegava às mulheres sua submissão perante toda a sociedade.

Como acontecia na maior parte do mundo ocidental durante o século XIX, o gênero era fundamental nas concepções brasileiras sobre espaço privado e público. As autoridades médicas e psiquiátricas, seguindo seus pares europeus nas tentativas de sanear e modernizar as famílias burguesas do Rio de Janeiro chegaram a conclusões muito parecidas com as dos juristas que definiram família na legislação imperial e republicana. O instinto maternal e a inibição sexual faziam com que a mulher “normal” fosse submissa e casta, ao passo que a fragilidade física e psíquica a tornava suscetível à contaminação física e moral. As mulheres eram naturalmente feitas para a vida doméstica, na qual constituíam a força moralizadora. O espaço público era domínio dos homens, mais agressivos por natureza [...]<sup>85</sup>

De acordo com a fala da historiadora supracitada, podemos identificar que tanto mulheres quanto homens tinham funções consideradas “naturais” de acordo com o sexo. Dessa maneira, para as mulheres as tarefas relacionadas ao ambiente doméstico eram “condizentes” com seu caráter “frágil”, já os homens, que tinham um extinto mais agressivo, deveriam executar atividades no espaço público. Assim como Sueann, Bourdieu também identifica essa tentativa de naturalização dos papéis definidos para os gêneros, onde podemos perceber que os discursos dentro dessa temática tentam limitar os espaços de atuação das mulheres, classificando suas atividades de cunho doméstico como “naturais” ao seu sexo. Isso tudo nos

---

<sup>85</sup>CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Ed. Unicamp, 2000, p.120.

demonstra que ser mulher nada mais é que uma construção social, cercada de simbologias e padrões normativos.

Em 1916, observamos a formulação do Código Civil brasileiro. Com a Proclamação da República, já extinto o sistema de Padroado<sup>86</sup>, a vida jurídica brasileira, que até então era regulada pelas Ordenações Filipinas<sup>87</sup>, passou a ser regulada pelo Código Civil formulado pelo jurista Clóvis Bevilacqua. Nele, a submissão das mulheres perante os homens foi validada.

De acordo com as Ordenações Filipinas, maridos e esposas eram parceiros, mas desiguais perante a lei. Transações de grande valor monetário não poderiam ser feitas sem o consentimento da mulher, porém, elas não tinham o direito legal de alienar, por exemplo, uma porção significativa dos bens do casal.<sup>88</sup>

Clóvis Bevilacqua, em seu texto para o Código Civil, tentou implementar algumas novidades com relação a desigualdade entre os gêneros que não foram bem aceitas. De acordo com o autor, a única diferença existente entre os homens e as mulheres era que ambos desempenhavam papéis distintos na sociedade, mas as mulheres teriam capacidade de representação jurídica perante a lei. Em contrapartida, o Código Civil de 1916 reafirmou a inferioridade das mulheres perante os homens.

Além da distinção entre capazes e incapazes, existentes na legislação das Ordenações Filipinas, o Código Civil também manteve outras importantes diferenciações jurídicas, que contribuíram para a manutenção de relações desiguais entre homens e mulheres. No texto do Código, havia mulheres honestas e desonestas [...]<sup>89</sup>

---

<sup>86</sup>O Sistema de Padroado foi um regime que perdurou no Brasil até o período imperial e teve seu fim com a Proclamação da República, esse sistema consistia em uma aliança de mútua cooperação entre o governo e a religião oficial do Estado, sendo ela o catolicismo, na qual a Igreja era “submissa” ao Estado. Nesse regime a Igreja Católica era responsável, pelos registros de nascimento, casamento e óbito, além de também atuar como uma reguladora da vida social.

<sup>87</sup>As Ordenações Filipinas eram códigos que regulavam a vida jurídica das pessoas, entraram em vigor no ano de 1603, no reinado de Felipe II.

<sup>88</sup>GRINBERG, Keila. **Código civil e cidadania**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p.44.

<sup>89</sup>*Ibidem*, p.45.

A partir do momento em que o Código Civil regulamentava a diferença entre homens e mulheres ou entre capazes e incapazes, legitimou, assim, a visão de que as mulheres deveriam ser submissas aos homens, tanto sob a guarda de seus pais, quanto a partir do momento em que já estavam casadas. Portanto, as mulheres passavam da dependência dos pais para a dependência dos maridos.

Assim, podemos identificar que o vínculo conjugal, simbolicamente, instituiu fronteiras tanto para a sexualidade dos pares, quanto para o espaço público e o privado. Desse modo, a relação entre os gêneros foi marcada por intensa desigualdade, pois o discurso da Igreja Católica, aliado ao jurista e também ao médico, validavam a inferioridade e a submissão do feminino.

## **2.2. Matrimônio indissolúvel: a Igreja Católica no seu embate contra o divórcio no Brasil**

Estudar o divórcio significa percorrer os caminhos pelos quais conceitos como família, casamento, maternidade, domesticidade, masculino e feminino assumiram ao longo do tempo e, foram sendo modificados pelas transformações sociais, econômicas, políticas e como cada uma delas atuou sobre o imaginário coletivo adaptando às novas realidades [...]<sup>90</sup>

A indissolubilidade dos laços matrimoniais sempre foi uma questão muito importante para a doutrinação da Igreja Católica, uma vez que o casamento se constituiu como sacramento e somente a morte de um dos cônjuges poderia pôr fim a esse enlace. Porém, observamos, a partir de estudos historiográficos, que o divórcio sempre aconteceu independente do período histórico. E, na maioria das vezes, quem solicitava mais a separação de corpos eram as mulheres, tema que discutiremos com mais afinco a seguir.

---

<sup>90</sup>LOPES, Cristiane Fernandes. **Quod Deus conjuxit homo non separet: um estudo de gênero, família e trabalho através das ações de divórcio e desquite no tribunal de justiça de Campinas (1890-1938)**. Dissertação de mestrado. São Paulo, 2002, p.55.

De acordo com o historiador Luciano Raposo Figueiredo, a Igreja Católica no Brasil enfrentou muitas dificuldades para implementar a indissolubilidade dos laços matrimoniais. O Brasil era uma Colônia marcada pela escravidão e pela itinerância do contingente populacional, o que afastou a possibilidade de grande parte da população de se apegar às tradições do poder eclesiástico. Segundo o pesquisador Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, “A vida cotidiana e a debilidade da Igreja [...], contribuíram para que não se generalizasse a prática do casamento.”<sup>91</sup> Desse modo, assim como o autor destaca, notamos o distanciamento do poder eclesiástico perante a realidade das pessoas. De maneira geral, o vínculo matrimonial não era consolidado de acordo com as normas da Igreja, sobretudo em virtude da falta de contato direto entre a população e a doutrinação católica.

[...] a Igreja não foi capaz de superar suas contradições para desenvolver um trabalho espiritual de difusão desse sacramento. E, justamente porque não foi possível ao casamento legitimar-se como instituição, ele possuía no cotidiano das camadas empobrecidas normas muito flexíveis, em geral contrárias à própria moral cristã: convivía com separações de domicílios, de corpos, com a prática do adultério e violências [...]<sup>92</sup>

De acordo com a pesquisa de Vera Lúcia Puga, no Brasil do século XIX, o concubinato foi uma prática corriqueira entre as classes populares, porque, assim como Luciano Raposo Figueiredo identifica, o discurso de oficialização das uniões não cabia a todos os grupos sociais.

À historiadora Cristiane Lopes nos demonstra, em sua pesquisa, que pouca importância tinha a oficialização dos casamentos, principalmente para as mulheres trabalhadoras. O discurso vigente não atendia as reais necessidades das mulheres mais independentes, porque se baseava na oficialização do casamento e na permanência feminina em seus lares. Logo, devido a circunstâncias vivenciadas por muitas mulheres, não era possível seguir as regras tão apregoadas pela Igreja católica.

---

<sup>91</sup>FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Barrocas famílias**: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997, p.87.

<sup>92</sup> *Ibidem*, p. 88.

O divórcio sempre foi discutido em nossa sociedade e, com a Proclamação da República, ficou em evidência. Antes, o poder eclesiástico controlava as dissoluções matrimoniais que, por mais que fossem dificultadas por essa instituição religiosa, não deixaram de existir.

É conveniente ressaltar que, no Brasil, antes do período republicano, havia a possibilidade do divórcio. Contudo, foram raros os casais que se divorciaram através do divórcio canônico, cuja execução e sentença eram da alçada da Justiça Eclesiástica. Mas era apenas uma separação de corpos e bens e não havia a dissolução do vínculo matrimonial.<sup>93</sup>

O regime republicano trouxe à tona o tema do divórcio que, de alguma maneira, já permeava nossa sociedade. Porém, pelo fato de a Igreja Católica ser uma instituição de grande influência dentro do corpo social, o debate em torno da dissolução dos laços matrimoniais sempre ficou pautado pela continuidade das tradições. A permanência, portanto, das construções sociais que faziam do casamento algo inalterável, no republicanismo, tiveram que reafirmar sua identidade e seus preceitos. De acordo com o dizer de Renata Lutiene da Silva, “[...] com os desdobramentos do mundo moderno, a Igreja necessitou recorrer à sua longa tradição para se reafirmar como instituição que se considerava detentora da consciência moral do mundo”.<sup>94</sup>

Com o advento do regime republicano, o decreto 181/1890 regulamentou o casamento civil, porém tratou a dissolução do matrimônio em consonância com os moldes do período monárquico no Brasil. De maneira que podemos observar a grande influência religiosa em nosso país: mesmo em um regime republicano dito laico, questões que deveriam ter um cunho estritamente governamental e sem interferência de nenhuma instituição religiosa não eram tratadas imparcialmente.

---

<sup>93</sup>SILVA, Renata Lutieneda. **Famílias, direito, normas e poder**: os diversos relacionamentos familiares em Juiz de Fora, MG (1890-1920). Dissertação de mestrado. UFSJ, 2010, p. 95.

<sup>94</sup>VIEIRA, Matheus Machado. “**Viciadas e perversas ou honestas e respeitadas?**” **A representação do matrimônio, da mulher e da família no discurso religioso e judiciário**: Ponta Grossa (1930-1945). Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2014, p. 43.

Diversos projetos foram barrados no período republicano em virtude da interferência da Igreja Católica.

No início do regime republicano, de acordo com a historiadora Cristiane Lopes, foram apresentados cinco projetos sobre a questão do divórcio na Câmara e no Senado, dois foram barrados. Dentre eles, a pesquisadora ressalta os projetos de Érico Coelho (1893) e de Martinho Garcez (1900). Na pesquisa, porém, a historiadora faz uma ressalva de suma importância para caracterizarmos a sociedade da época: em nenhum dos projetos se tinha por escopo a defesa da emancipação feminina. A submissão das mulheres, a “missão” da mãe e da esposa dedicada não estavam em discussão. De modo que o conservadorismo em torno do papel das mulheres não foi questionado nesses projetos. Assim, como salienta Cristiane Lopes,

Nenhum dos partidários do divórcio procurava transformar o casamento, nem tampouco suas propostas podem ser consideradas revolucionárias. Estes projetos não apregoavam o amor livre ou a dissolução dos costumes, a finalidade do divórcio para eles era a constituição de novas famílias. A mulher se encaixa nesta organização como esposa livre de opressões masculinas, respeitada em sua condição de esposa e mãe zelosa. Não se tratava de dar a ela uma ocupação fora do lar, mas tornar sua existência dentro dele imaculada.<sup>95</sup>

Logo, assim como ressalva a historiadora supracitada, as discussões em torno do divórcio, que estavam timidamente acontecendo no Brasil, não tinham por finalidade fazer mudanças sociais drásticas. Algumas questões, como o papel relegado às mulheres dentro do casamento, em nenhum momento foram questionadas. Portanto, podemos identificar que dentre as mudanças e permanências contidas nas questões que envolvem a promulgação do divórcio no Brasil, há a sobreposição das permanências em detrimento das transformações.

---

<sup>95</sup>LOPES, Cristiane Fernandes. **Quod Deus conjuxit homo non separet**: um estudo de gênero, família e trabalho através das ações de divórcio e desquite no tribunal de justiça de Campinas (1890-1938). Dissertação de mestrado. São Paulo, 2002, p. 90.

Ainda nesse debate em torno dos projetos do divórcio, é de suma importância ressalvamos a condição das mulheres. Como mencionado anteriormente, a relação de poder entre os gêneros perpassa pela questão da dissolução matrimonial. Dessa maneira, em uma sociedade marcada por rígidas fronteiras de espaço de atuação, o discurso vigente reiterava os aspectos negativos do divórcio, sobretudo para as mulheres, porque seriam estigmatizadas.

Dentre a preponderância dos discursos masculinos, as mulheres que se posicionavam a favor do divórcio estavam caminhando no sentido contrário às construções simbolicamente construídas: a preservação das famílias, a honra feminina que estava muito atrelada à mãe, à esposa e à dona de casa.

O dever ser das mulheres brasileiras nas três primeiras décadas do século foi, assim, traçado por um preciso e vigoroso discurso ideológico [...] e por isso ágil na construção e difusão das representações do comportamento feminino ideal, que limitaram seu horizonte do recôndito do lar e reduziram ao máximo suas atividades e aspirações, até encaixá-la no papel de rainha do lar, sustentada pelo tripé mãe-esposa-dona-de-casa.<sup>96</sup>

No âmbito do discurso conservador, notamos alguns padres escrevendo a respeito dos males da possível aprovação do divórcio, o que possibilitaria, segundo eles, a dissolução das famílias. Dentre esses pensadores, o Padre Leonel Franca se destaca, já que promoveu um ferrenho debate contra a promulgação do divórcio no Brasil, enfatizando os principais males para a sociedade de então.

Para o referido padre, o mal de nossa sociedade se encontrava no individualismo, o que contribuía para que as pessoas pensassem em seus próprios interesses e não na coletividade. Segundo ele, “O divórcio não proporcionara certa satisfação relativa a alguns casais sem comprometer a verdadeira felicidade de inumeráveis outros”.<sup>97</sup> De modo que a dissolução do matrimônio não resolveria nenhu-

---

<sup>96</sup>MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, F. (ORG.). *História da vida privada no Brasil*. V.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 373.

<sup>97</sup>FRANCA, Leonel. *O divórcio*. Rio de Janeiro: Agir, 1952, p.46.

ma desavença conjugal, mas sim proporcionaria outros problemas, porque traria uma doença para nossa sociedade.

Pouco a pouco exaltam-se os egoísmos, envenenam-se todas as discussões domésticas, exasperam-se os conflitos de autoridade, com imenso prejuízo da educação dos filhos, até que um processo escandaloso venha pôr um remate às incompatibilidades, reais ou fictícias, provocadas pela ideia freqüente do divórcio. Assim, um ressentimento, um ciúme, uma divergência, que, nos lares indissolúveis não passariam de nuvem passageira, sob o regime do divórcio levam muitas vezes uma família ao esfacelo irreparável, com todos os sofrimentos de um grande amor que se converte em ódio.<sup>98</sup>

Como podemos observar, o Padre destaca que para qualquer problema que um casal porventura tivesse, o divórcio seria a solução mais plausível. Todavia, tal facilidade para resolver conflitos traria imensos prejuízos para a educação dos filhos que ficariam sem a referência do núcleo familiar.

A autora Cristiane Lopes demonstra, em sua pesquisa, que o tema divórcio fomentava muitas polêmicas. Além da questão religiosa, que, sem dúvida, foi um grande entrave para sua promulgação, o poder público também tinha problemas com relação à temática. O casamento, a constituição familiar, a posição da mulher na sociedade, a transmissão de propriedade, a cidadania, a condição civil, dentre outras questões, estavam atreladas aos dogmas sociais no que concerne ao respeito da organização familiar.<sup>99</sup>

O próprio Código Civil de 1916 ratificou o divórcio, somente com a possibilidade da separação de corpos e bens, mas trocou a nomenclatura do mesmo, que a partir de agora começou a ser denominado de desquite. Desse modo, podemos dizer que tanto o divórcio a *mensa et thoro* quanto o desquite, juridicamente tem o mesmo significado, mas devem ser empregados em uma

---

<sup>98</sup> FRANCA, Leonel. **O divórcio**. Rio de Janeiro: Agir, 1952, p.50.

<sup>99</sup> LOPES, Cristiane Fernandes. **Quod Deus conjuxit homo non separet**: um estudo de gênero, família e trabalho através das ações de divórcio e desquite no tribunal de justiça de Campinas (1890-1938). Dissertação de mestrado. São Paulo, 2002, p.80.



ordem cronológica, o divórcio de 1890 até 1916 e o desquite a partir de 1917.<sup>100</sup>

A Igreja Católica obteve certo êxito com relação a não promulgação do divórcio. No Brasil, a lei que regulamenta a dissolução do matrimônio só vai efetivamente acontecer na década de 1970. Contudo, na dinâmica do cotidiano da população brasileira, o poder eclesiástico não conseguiu impedir que os casais se separassem na época. Fato mais interessante é que várias pesquisas demonstram que os divórcios que aconteceram, em sua grande maioria, foram solicitados pelas mulheres.

Assim como identifica Dayse Santos, por mais que tivéssemos em uma sociedade marcada por projetos moralizadores, nos quais o discurso era voltado para a restrição das mulheres em ambiente doméstico, elas não permaneceram passivas. Na medida em que consideravam insustentável a manutenção de seus respectivos casamentos, pediam a separação de seus cônjuges.<sup>101</sup> Isso reflete que de submissas e passivas nada tinham. Apesar das simbologias constituídas para a obediência total, a qualquer custo, e para a solidificação do casamento, as brasileiras, de maneira geral, não se fizeram de rogadas e foram atrás de seus direitos.

Segundo Dayse Santos e Renata Lutiene da Silva, baseadas nos estudos de Eni Samara e Maria Beatriz Silva, nos processos de divórcio, encontramos, na verdade, mulheres como protagonistas dos processos de separação. O que desfaz, mais uma vez, o mito da mulher submissa, porque “[...] Ao entrar com ações na justiça contra seus maridos, essas mulheres deixam transparecer suas frustrações e, ao assumir uma postura emancipada, contradizem a ideologia masculina dominante da época”.<sup>102</sup>

---

<sup>100</sup> LOPES, Cristiane Fernandes. **Quod Deus conjuxit homo non separet**: um estudo de gênero, família e trabalho através das ações de divórcio e desquite no tribunal de justiça de Campinas (1890-1938). Dissertação de mestrado. São Paulo, 2002, p.60.

<sup>101</sup> SANTOS, Dayse Lúcida Silva. **O divórcio e a nulidade de casamento**: estudo de caso nas tensões na vida conjugal diamantinense de 1863 a 1933. Trabalho adaptado da dissertação de Mestrado, UFMG, 2003, p.4.

<sup>102</sup> SILVA, Renata Lutieneda. **Famílias, direito, normas e poder**: os diversos relacionamentos familiares em Juiz de Fora, MG (1890-1920). Dissertação de mestrado. UFSJ, 2010, p. 96.

De modo que os discursos normativos não dominavam por completo o corpo social, apenas faziam parte da realidade de determinados grupos. Portanto, o fato do poder eclesiástico ter preceitos relativos à indissolubilidade do casamento, não fez disso uma regra seguida por todo o corpo social. Havia especificidades, tanto no viés econômico, quanto no cultural.

### **2.3. O divórcio: um mal a ser combatido? O discurso da Igreja Católica sobre a dissolução matrimonial e sua efetiva representação nos processos de desquite em Juiz de Fora**

A estabilidade da família era considerada um elemento básico para a manutenção da ordem social. Assim sendo, o princípio “até que a morte nos separe” devia servir de norma para todos os casamentos, sendo o vínculo matrimonial considerado indissolúvel pela teologia católica.<sup>103</sup>

A família sempre se constituiu como uma instituição de suma importância para a Igreja Católica, que a considera, ainda hoje, como uma célula *mater*. Logo, sua dissolução por meio da promulgação do divórcio traria graves consequências, de acordo com os preceitos religiosos já destacados. Assim, na tentativa de alertar sobre os possíveis males que o divórcio traria para as famílias, essa instituição religiosa usou os jornais como instrumento de divulgação de seus ideais, assunto também já refletido anteriormente. No artigo abaixo, podemos identificar, mais uma vez, a importância relegada à família e como o divórcio destruiria a estabilidade da mesma.

A família é a pedra angular da ordem social [...] O contrato não será indissolúvel. A falta de harmonia será motivo bastante para rescindir a união. Aqui temos, sem sombra de dúvida, a doutrina perigosa do “amor livre”. Que restará do matrimônio? Por qualquer motivo, capricho ou antipatia, vai por terra a indissolubilidade do matrimônio que é o sustentáculo da educação da família. A cooperação dos dois consortes na educação dos fi-

---

<sup>103</sup> AZZI, Riolando; GRIPJ, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/ 3-2: terceira época: 1930-1964. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008, p.149.

lhos, supõe um laço indissolúvel, capaz de por em segurança a vida da prole.<sup>104</sup>

A Igreja Católica, em seus periódicos, enfatizava quais eram os inimigos da nação. Dentre eles, notamos os que eram favoráveis à dissolução matrimonial, bem como os socialistas e comunistas. Tais grupos pregavam o amor livre, que se baseava na possibilidade da separação matrimonial na medida em que um dos cônjuges quisesse se casar com outra pessoa. Tinham, então, por premissa apoiar pensamentos individualistas e não coletivos, assim como o poder eclesiástico apontava em seu discurso.

Ao apregoar que as pessoas deveriam ter a liberdade de se separar a qualquer momento, esses grupos, inimigos do pensamento católico, estavam abrindo as portas para a possível dissolução matrimonial. Tal pensamento era totalmente rejeitado pelo poder eclesiástico, visto que o mais importante não era a felicidade individual, mas a coletiva.

No jornal *O Lampadario* do ano de 1931, encontramos um artigo que tem por objetivo reforçar a importância do casamento religioso. No decreto 181/1890, ficou estabelecido que o casamento civil fosse legalmente reconhecido pelo Estado, por conta do regime republicano, dito laico. O casamento religioso, dessa maneira, não poderia ser considerado oficial dentro do Brasil. Com o advento do republicanismo e a conseqüente separação do poder temporal do poder espiritual, a regulamentação do matrimônio ficou a cargo do Estado. Porém, a Igreja Católica não deixou de reafirmar a importância do casamento civil junto do casamento religioso.

Aplaudindo de coração este gesto nobre de V. Excia. em promover um meio eficiente de garantia da felicidade temporal e moral de nosso Estado, venho declarar a V. Excia. que há muito me preocupava a idéia de um acordo com o poder civil, dependendo principalmente da boa vontade e patriotismo dos seus executores, no sentido de ver assegurada não somente a herança de bens temporais, mas também a sua moralidade. Com a fiel

---

<sup>104</sup> A Família. *O Lampadario*, 04 de jun.1932,ano VIII. n°.30, p.1.

execução do decreto de V. Excia. da mesma data do honroso ofício que respondo, no tocante a gratuidade constitucional do chamado casamento civil, já temos mais de meio caminho andado, para um feliz resultado. Cumpre-nos bem considerar que não se trata do presente acordo da questão de precedência do contrato civil ao casamento religioso, mas de existência obrigatória de um e outro, pelas duas anotoridades da comarca e da paróquia. Só assim poderemos resolver as dificuldades que o contrato do casamento civil produziu no meio de um povo, já devidamente convencido da eficácia completa da instituição do sacramento do matrimônio.<sup>105</sup>

O fragmento acima faz parte de um ofício redigido por D. Aurélio de Miranda Henrique, arcebispo da Paraíba, para o presidente do Estado de João Pessoa. Notamos, então, a finalidade de mostrar o quão importante era a aliança entre o casamento religioso e o civil. Este era realizado de forma gratuita, se constituía como meio necessário para a efetiva consolidação dos laços matrimoniais. Aquele não poderia ser deixado de lado, em virtude de seu *status* de sacramento. Desse modo, através do referido jornal, o Arcebispo tenta alertar para a importância do casamento realizado na Igreja, pedindo para que o poder temporal também instruisse para que as pessoas se casassem na Igreja.

O poder eclesiástico, como podemos notar, dificultou a efetiva laicização do nosso país, uma vez que tentou fazer com que a sociedade oficializasse os seus respectivos casamentos na Igreja, mesmo que tal celebração não tivesse valor legal, somente simbólico.

De acordo com o Professor Wilmar Barbosa, os termos nação, democracia e laicidade são nomenclaturas que fazem alusão à modernidade, são termos que deveriam se contrapor à medidas conservadoras. Assim, em pleno regime republicano, instaurado no Brasil desde 1889, temos a laicidade como uma premissa do poder estatal, na qual, teríamos o poder temporal separado do espiritual. Entretanto, em uma sociedade marcada pela presença efetiva da religião e da Igreja Católica, podemos observar que ideais modernos, bem como a promulgação do divór-

---

<sup>105</sup>HENRIQUE, D. Aurélio de Miranda. Casamento Religioso. **O Lampadario**. 28 de jun. 1931, ano VI. n° 272, p.2.

cio, foram travados pelo poder eclesiástico, dificultando, assim, a modernização da sociedade e a concretização de um sistema laico.

Dentro dessa perspectiva, a laicidade, isto é, o princípio pelo qual se postula uma organização sociopolítica na qual o plano do religioso e o plano das instituições públicas são distintos, e na qual se estabeleça garantia jurídica plena de liberdade de culto e de expressão religiosa, dentre outras, é bem mais do que a simples distinção (e limitação) formal entre o poder “político/temporal” e o poder “religioso/espiritual”. Isto porque mesmo na ausência de sociedades teocráticas – que efetivamente foram poucas – a distinção moderna entre poder político e poder religioso, que impede o exercício direto do poder político pelas instituições religiosas, não impede que estas possam ser capazes de influenciar direta ou indiretamente as agendas públicas e as instituições estatais.<sup>106</sup>

Então, a premissa da laicidade, que está envolta na separação entre poder temporal e poder espiritual, não implica no fato de a Igreja não mais influenciar a sociedade, de acordo com suas doutrinas. Vale salientar que o Estado não adotava medidas que a proibia de fazê-lo.

Ainda sobre a questão da laicidade, no trabalho de pesquisa de campo realizado por Marcelo Camurça e Sueli Martins, os autores fazem uma análise das escolas da rede municipal de Juiz de Fora. Na pesquisa, identificamos a ausência de uma efetiva problemática no que concerne a identificação de objetos religiosos dentro do espaço público escolar.

Para os referidos pesquisadores, o fato de os professores e funcionários professarem sua religião e os símbolos de suas respectivas crenças fazerem parte do ambiente escolar é tratado com naturalidade. Os estudiosos identificam, pois, que “[...] uma das características históricas da modelagem da laicidade no Brasil se encontra no não equacionamento do seio da sociedade de uma normatização

---

<sup>106</sup>BARBOSA, Wilmar do Valle. Relações entre laicidade e religião: considerações sobre uma tensão permanente. In: **Numen: revista de estudos e pesquisas da religião**.v.16. n. 1 (Jan/Jun 2013). Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013. p. 84-85.

para o estabelecimento deste dispositivo [...]”<sup>107</sup> Assim, podemos identificar que não houve, em nossa sociedade, uma efetiva política sobre a questão da laicidade. Essa temática ficou mais implícita do que explícita, o que justifica que, nos espaços públicos, encontremos símbolos de caráter religioso.

Em consonância com a reflexão anterior, podemos dizer que nossa sociedade tenta se modernizar com a implantação de um regime republicano supostamente laico, mas ainda permanece, em sua essência, com características tradicionalistas, tais como: a presença de aspectos religiosos em lugares públicos, como nas escolas, por exemplo. Isso, por vezes, é algo naturalizado.

Observamos de forma recorrente na nossa pesquisa em diversas escolas da rede pública municipal de Juiz de Fora, diluída no ambiente laico e pedagógico, a presença naturalizada de símbolos religiosos [...] Esse signo cristão de matriz católica testemunha a presença disseminada da Igreja Católica na sociedade e espaço público brasileiro durante séculos. Ainda hoje sua “eficácia simbólica” possa ser relativizada pelo não emprego deles em práticas rituais explícitas dentro das escolas, simbolizam indiretamente em algumas delas mais que em outras, a presença difusa da religião (católica) [...] <sup>108</sup>

Para o pesquisador Carlos Cury, existem alguns indicadores para compreendermos o significado da laicidade. No corpo legal, estamos tratando da liberdade religiosa na qual temos a expressão livre de diversos cultos e o caráter público dos cemitérios. Dentro desse contexto, também encontramos as leis relativas ao casamento civil, à possibilidade do divórcio e o atestado de óbito como questões civis, ou seja, registros feitos em cartórios.<sup>109</sup> Todavia, constatamos que, apesar da República, no Brasil, questões diretamente ligadas ao poder temporal experimen-

---

<sup>107</sup>CAMURÇA, Marcelo; MARTINS, Sueli. A laicidade e o “jeitinho brasileiro”: formas diversificadas e improvisadas de regulação do religioso em ambientes laicos e públicos, o caso de escolas municipais de Juiz de Fora MG. **Numen: Revista de estudos e pesquisa da religião**. v.17. n.1 (Jan/Jun), 2014, p. 143.

<sup>108</sup>*Ibidem*, p. 145.

<sup>109</sup>CURY, Carlos Roberto Jamil. Laicidade e religião. In: BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira; PASSOS, Mauro; SILVA, Wellington Teodoro (orgs.). **O Sagrado e o Urbano: diversidades, manifestações e análise**. São Paulo: Paulinas, 2008, p. 127.

taram a efetiva participação do poder espiritual, como, já antes explicitado, a promulgação do divórcio.

Em outro artigo do ano de 1931, intitulado *Vínculo Conjugal*, podemos notar o discurso da Igreja Católica em torno da importância do casamento e de sua estabilidade:

A indissolubilidade de laços, porém, subsiste em relação ao casamento religioso. Era essa a situação com que se defrontava no problema ao divórcio a vinculo, a consciência dos cristãos batizados de todos quantos aceitavam esse sacramento da Igreja de Jesus. Impondo a indissolubilidade dos laços matrimoniais, a religião católica cimentar a estabilidade do lar. Ela consegue isso pela indispensável disciplina e pela alta significação que empresta a união de dois seres para toda a vida terrena. Não compreendem isso os que desvirtuam os fins nobres desse sacramento. O orador apresenta aos olhos dos ouvintes um quadro esplêndido da juventude que se move, sob o impulso dos seus sentimentos e de suas paixões, a procura do objetivo em que concentra suas ilusões. O jovem e a jovem que se unem devem ter a percepção de que para a felicidade matrimonial não se basta, cuja flama para como o rio da mocidade e o sopro da primavera. É preciso o respeito mútuo, é preciso a paciência recíproca, é preciso que marido e mulher se suportem e aceitem corajosamente as responsabilidades comuns.<sup>110</sup>

O artigo tenta ressaltar a instabilidade que o divórcio traria para dentro dos lares católicos. O que seria resolvido pelo cultivo da paciência e do respeito entre os cônjuges. A felicidade conjugal, de acordo com os princípios católicos, vai ser alcançada a partir desses “méritos”.

Para a Igreja, todos aqueles que não entendem a finalidade do casamento, os chamados divorcistas, não compreendem que a indissolubilidade do matrimônio é uma forma de trazer estabilidade para dentro do seio familiar. A partir dos artigos podemos observar uma dura crítica a esse tipo de postura e, também, ao individualismo das pessoas que aderiam ao amor livre, o que será algo veementemente combatido pelo poder eclesiástico. Essas questões também estão presentes

---

<sup>110</sup> Vínculo Conjugal. **O Lampadario**. 12 de jul. 1931, ano VI, n°.274, p.2.

no artigo do Padre Mario Couto, quando o religioso faz uma dura crítica aos casamentos na modernidade.

Senão vejamos. O que são os casamentos, maioria hoje? Um contrato de prazer, um regime de mútuo egoísmo, uma quase combinação a duo de se aproveitar a mocidade, como dizem, em gozos, e divertimento que em geral ainda mais esterilizam, os puros afetos da família. A mulher esposa leva consigo a preocupação da beleza física, da idolatria da sua mocidade, do horror aos deveres sérios do matrimônio, incompreensão dos castos prazeres e encantadoras delícias da pura vida familiar<sup>111</sup>

No ano de 1933, foi publicado um artigo do Padre Negromonte, no qual o mesmo fez uma pesquisa sobre o divórcio, no intuito de demonstrar o quanto era repudiada a dissolução do matrimônio. Mais uma vez, podemos identificar a nossa laicidade às avessas, uma vez que o jornal realiza um tipo de questionário para saber a opinião das pessoas a respeito de um assunto que, a priori, deveria ter um caráter estritamente governamental e não espiritual.

[...] Mas a pergunta continua de pé, angustiada e aterradora – O divórcio virá? Centenas de bocas já me interrogaram. E eu já tenho interrogado aos outros. Saber-lhes o modo de pensar e medir as possibilidades da derrota e da Victoria. Uma senhora católica respondeu-me aflita: - nem me fale nisto. E, explicando a aflição: Eu tenho filhas! Outra foi mais crédula e devota: - Nossa senhora não há de permitir esta desgraça no Brasil ... Uma professora pública me disse que já era tempo de libertar a mulher do jugo do homem. Um médico, professor, com uma admirável superioridade de cientista falou enfatuado e definido: - no sentido biológico (sic) o divórcio é uma necessidade. Um advogado, destes que, pela mania imitativa, justificam a descendência do macaco, ponderou que “o instituto do divórcio faz parte hoje de quase todos os códigos das nações civilizadas”. Um moço católico não se pejou de dizer que assim se resolveriam muitas situações difíceis. Uma religiosa exclamou. Oh! Não, não. O bom Deus ama tanto o Brasil!![...] vamos antes, fazer uma pequena crítica, das acima expendidas. Baseiam-se na ignorância, (a do médico-professor), no sentimentalismo, (a mãe de família), no individualismo-anarquico, (o moço católico), no desejo

---

<sup>111</sup>COUTO, Pe. Mario. Os delitos da família moderna. **O Lampadario**. 04 de jun. 1932, ano VIII, nº.30, p.2.



das liberdades desmedidas, (a professora), no pieguismo, religioso, tradicionalista e crédulo, (a devota e a religiosa). A que me parece mais objetiva é a do padre. Em todo caso, revela uma continuada marcha dos inimigos, que agora ainda não alcançaram.<sup>112</sup>

Dentro desse debate, mais uma vez, observamos a desqualificação de todos aqueles que são a favor do divórcio, tido como responsável pela dissolução da família e inimigo de Deus e do Brasil. De modo que a dissolução dos laços matrimoniais permite que as famílias fiquem desamparadas, desfazendo o modelo de sociedade ideal. Como já discutido anteriormente, o discurso da Igreja Católica sempre foi pautado pela valorização do casamento e pela veemente condenação daqueles que não compreendem a força da família.

Em outros artigos de *O Lampadario* podemos novamente refletir a respeito das duras críticas em torno do divórcio, assim como foi feito pelo Padre Negromonte.

Lei do divorcio, lei criminosa, lei assassina da vida da família e da vida religiosa, lei de anarquia e de desordem, que lhe prometera a liberdade e a felicidade, e lhe dará apenas, como a tantas outras mulheres, a escravidão e a miséria!... palavras da protagonista de “um divorcio”, bela e sugestiva obra de Paul Bourget. Estão claros aí os efeitos funestos da lei do divorcio cuja a principal finalidade é a desorganização da família.<sup>113</sup>

O discurso religioso em torno do divórcio é, em suma, uma tentativa de fazer com que todos valorizem mais a instituição “sagrada” do casamento, já que, com o advento da sociedade “laica”, os costumes e as tradições religiosos estavam ameaçados. Desse modo, o poder eclesiástico, com toda sua influência e prestígio perante o corpo social, tentou demarcar seu espaço de atuação, porque já não mais “dependia” do poder temporal para as suas demandas.

---

<sup>112</sup> Padre Negromonte. Se o divórcio virá? **O Lampadario**. 28 de jan.1933. ano VII.nº.354, p.1.

<sup>113</sup> Palavras Soltas. **O Lampadario**. 06 de maio. 1933. ano VIII. nº368, p1.

Logo, a Igreja, através dos jornais, tentou implementar seu discurso como se fosse lei. Assim como enfatiza Michel Foucault, “[...] os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer. Nós os conhecemos em nosso sistema de cultura: são os textos religiosos ou jurídicos [...]”<sup>114</sup>

Como parte integrante do projeto de afirmação católica, o clero atribuía a si tanto o direito quanto o dever de exercer o controle moral sobre a sociedade brasileira, independente da raça, sexo ou crença dos fiéis. Nessa perspectiva, era missão da Igreja traçar padrões normativos que deveriam regular o comportamento das pessoas.<sup>115</sup>

Assim, dentro dessa concepção do poder eclesiástico de normatização e controle moral da sociedade, temos a imprensa exercendo um papel fundamental nesse processo. Haja vista que os jornais católicos propagavam um discurso de moralização, na tentativa de difundir os preceitos de “boa conduta” para as pessoas.

Seguindo a mesma linha do jornal *O Lampadario*, em *O Lar Católico* temos várias críticas à questão da dissolução matrimonial. Em um artigo intitulado *Casamento único* é enfatizado que “O casamento desfeito, se desfaz uma família, desmorona um país” e continua “A religião quer a família grande, una, santa, fecunda, indissolúvel, indispensável ao bem estar das nações [...]”.<sup>116</sup> O discurso é pautado não somente na permanência da família e do bem estar, mas também no quanto os casamentos desfeitos são perniciosos para a harmonia da comunidade.

Por isto, o divórcio entra na legislação e nos costumes de um povo como produto de uma moralidade decadente e, uma vez introduzido, converte-se logo em fator ativo de mais profunda decomposição social. Não é este o caminho que leva a felicidade ao eixo das famílias. As desventuras conjugais nascem de

---

<sup>114</sup>FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. 13ªed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola. 2006, p.21.

<sup>115</sup>AZZI, Riolando. **Sob o báculo episcopal**: A Igreja Católica em Juiz de Fora 1850-1950. Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000, p.292.

<sup>116</sup>Casamento único. **O Lar Católico**, 1º de mar.1942. anoXXX.nº9, p.105-106.

paixões mal dominadas, e o divórcio não é escola de disciplina moral.<sup>117</sup>

Assim, como nos jornais, o Padre Leonel Franca também propõe que o divórcio não é uma forma de moralizar a sociedade, mas sim, ao contrário, uma maneira de trazer degradação. Nesse projeto, em que a Igreja Católica tem por intuito moralizar a sociedade, sem dúvida alguma, o divórcio foi um tema veementemente combatido por se constituir como um caminho que vai à contramão do pensamento dessa instituição religiosa, acerca de padrões normativos e morais.

O discurso de moralização propagado pela Igreja ganha muita força no período que compete à respectiva pesquisa (1930-1945), sobretudo por conta das democracias liberais estarem desacreditadas. A crise de 1929 abalou as estruturas econômicas do mundo e, conseqüentemente, afetou muito o Brasil. Logo, os regimes totalitários e autoritários ganharam força nesse contexto, já que demonstravam uma preocupação muito grande com a ordem e a “manutenção dos bons costumes”.

Dessa maneira, o poder eclesiástico teve grandes possibilidades de atuação em nosso país, em virtude desse cenário socioeconômico. Assim como enfatiza Azzi, “A Igreja Católica, portanto, é apresentada como um poderoso sustentáculo da ordem social, pois prescreve a seus fiéis a obediência irrestrita às autoridades [...]”<sup>118</sup>.

No artigo do dia 3 de janeiro de 1943, intitulado *Os casais infecciosos*, escrito pelo Pe. Palma, há a seguinte reflexão:

Como destruir e desorganizar a sociedade mundial? Desorganizando e destruindo a família com a dissolução do vínculo. O divórcio tende a degradar o matrimônio, Santo, indissolúvel, fecundo, honrado. O divórcio exalta o adultério, proclama o concubinato, arruína a família, desgraça o homem, a mulher, põe a

---

<sup>117</sup>FRANCA, Leonel. **O divórcio**. Rio de Janeiro: Agir, 1952, p.53.

<sup>118</sup>AZZI, Riolando. **Sob o báculo episcopal**: A Igreja Católica em Juiz de Fora 1850-1950. Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000, p.293.

perder os filhos, é o amor livre [...] A propaganda do divórcio é um crime de lesa-pátria. É anarquia, desordem, destruição e morte do matrimônio, da família individual e coletiva destruição da sociedade e do país. O divórcio nasce da corrupção dos costumes e vive e morre na perversão da maldade [...].<sup>119</sup>

Mais uma vez, percebemos um discurso em que o divórcio está associado à destruição das famílias. Durante a pesquisa, verificamos que a fala dos prelados é recorrente no que diz respeito à valorização do casamento. Dentro dessa perspectiva, em uma sociedade em que há permissividade, não há progresso, porque a pátria ideal depende de uma família estável e harmoniosa para seu êxito.

Em outro artigo de *O Lar Católico*, de 10 de janeiro de 1943, intitulado *Religião e família*, Pe. Palma descreve o mal que o divórcio causa às famílias: “[...] O divórcio e o desquite entram em cena para desgraçar as famílias com o simples fito de satisfazer as paixões lascivas [...]. Continua mais a frente: “A família é a raiz da sociedade que forma a nação viva ou morta”.<sup>120</sup>

Em ambos os artigos escritos pelo padre, notamos uma veemente crítica ao divórcio, já que a maior das preocupações do prelado era a dissolução da família. Os periódicos analisados eram de uso exclusivo da Igreja Católica e demonstram a intenção de pautar um discurso de valorização das famílias.

O repúdio ao divórcio era uma constante nos discursos que a Igreja Católica proferia pelo mundo. O Papa Leão, na época da legalização do divórcio na França, disse: “A vossa lei é uma traição à França. Com ela caminhais para a infelicidade dos lares, para a ruína dos costumes para uma leviandade criminosa na conclusão dos casamentos”.<sup>121</sup>

Em outro artigo religioso, o Pe. Sebastião Maria escreve: “Lar e família, família e lar são duas palavras tão sublimes, tão sagradas e unidas entre si que não podemos separar uma da outra sem as ferir no que têm de mais divino e belo que é a sua união indissolúvel e benfazeja”. Segundo o discurso do padre, lar e família

---

<sup>119</sup>Religião e família. *O Lar Católico*, 3 de jan.1943. ano XXXI. n°2, p.16.

<sup>120</sup>Religião e Família. *O Lar Católico*, 10 de jan.1943. ano XXXI. n°2, p.16.

<sup>121</sup>O divórcio. *O Lar Católico*, 14 de mar. 1943.ano XXXI. n°11, p.126.

têm o mesmo significado, logo tem a mesma importância e de forma alguma podem se separar, já que são uma coisa una e indissolúvel.

Desse modo, a partir da análise dos jornais da Igreja Católica de Juiz de Fora, podemos compreender que o poder eclesiástico tentou introduzir um discurso pautado pela moralidade e permanência dos “bons costumes”. Dessa maneira, como já discutido, o divórcio foi amplamente criticado, porque representava a dissolução de todos os preceitos religiosos. Assim, o vínculo matrimonial foi engrandecido enquanto sua dissolução sofria duras críticas.

Contudo, analisando processos de desquite em Juiz de Fora, percebemos que o discurso católico em prol da permanência dos casamentos não estava sendo seguido à risca pela população juiz-forana. Em 77 processos de desquite analisados, fora as separações que ocorreram por mútuo consentimento que são a maioria, as mulheres pediram mais o desquite do que os homens, conforme dados da tabela abaixo. Temos, então, um paradoxo: as mulheres, tão subjugadas pelo poder eclesiástico, foram as que mais pediram a separação conjugal.

#### **TABELA DE PROCESSOS DE DESQUITE 1930-1945**

<b>N° de processos de desquite pesquisados</b>	<b>Desquite por mútuo consentimento</b>	<b>Desquite pedido pelas esposas</b>	<b>Desquite pedido pelos esposos</b>	<b>Motivos</b>	<b>N° de processos</b>
77	41	21	15	Adultério	16
				Abandono do lar	14
				Maus tratos	10
				Injúria	4

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora/ Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Como podemos comprovar pela tabela acima, dos 77 processos de desquite pesquisados, 41 foram por mútuo consentimento, ou seja, os cônjuges entraram em acordo e se separaram sem conflitos, 21 processos foram pedidos pelas esposas e 15 pelos esposos. Esse quadro evidencia que o mito da mulher submissa não se constituiu como uma realidade. Em um espaço marcado por rígidas normas comportamentais, a submissão feminina não se concretizou de fato.

Dentro dessa perspectiva, as construções sociais e os sistemas simbólicos, que indicavam a naturalidade da submissão feminina, caem por terra. Como podemos comprovar a partir dos dados anteriormente citados, a total dependência da mulher em relação ao homem não era uma realidade preponderante. O número de processos nos indica que a realidade cotidiana da sociedade analisada era bem diversa do discurso propagado pela Igreja. Tanto é que o caráter indissolúvel do casamento não foi aceito unanimemente por toda a comunidade.

Ainda dentro da análise dos processos de desquite, foi possível perceber que as principais causas para o pedido de separação eram o adultério e o abandono do lar, mas também temos pedidos relacionados a maus tratos e injúrias. Dessa maneira, dos 21 processos de desquite solicitados pelas mulheres, escolhemos quatro para podermos refletir mais detalhadamente, já que possuem informações de suma relevância para a referida pesquisa.

O primeiro processo de 18/02/1930 foi solicitado por Maria Concetta Antenuzi (doméstica) contra seu esposo Luiz Antenuzi (comerciante), a acusação da requerente envolvia injúria e adultério. Os dois eram casados desde 17/06/1916 e o advogado da requerente solicitou o desquite nos seguintes termos:

Que a autora apesar de ser seviciada pelo réu, cujo estado normal é a embriaguez, soube sempre suportar com paciência o seu mau gênio e vícios [...] que esta injúria grave consistiu em o réu trazer para dentro da casa do casal, uma prostituta vulgar [...] que nesta ocasião, perdendo o controle de si mesma, abandonou desorientada, o seu lar, passando a viver [...] no Asilo de Mendigos desta cidade, de onde não mais pode se retirar, porque o

réu, sob o pretexto de ela estar louca, pretendia enviá-la para um hospício.<sup>122</sup>

O relato acima nos revela que, na tentativa de conseguir o desquite, o advogado tentou mostrar que, apesar de sofrer maus tratos, a requerente, pacientemente, tentou suportar essa situação no intuito de que seria passageira.

O advogado, através da argumentação, enfatiza que a requerente cumpriu seu papel de manter o matrimônio. Todavia, o marido, ao trazer outra mulher para dentro de casa, ultrapassou os limites da moralidade vigente. Os processos de desquite solicitados pelas mulheres sempre foram dificultados, mas Maria Concetta Antenuzi não poderia ser questionada.

Outra questão interessante, nesse processo, é o fato de a autora ter ido buscar abrigo em um asilo. Em uma sociedade marcada pelo discurso da submissão das mulheres perante os homens, muitos pais não aceitavam que suas filhas desquitadas retornassem à sua casa, independentemente do problema ocorrido em suas respectivas uniões. Então, a solução encontrada pela requerente foi buscar ajuda em um asilo.

Em outro processo de 14/05/1934, a requerente Darcy Menezes de Almeida (doméstica), a autora, acusa o esposo, Everaldo de Almeida, de sevícias. Casados desde 16/12/1933, a esposa estava grávida e alegava as seguintes acusações:

Que cerca de um mês após o casamento, o réu passou a destratar e maltratar a autora dirigindo-lhe graves injúrias [...] produziu-lhe, com a mão e mais de um dia, diversas lesões corporais embora sem derramamento de sangue [...] ameaçou agredir com um cinto [...] ameaçou também ofender com uma [...] de lenha que, durante uma noite inteira, conservou junto a cabeceira da cama, para intimidação permanente [...] que fez o mesmo com uma tesoura [...] de outras numerosas feitas, prendeu a autora em casa, cujas portas fechou, e levando as respectivas chaves saiu para a rua, onde se demorou [...] algumas vezes deixou a autora sem alimentos necessários, cuja aquisição recusava [...] certo dia lançou a um cão da casa a alimentação destinada a au-

---

<sup>122</sup>Processos de desquite. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. 18/02/1932.

tora nas duas refeições principais, e quis que ela comesse junto com o animal.<sup>123</sup>

No processo acima, o advogado tentou demonstrar como a autora da denúncia fora maltratada, ainda no início do casamento, destacando a gravidez. Além disso, a mulher sofria ameaças constantes e era tratada como um animal, já que foi forçada a comer junto ao cão da casa. O advogado, então, tentou alertar o juiz da impossibilidade de se manter os laços matrimoniais em virtude da ameaça à vida da requerente e da criança.

Em outro processo judicial de 06/10/1941, a requerente Magnolia Gonçalves (doméstica) acusa o esposo, Octacilio Gonçalves (sapateiro) de abandono do lar. Casados desde 16/02/1929, a autora acusa o marido nos termos a seguir:

Que assim casados, ao invés de prover as necessidades do lar, entregou-se ao desemprego o R, nascendo de sua ociosidade uma época de privações para a esposa, culminando em ser esta forçada a trabalhar como operária têxtil, em circunstâncias impróprias de adiantado estado de gestação, para suprir o lar de que competia e se negava o marido.<sup>124</sup>

No relato acima, o advogado reafirma a ideia de que o marido deve ser o único responsável pelo sustento do lar. Por conta da ociosidade do cônjuge, a esposa foi obrigada a trabalhar em estado adiantado de gravidez para prover, economicamente, o lar. Nesse discurso, observamos a clara tentativa do advogado de demonstrar que as funções tidas como “naturais” para um casal estavam invertidas.

Como a nossa sociedade sempre foi marcada por rígidas fronteiras entre os gêneros, cabe ao masculino a função do trabalho fora de casa e ao feminino as tarefas restritas ao ambiente doméstico, a inversão dos papéis, no caso acima citado, possibilitou que a esposa tivesse o direito ao divórcio. De modo que as cons-

---

<sup>123</sup>Processos de desquite. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. 14/05/1934.

<sup>124</sup>*Ibidem*, 06/10/1941.



truções simbólicas foram também utilizadas para facilitar a aceitação dos pedidos de separação.

Por fim, no processo de desquite de 18/01/1943, a autora Analia Brandão (doméstica) acusa seu marido, Aduino Brandão (bancário), de abandono do lar:

Que a requerente há mais de um ano, ou seja, desde outubro foi convencida pelo seu referido marido de que, com a guerra e conseqüente encarecimento do custo de vida, como medida de economia, devia a requerente a passar a residir, com os filhos do casal, na vizinha cidade do Pomba, onde tudo é mais barato.<sup>125</sup>

A esposa relata que chegou a passar necessidade com os filhos, porque o marido descumpriu a promessa de prover sua família, mesmo em outra cidade. A defesa tenta provar que a mulher foi obediente a seu marido, já que se deslocou na intenção de ajudar seu cônjuge.

Assim, podemos identificar que, em todos os relatos, foi utilizado o discurso social dominante: mulheres passivas, pacientes, obedientes, o que facilitaria a aceitação judicial dos respectivos processos. Eis um paradoxo: o que, a princípio, desqualificava a função feminina foi usado em favor das mesmas.

Dos 15 processos de desquite solicitados pelos esposos foi separado apenas um, porque define bem a concepção que os homens tinham acerca da função social das mulheres. No processo de 20/01/1931, observamos parte da história do requerente Herculano Baessa Campos (operário) e da requerida Maria das Dores Camargo Baessa (doméstica). Casados desde 12/05/1930, o autor acusa a esposa de descuido com os deveres da casa, como podemos observar abaixo.

Que nos últimos anos, a ré tem manifestado injustificável descuido pelos seus deveres de esposa, abstendo-se dos naturais trabalhos a que sua condição social [...] e mesmo dos que em qualquer condição podem exigir-se de dedicadas mães de famí-

---

<sup>125</sup> Processos de desquite. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. 18/01/1943.

lia e deu-se a exigências inatendíveis de luxo e hábitos de dissipação dos haveres do casal [...]<sup>126</sup>

Assim, como podemos notar no fragmento acima, os argumentos do requerente são pautados por uma representação na qual as mulheres teriam “funções naturais”. De modo que a esposa não cumpria os seus deveres, o que justificava a separação.

Qual, então, seria a real representatividade das mulheres condicionadas ao papel de “rainhas do lar” e que, conseqüentemente, não podiam optar pelo divórcio, de acordo com os preceitos católicos?

No decorrer da pesquisa, a resposta se torna clara. O discurso recorrente nos periódicos católicos, na realidade, não cabia no cotidiano das mulheres. Há, dessa maneira, uma discrepância entre o dia a dia, mais dinâmico, mais diverso e plural, e o discurso religioso transpassado pela rigidez e pela estagnação.

Como nos diz Chartier: “As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinados pelos grupos que as forjam [...]”.<sup>127</sup> Logo, podemos compreender, a partir da fala do autor, que por mais que a sociedade faça construções simbólicas que colocam as mulheres em uma condição de subalternidade, elas não se mantiveram relegadas ao discurso de dominação. A partir da análise dos processos de desquite, podemos conferir que a voz das mulheres, que habitavam o espaço de tempo da pesquisa, reverberavam na direção contrária à ideia de subalternidade e de dependência.

Dessa forma, os processos nos conduzem a uma realidade muito distinta do pensamento pregado pela Igreja Católica em seus jornais. Para o poder eclesiástico, como já refletido, o casamento deveria ser indissolúvel, já que é considerado como sacramento. Em segundo lugar, a ideia acerca do papel das mulheres era respaldada pela submissão perante os homens, o que, em boa medida, as tornavam responsáveis pela manutenção e harmonia do lar.

---

<sup>126</sup>Processos de desquite. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. 20/01/1931.

<sup>127</sup>CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990, p.17.

De acordo com o dizer de Azzi, “Segundo os padrões tradicionais, ainda defendidos com vigor por parte significativa do clero e pelo laicato católico a ele vinculado, a mulher deveria continuar com suas atividades reduzidas à esfera do lar”.<sup>128</sup> Esse discurso foi enfatizado em vários artigos dos jornais pesquisados. Contudo, os processos de desquite nos revelam que, na realidade, os preceitos da Igreja Católica não estavam sendo seguidos de maneira geral.

Dentre o número de processos consultados para esta pesquisa, as mulheres eram mais requerentes nos pedidos de separação do que os homens. De modo que a consulta dos documentos nos leva a acreditar que as mulheres, nesse contexto, se posicionavam como responsáveis pelos rumos da sua própria vida. A submissão, dessa maneira, não era tida como regra geral.

Logo, podemos entender que a representação colocada pela Igreja Católica não teve uma repercussão ampla, como percebemos através dos processos de desquite. De modo que esse discurso não tinha uma representatividade dentro da realidade de diversos grupos sociais, pois assim como falamos anteriormente, o casamento oficial e a condição das mulheres de ficarem reclusas no ambiente doméstico não era um contexto que cabia a todas as camadas sociais.

Como enfatiza Azzi e Gripj,

Apesar de toda a rigidez católica, as separações de casais eram bastante comuns, mesmo no interior do país [...] Como se pode observar, havia bastante distância entre o ideal apregoado pela Igreja e a realidade cotidiana da vida dos católicos, nem sempre condizentes com as normas eclesiásticas.<sup>129</sup>

Desse modo, a normatização da relação entre os gêneros não se enquadra na dinâmica do cotidiano, porque muitas mulheres se posicionaram de maneira bem distinta dos preceitos religiosos.

---

<sup>128</sup> AZZI, Riolando. **Sob o báculo episcopal**: A Igreja Católica em Juiz de Fora 1850-1950. Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000, p.300.

<sup>129</sup> AZZI, Riolando; GRIPJ, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/ 3-2: terceira época: 1930-1964. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008, p.150.

### **3. GETÚLIO VARGAS E A IGREJA CATÓLICA: UMA ALIANÇA IMPLÍCITA**

#### **3.1. A Restauração Católica no Brasil: o processo de recristianização da sociedade**

Em 1930, assistimos ao início da chamada Era Vargas. Tal período foi marcado por uma grande centralização política, pela exaltação do nacionalismo, bem como por uma aliança implícita entre o poder temporal e o poder espiritual. No governo de Getúlio Vargas, a Igreja Católica teve mais espaço para propagar suas doutrinas de cunho normativo, porque o presidente se valia da influência dessa instituição religiosa para legitimar seu governo.

O poder eclesiástico, então, sabendo de sua influência perante a sociedade, ajudava o governo vigente e continuava a exercer seu papel de instituição moralizadora. Ambos os poderes tinham uma característica em comum: a preocupação demasiada com a permanência da ordem e dos “bons costumes”.

Desse modo, no referido período, não foi difícil para a Igreja Católica inserir suas doutrinas no corpo social, sobretudo no que tange ao respeito à questão da valorização dos laços matrimoniais e da não possibilidade de sua dissolução. Contudo, como já vimos anteriormente, as doutrinas normativas da Igreja não foram absorvidas por todos do corpo social. As simbologias colocadas, bem como a distinção entre os gêneros foram representações que não faziam parte da realidade das pessoas.

A questão do divórcio foi um tema que gerou muita preocupação para os prelados, pois, no período pesquisado, o tema foi ganhando mais espaço para discussão, contudo, com o auxílio do poder temporal essa temática ficou de lado, evidenciando, assim, a relação de mútua cooperação existente entre ambos os poderes.

Desse modo, no presente capítulo temos por finalidade abordar o processo intitulado de Restauração Católica com a finalidade de compreendermos a relação entre o poder temporal e o poder espiritual. Além disso, refletir em que medida a aproximação entre ambos ajudou na consolidação de alguns projetos da Igreja

Católica, bem como na continuação de um discurso normativo para os gêneros e na não promulgação do divórcio no Brasil.

A partir dos periódicos selecionados para a pesquisa, será possível observarmos essa relação de proximidade entre ambos os poderes e em que medida a imprensa católica ajudou nessa relação.

Dentro desse ideal de recristianizar a sociedade, o poder temporal tinha por intuito intensificar o discurso normativo em torno dos gêneros. Tanto é que os prelados, para terem êxito, contavam com a ajuda das mulheres, porque as consideravam mais inclinadas para questões religiosas. A permanência delas no ambiente privado do lar foi muito valorizada, já que os prelados contavam com elas para difundir suas doutrinas em casa para os filhos e os maridos.

Iniciado pela Igreja Católica na década de 1920, assim como observa Azzi, “[...] o período que se inicia com os anos 20 pode ser definido adequadamente, sob o aspecto religioso, como Restauração Católica”<sup>130</sup>. Obteve seu auge no período de Getúlio Vargas, pois foi no referido governo que o poder eclesiástico teve mais espaço de atuação após o início do regime republicano, já que tanto o poder temporal quanto o poder espiritual tinham objetivos em comum perante a sociedade, visto que ambos os poderes valorizavam a permanência das tradições.

De acordo com o pesquisador Riolando Azzi, o termo “Restauração Católica” tem um sentido paralelo, pois não se tem por escopo introduzir novas perspectivas na vida do poder eclesiástico, mas se tem por finalidade reorganizar a instituição católica em um modelo já existente. Esse paradigma, ao ver dos prelados, é de uma Igreja concebida como poder espiritual, em que suas atividades sociais e políticas colaboram com o Estado.<sup>131</sup>

A Restauração Católica não significa uma ruptura com o movimento iniciado pelos bispos reformadores na época imperial. Trata-se apenas de uma evolução da mesma concepção da Igreja. Mantêm-se nessa época as três idéias fundamentais do período anterior: necessidade de maior formação do clero e instrução religiosa do povo; atitude apologética com relação à maçonaria, o protestantismo e o espiritismo [...] Existem, todavia, dois novos aspectos que servem para caracterizar a Restauração Católica. Em primeiro lugar, consciência da necessidade de uma maior presença efetiva no âmbito da sociedade brasileira. Em

<sup>130</sup> AZZI, Riolando. **A neocristandade**: um projeto restaurador. São Paulo: Paulus, 1994,p.20.

<sup>131</sup> *Ibidem*, p.22.

segundo lugar, e como consequência do aspecto anterior, o empenho por uma maior aproximação e colaboração entre Igreja e Estado.<sup>132</sup>

Logo, podemos observar que o termo Restauração Católica não tinha como objetivo transformar as doutrinas da Igreja, mas sim reorganizar e reconduzir a ação do poder eclesiástico em nossa sociedade. Por isso, quando estamos falando dessa reforma da Igreja no Brasil, que teve seu início na década de 1920, principalmente a partir do governo de Artur Bernardes, estamos falando de uma reorganização e reestruturação dessa instituição religiosa. Na verdade, o que estava sendo proposto era uma reforma a partir de um modelo de Igreja que já existia e que só estava necessitando de aperfeiçoamento. Então, as principais metas do mesmo seria uma maior aproximação tanto de seus adeptos, quanto do poder temporal.

Na separação entre poder temporal e poder espiritual, a hierarquia eclesiástica teve que se aliar a outro segmento da sociedade. Quando “não” mais tinha o apoio do poder público, se aliou à classe emergente do período. Assim, aliado ao setor privado da sociedade, propôs uma reforma católica de cima para baixo, pois os setores privados, com a orientação eclesiástica, iriam difundir a doutrina católica para os grupos mais abastados da sociedade, na tentativa de formular um país católico a partir da chamada neocristandade. Portanto, de acordo com a historiadora Jessie Jane, com relação à separação entre o poder temporal e o poder espiritual a mesma identifica que

[...] a sua separação do Estado significou uma dependência dos setores privados locais, o que, nos primeiros anos da República, resultou numa crescente identificação com as novas classes sociais emergentes. Porém, isso não revelou uma identidade com os interesses dos setores mais proletarizados [...] a Igreja tendeu a concentrar sua atenção na formação e preparação de uma elite intelectual católica [...] assistimos ao influxo de ordens religiosas estrangeiras para a abertura de escolas destinadas às classes médias altas, com o objetivo de educar e formar elites urbanas que pudessem promover e difundir o catolicismo na sociedade brasileira.<sup>133</sup>

---

<sup>132</sup> AZZI, Riolando. **Sob o báculo episcopal**: A Igreja Católica em Juiz de Fora 1850-1950. Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000, p.190-191.

<sup>133</sup> SOUZA, Jessie Jane Vieira. Os círculos operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil: uma discussão historiográfica. **Revista de História**.nº7, 1998,p. 152.

Desse modo, muitas vezes, o discurso católico não tinha consonância com toda a sociedade. Promover, portanto, uma universalização do corpo social era impossível, haja vista a pluralidade das categorias sociais. Desse modo, a normatização não atingia a todos. No que diz respeito ao trabalho feminino fora do lar, que foi duramente criticado pelos prelados, fazia parte da realidade cultural e econômica de muitas mulheres.

Contudo, de acordo com o pesquisador José Oscar Beozzo, em consonância com a historiadora Jassie Jane, a estratégia da Igreja Católica, no período do regime republicano, não visava diretamente o povo, mas sim as elites, pois com o estabelecimento de uma rede de colégios em todo o país, o clero desejava cristianizar as elites, para que, conseqüentemente, cristianizassem o povo. Foi assim uma reforma pelo alto: das elites para o povo.<sup>134</sup>

Consolidado o regime republicano no Brasil, a Constituição de 1891, a partir do decreto nº 119, oficializou a separação entre a Igreja Católica e o Estado. De acordo com o pesquisador Henrique Matos, o poder eclesiástico, neste contexto, teve duas perspectivas no que diz respeito ao início do regime republicano. A primeira era relativa ao grupo de prelados que apoiava de fato o novo regime, pois teriam mais liberdade tanto de atuação com a sociedade, quanto no que diz respeito à restauração interna da Igreja. Já outros grupos dessa instituição religiosa lamentavam os “maus tempos” de uma política que, a seus olhos, era sem Deus, pelo fato do poder espiritual não ter mais os privilégios com relação ao poder temporal.<sup>135</sup>

Já a historiadora Jessie Jane Souza destaca que, apesar dessas divergências internas dentro da Igreja Católica, acerca do novo regime instaurado no Brasil, o poder eclesiástico teve, com a Proclamação da República, algo que nunca teve ao longo dos regimes imperiais no Brasil: liberdade de atuação.

---

<sup>134</sup> BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a “Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização”. In: FAUSTO, Boris (org.) **História geral da civilização brasileira Vol 4 Tomo III: O Brasil Republicano: economia e cultura**. São Paulo: Difel, 1984, p.280.

<sup>135</sup> MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história 500 anos da presença da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo. Paulinas. 2003, p.19.

A separação da Igreja Católica com o Estado ao mesmo tempo em que retirou alguns privilégios, bem como materiais, o fato de ser a religião oficial do Estado e também ser responsável pelas certidões de casamento, óbito e nascimento, trouxe consigo algo que o poder eclesiástico não tinha, devido a sua estreita relação com o poder temporal, a sua liberdade.<sup>136</sup>

Desse modo, com a separação entre os poderes temporal e espiritual, a Igreja, sem dúvida, teve mais liberdade para o seu processo de restauração. O que, mais uma vez, tinha um cunho doutrinário. Como destaca Matheus Vieira, “teve como objetivo a conservação dos costumes e da tradição, postura estratégica da reação católica Ultramontana”<sup>137</sup> De acordo com a fala do pesquisador mencionado, podemos identificar que a restauração pela qual a Igreja Católica estava passando, além de ter como foco a valorização das tradições e costumes, também tinha uma clara orientação de Roma.

Nesse processo, podemos verificar que a Igreja pretendia fazer florescer o surgimento de uma nova cristandade: a neocristandade<sup>138</sup>. Diferentemente da anterior, na qual o poder eclesiástico era submetido ao Estado, nessa nova fase, tanto o poder temporal quanto o poder espiritual teriam uma relação de mútua cooperação.

Dentro desse ideal de neocristandade, a Igreja Católica seguia algumas diretrizes. A primeira delas: a superação do laicismo, que, segundo os prelados, foi uma característica da primeira República e deveria ser veementemente combatida. Em um segundo momento, tínhamos uma grande preocupação com o avanço das ideias socialistas e comunistas, a Igreja adotou, portanto, uma postura muito rígida com relação a esses pensamentos. Em terceiro lugar, notamos o fortalecimento do princípio de autoridade, porque, de acordo com o pensamento religioso, qualquer

---

<sup>136</sup> SOUZA, Jessie Jane Vieira. Os círculos operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil: uma discussão historiográfica. **Revista de História**.nº7, 1998, *loc.cit*,p. 152.

<sup>137</sup> VIEIRA, Matheus Machado. “**Viciadas e perversas ou honestas e respeitadas?**” **A representação do matrimônio, da mulher e da família no discurso religioso e judiciário: Ponta Grossa (1930-1945)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2014, p.104.

<sup>138</sup> Para a historiadora Mabel Pereira, cristandade seria um sistema de relações da Igreja com o Estado em uma determinada cultura e sociedade. Desse modo, a neocristandade também reflete essa relação entre o poder temporal e o poder espiritual, contudo, em uma relação de mútua cooperação que faz parte do projeto da Restauração Católica iniciada na década de 1920.



movimento de cunho mais liberal deveria ser combatido. E por fim, a reafirmação de uma presença mais efetiva da igreja na sociedade.<sup>139</sup>

É importante enfatizar que, ainda dentro do regime republicano, foi a partir do governo de Artur Bernardes que a Igreja Católica começou a ter mais espaço de atuação. No governo de Getúlio Vargas, intensificou ainda mais essa aproximação entre os poderes. Por volta da década de 1920, temos em nosso país um clima generalizado de descontentamento e reivindicações que levou o Brasil a um período de conflitos tanto no campo social quanto no político. Observando essa situação, o então presidente da República Artur Bernardes solicitou explicitamente a colaboração da Igreja para conter a onda revolucionária que atingia o país nesse momento.

Assim, o governo verificou no poder eclesiástico uma influência perante a sociedade capaz de restaurar a ordem e a autoridade. Logo, dentro desse clima de tensão, tivemos o início da reaproximação entre poder temporal e poder espiritual.<sup>140</sup>

A partir da década de 1930, a Igreja Católica começou a promover Congressos Eucarísticos, pois como afirma Azzi “Os Congressos Eucarísticos, por sua vez, constituem nessa década a forma mais expressiva utilizada pela Igreja para reafirmar de modo visível sua presença na sociedade brasileira”.<sup>141</sup> Essas mobilizações contavam com grande adesão popular e eram uma forma da Igreja Católica se utilizar do sentimento patriótico do povo para promover sua fé e mostrar para o poder temporal sua influência perante a sociedade.

O primeiro Congresso Eucarístico Nacional aconteceu na Bahia, em 1933, o segundo em 1936, em Belo Horizonte e o terceiro em 1939, no Recife. Ainda tínhamos os Congressos regionais que falaremos com mais afinco em tópico posterior. Esses congressos faziam parte da estrutura do projeto de Restauração Católica, no qual era de suma importância uma aproximação maior com os fiéis e tam-

---

<sup>139</sup> AZZI, Riolando. O fortalecimento da restauração católica no Brasil 1930- 1940. In: **Síntese: Revista de filosofia**. V.6. n°17, 1979 . p.70.

<sup>140</sup> MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história 500 anos da presença da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo. Paulinas. 2003, p.51-52.

<sup>141</sup> AZZI, Riolando. O fortalecimento da restauração católica no Brasil 1930-1940. In: **Síntese: Revista de Filosofia**.v.6.n°17, 1979 . p.77.

bém era relevante mostrar para o governo o quão influente era a Instituição Católica.

Os Congressos Eucarísticos nacionais, iniciados na década de 30, constituíram uma das manifestações públicas mais importantes utilizadas pela Igreja Católica para reafirmar sua presença na sociedade. Quatro eram as finalidades principais dessas solenes manifestações da fé. Em primeiro lugar demonstrar publicamente a força da instituição católica, através de um contingente numeroso de fiéis, convocados oportunamente pela hierarquia eclesiástica. Além disso, reafirmar a preeminência da fé católica entre o povo brasileiro, de forma a marginalizar o mais possível a ação de outras denominações religiosas [...] era um modo de advertir o governo do país que devia pautar sua atuação pelas orientações da doutrina católica. Por último, essas solenes manifestações de fé deviam indicar que era chegado o momento de transformar o Brasil num país verdadeiramente cristão [...]<sup>142</sup>

Ainda, além dos Congressos Eucarísticos, a recristianização da sociedade contava com múltiplos institutos religiosos, tanto masculinos quanto femininos. Dentre eles, podemos destacar o Centro Dom Vital<sup>143</sup> no Rio de Janeiro. Criado em 1922 por Jackson Figueiredo, o centro tinha por finalidade orientar o laicato católico: “Fundado no Rio de Janeiro em 1922, o Centro Dom Vital destinava-se à recatolização da intelectualidade brasileira [...] emergindo como figuras de primeira grandeza, Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima e Gustavo Corção [...]”<sup>144</sup>

Se, por um lado, o poder eclesiástico queria restringir a atuação de expressões religiosas populares, por outro havia uma preocupação muito grande com relação ao espaço para os intelectuais leigos. A abertura do Centro Dom Vital está totalmente associada a esse período de Restauração Católica, no qual o laicato leigo teve grande espaço de atuação em nossa sociedade.

---

<sup>142</sup> , AZZI, Riolando. **Sob o báculo episcopal**: A Igreja Católica em Juiz de Fora 1850-1950. Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000, p.308.

<sup>143</sup> O nome Centro Dom Vital está associado ao bispo de Pernambuco *Dom Frei Vital* Maria Gonçalves de Oliveira Júnior que foi um grande defensor da Igreja Católica no Brasil.

<sup>144</sup> AZZI, Riolando. **Sob o báculo episcopal**: A Igreja Católica em Juiz de Fora 1850-1950. Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000, p.264.

Outro importante instrumento para a Restauração Católica foi a utilização da imprensa. No mesmo período da criação do Centro Dom Vital na cidade do Rio de Janeiro também tivemos a criação da revista *A Ordem* que se constituiu como uma referência no que diz respeito à imprensa católica no Brasil.

A utilização de periódicos pelo poder eclesiástico não era algo novo, pois, desde épocas mais remotas, a mesma fazia uso dos jornais para a promoção de seus pensamentos. Claro que podemos observar que, com o passar dos tempos, a utilização dos mesmos foi se aperfeiçoando de acordo com a necessidade dos prelados. Tanto a revista *A Ordem* quanto o Centro Dom Vital são dois eventos que estão estritamente ligados. É o início da mobilização da intelectualidade católica, sob a orientação do poder eclesiástico e, principalmente, de Dom Sebastião Leme, para levar adiante o projeto da Restauração Católica no Brasil.<sup>145</sup>

De acordo com a historiadora Jassie Jane Souza, o discurso da Igreja Católica é pautado por uma oratória muito persuasiva e por qual razão não dizer de grande influência perante a sociedade. Assim, tentava colocar para a comunidade, a partir de seus periódicos, a importância da manutenção dos “bons costumes” e tradições, com um discurso sempre baseado em regras normativas para a sociedade, já que o intuito era de permanecer com a ordem já estabelecida.

A Igreja Católica utiliza essencialmente a linguagem oral, gestual, etc, como instrumento de intervenção social. Seu discurso explicativo e, ao mesmo tempo, normativo torna-se atemporal e aplicável à comunidade porque parte dos sentimentos mais profundos da psique humana [...]<sup>146</sup>

Assim como Michel Foucault salienta: o discurso é uma forma de poder. A Igreja Católica se utilizava do seu discurso normativo para tentar fundamentar suas doutrinas. Por ser uma instituição de grande influência, tinha, em sua fala,

---

<sup>145</sup> AZZI, Riolando. **Sob o báculo episcopal**: A Igreja Católica em Juiz de Fora 1850-1950. Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000, p. 263.

<sup>146</sup> SOUZA, Jessie Jane Vieira. Os círculos operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil: uma discussão historiográfica. **Revista de História**. n° 7, 1998, p. 154.

grande respeito por parte da comunidade. Logo, a partir de seus periódicos, em pleno regime republicano de caráter laico, o poder eclesiástico continuou a difundir seus preceitos e, com o apoio do governo de Getúlio Vargas, que era muito preocupado com a moralização e honra das famílias, continuou a proferir um discurso de desigualdade entre os gêneros, no qual as mulheres foram intensamente estereotipadas.

Desse modo, é possível compreender que o projeto de restauração da Igreja Católica tinha por escopo tanto uma aproximação com o Estado, no qual ambos teriam uma relação de mútua cooperação, quanto com a sociedade. Dentro desse processo, não havia a intenção de mudar radicalmente as estruturas dessa instituição religiosa, mas sim aperfeiçoá-las dentro de um modelo já existente.

Assim, podemos entender que, apesar de estarmos em um regime republicano, o poder eclesiástico teve grande espaço de atuação para propalar seu discurso normativo e, com o auxílio do governo vigente, os prelados continuaram a difundir tal discurso em torno dos gêneros. Portanto, a relação de mútua cooperação entre o poder temporal e o poder espiritual é de suma importância para entendermos as construções sociais e as representações constituídas para os gêneros em nossa sociedade.

### **3.2. Os reflexos da Restauração Católica em Juiz de Fora**

A presença mais efetiva da Igreja visa criar uma sociedade que respeite os valores tradicionais do catolicismo. Esses princípios morais, religiosos e sociais encontram sua inspiração numa mentalidade conservadora, onde predominam os valores de ordem e autoridade [...] Havia pouco lugar nessa concepção para ideias marcadamente liberais, democráticas e socializantes, características da modernidade política e social dos Estados.<sup>147</sup>

---

<sup>147</sup> AZZI, Riolando. **Sob o báculo episcopal: A Igreja Católica em Juiz de Fora 1850-1950.** Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000, p.191.

No presente tópico, temos por objetivo abordar os reflexos da Restauração Católica na cidade de Juiz de Fora. O referido projeto, que ocorreu a partir da década de 1920 e teve por finalidade uma reaproximação entre o poder temporal e o poder espiritual onde os mesmos teriam uma relação de mútua cooperação, já foi comentado em âmbito nacional em tópico anterior, agora será observado a nível municipal. Desse modo, faremos um estudo sobre os reflexos desse projeto de reestruturação católica na cidade supracitada e, assim, poderemos entender como a Igreja Católica teve grande espaço de atuação em Juiz de Fora no regime republicano.

A Restauração Católica, com início na década de 1920, teve grandes efeitos na cidade de Juiz de Fora, pois em 1926 observamos a construção do Seminário Santo Antônio. Esse empreendimento foi uma obra de suma relevância para o catolicismo na cidade e teve por idealizador o bispo Dom Justino de Santa'ana, figura muito importante no processo de reestruturação do poder eclesiástico. Assim como identifica Azzi, “Desde fins do século XIX a Santa Sé vinha insistindo para que cada diocese tivesse seu próprio seminário. Pode-se dizer que na realidade, a formação dos futuros sacerdotes constituía uma das metas principais dos novos bispos designados pela Santa Sé [...]”.<sup>148</sup> Com a criação da diocese de Juiz de Fora, em 1924, foi possível pensar na estruturação de um seminário para a cidade, no intuito de obter um centro formador de religiosos ligados ao projeto reformador da Igreja.

Tivemos em Juiz de Fora, nesse período da Restauração Católica, a formação de dois centros de intelectualização do laicato juiz-forano, já que a abertura para atuação dos militantes leigos foi uma das características desse processo reformador. O primeiro foi a União dos Moços Católicos e o segundo O Centro Dom Vital.

[...] É da capital mineira que os católicos de Juiz de Fora recebem a influência para a fundação da União dos Moços Católicos. Essa associação tinha encontrado, desde o início, o apoio

---

<sup>148</sup> AZZI, Riolando. **Sob o báculo episcopal**: A Igreja Católica em Juiz de Fora 1850-1950. Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000, p.246.

dos redentoristas holandeses instalados na paróquia belo-horizontina de São José. Serão os seus frades, residentes junto à igreja da Glória que darão apoio à fundação juiz-forana.<sup>149</sup>

O Centro Dom Vital foi inaugurado em 04 de agosto de 1933. Esse centro foi criado no município em virtude da aproximação entre Alceu Amoroso Lima, que coordenava o Centro do Rio de Janeiro, com Henrique José Hargreaves que foi um militante católico muito ativo na cidade de Juiz de Fora. Dentro do projeto de Restauração Católica, por mais que se tivesse a premissa da restrição à autonomia popular no que diz respeito às expressões religiosas, também fazia parte das diretrizes dessa reforma ter espaço para os intelectuais leigos.

Como afirma Azzi, “Se, por um lado, o período da Restauração Católica é marcado por uma crescente restrição à autonomia das expressões religiosas populares, não falta, por parte da hierarquia, a preocupação em abrir espaço para os intelectuais leigos dentro da igreja.”<sup>150</sup> Assim, tanto a criação da União dos Moços Católicos quanto à do Centro Dom Vital estavam dentro desse projeto de maior abertura para o laicato juiz-forano.

Com relação a Henrique José Hargreaves é importante enfatizar que o mesmo foi uma figura muito representativa no laicato juiz-forano. Nascido em Sabará no ano de 1903, veio para Juiz de Fora ainda criança e participou ativamente do projeto de Restauração Católica na cidade.

Desde o início da década de 30 Henrique Hargreaves esteve envolvido de corpo e alma no processo de recristianização da pátria brasileira, liderado pela hierarquia eclesiástica e pelos intelectuais do Centro Dom Vital do Rio de Janeiro, os quais propugnavam a implantação de uma nova cristandade.<sup>151</sup>

---

<sup>149</sup> AZZI, Riolando. **Sob o báculo episcopal: A Igreja Católica em Juiz de Fora 1850-1950.** Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000, p.253.

<sup>150</sup> *Ibidem*, p.262.

<sup>151</sup> AZZI, Riolando; PEREIRA, Mabel Salgado. **Henrique José Hargreaves: expressão do laicato juiz-forano.** Juiz de Fora: Instituto cultural São Tomás de Aquino, 2003, p.86.

Ao longo da década de 1930, Hargreaves se destacou como líder de vários movimentos do laicato católico, em Juiz de Fora: bem como a União dos Moços Católicos, o Centro Dom Vital, a Ação Católica e a faculdade de filosofia.<sup>152</sup>

Outra questão de suma importância com relação aos projetos reformadores em Juiz de Fora é o que diz respeito aos Congressos Eucarísticos. Como já falado em tópico anterior, foram movimentos que começaram a partir de 1933, sendo que o primeiro foi realizado no Recife. Esses congressos que tinham a intenção de mostrar tanto para a sociedade quanto para o governo a influência e a importância da Igreja Católica, também tiveram sua expressão a nível regional, pois como afirma Azzi, “Em diversas dioceses foram realizados nesse período Congressos Eucarísticos diocesanos como preparação às celebrações eucarísticas nacionais. Foi essa ideia que inspirou Dom Justino a promover o primeiro Congresso Eucarístico de Juiz de Fora em 1939.”<sup>153</sup> Desse modo, os Congressos Eucarísticos realizados a nível nacional foram um incentivo para a realização a nível regional, pois eram uma forma de se unificar esse tipo de evento e poder contar com a participação de mais fiéis.

A celebração do congresso devia colocar em evidência para a população e as autoridades de Juiz de Fora a presença e a força da instituição católica dentro da vida social [...] O encerramento do congresso em Juiz de Fora foi muito solene, contando com a presença de vários bispos e do próprio cardeal do Rio de Janeiro Dom Sebastião Leme.<sup>154</sup>

A Restauração Católica está dentro do que podemos chamar de Ação Católica, pois esse é o nome dado aos movimentos de reestruturação do poder eclesial no século XX, que tiveram por escopo ampliar a influência dos prelados

---

<sup>152</sup> AZZI, Riolando; PEREIRA, Mabel Salgado. **Henrique José Hargreaves**: expressão do laicato juiz-forano. Juiz de Fora: Instituto cultural São Tomás de Aquino, 2003, p.161.

<sup>153</sup> AZZI, Riolando. **Sob o báculo episcopal**: A Igreja Católica em Juiz de Fora 1850-1950. Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000, p.310.

<sup>154</sup> *Ibidem*, p.309.

na sociedade por meio da inclusão dos militantes leigos.<sup>155</sup> No jornal *O Lar Católico*, em Juiz de Fora, temos dois artigos falando sobre a Ação Católica:

Conforme a definição de Pio XI, a Ação Católica deve ser uma participação do laicato no apostolado hierárquico da Igreja, uma extensão de sua atividade pastoral [...] Por isso este quase sacerdócio da Ação Católica [...] merecer essa vocação especial de instrumento de Cristo na recristianização da sociedade que se organiza.<sup>156</sup>

Natureza e fins. Art 1: A Ação Católica brasileira é a participação organizada do laicato católico do Brasil no apostolado hierárquico para a difusão e atuação dos princípios católicos na vida individual, familiar e social [...] Art 2: [...] reunir em organizações próprias de caráter nacional, diocesano e paroquial, os homens, as senhoras, a juventude masculina e feminina [...] ordenar todas as associações e Ligas católicas existentes.<sup>157</sup>

Desse modo, podemos observar que a Ação Católica tinha por finalidade organizar o laicato leigo, já que os intelectuais religiosos tiveram um grande espaço de atuação nas reformas católicas no Brasil. O processo de recristianização da sociedade contava com esse grupo de leigos católicos para a difusão das doutrinas da Igreja perante a sociedade no regime republicano. Pois, assim como identifica Beozzo, “[...] A Ação Católica é a participação dos leigos organizados no apostolado hierárquico da Igreja, fora e acima dos partidos, para o estabelecimento do reino universal de Cristo.”<sup>158</sup>

Assim, é possível dizer que a Restauração Católica teve uma influência muito grande na vida política, social, econômica e cultural da cidade de Juiz de Fora, uma vez que o referido processo de reestruturação católica fez parte do coti-

---

<sup>155</sup> COSTA, Giovani Bernardo. **Catolicismo tradicionalista e arautos do evangelho**: aspectos fundamentais de um tradicionalismo católico. Dissertação de mestrado, UFJF, 2014, p.21.

<sup>156</sup> A Ação Católica. **O Lar Católico**, 22 de abr.1934.ano XXI.Nº 16, p. 124-125.

<sup>157</sup> Ação Católica brasileira, estatutos da Ação Católica brasileira. **O Lar Católico**, 07 de jul.1935. ano XXIII.nº 27, p. 212.

<sup>158</sup> BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a “Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização”. In: FAUSTO, Boris (org.) **História geral da civilização brasileira Vol 4 Tomo III**: O Brasil Republicano: economia e cultura. São Paulo: Difel, 1984, p. 322.



diano dos juiz-foranos e contou com grande expressão de leigos intelectuais para a promoção do mesmo.

Dentro do projeto de recristianização da sociedade, a imprensa foi demasiado importante, pois era instrumento de difusão das doutrinas católicas e foi de suma relevância para a promoção do poder eclesiástico no regime republicano. Nos jornais analisados para a pesquisa, podemos observar como os próprios prelados valorizavam seus periódicos, pois enfatizavam que eram de suma importância para as famílias, onde teriam um papel fundamental para a manutenção da ordem e dos “bons costumes”.

Poderemos cuidar dos pobres e dos doentes, construir igrejas e capelas, abrir escolas, pregar missões, centuplicar círculos de piedade [...] enquanto não nos interessarmos deveras pela imprensa católica, nada haveremos conseguido para a regeneração da sociedade. Deixemo-nos de ilusões. A imprensa é senhora absoluta da opinião pública [...]<sup>159</sup>

Como podemos observar acima, a imprensa católica é demonstrada como algo indispensável à sociedade, é aquela que vai cuidar da mesma e fazê-la “melhor”. O discurso dos prelados faz-nos perceber que os periódicos têm uma função muito importante dentro do corpo social, pois o poder eclesiástico tentará difundir seus preceitos a partir do que considera como uma “verdade”.

O projeto de Restauração Católica contou muito com os periódicos para a difusão de seus pensamentos, pois a partir da imprensa tentavam chegar até os fieis, através de seus escritos marcados por uma intensa simbologia. De modo que, como podemos observar no artigo acima, a imprensa é definida como uma formadora de opinião. Assim, podemos compreender a mesma tanto como objeto quanto como sujeito histórico, na medida em que os jornais atuam na constituição de sistemas de dominação e representações para a sociedade.

---

<sup>159</sup> LEME, D. Sebastião. Imprensa Católica, **O Lar Católico**, 22 de jun.1930. ano XVIII. n°25, p.194.

Ainda no jornal *O Lampadario*, temos um artigo no qual verificamos a intenção de fazer o leitor perceber a importância de um bom jornal, já que “O homem que sabe ler e não tem um jornal em casa, é como a pessoa que pode comer e morre de fome.” e continua adiante, “[...] que em tua casa não falte o jornal e por via da regra paga pontualmente a tua assinatura. Um jornal é o amigo que nos visita e ensina muito. A leitura de jornais torna-se indispensável. Uma pessoa pobre deve assinar pelo menos um jornal.”<sup>160</sup> Podemos observar que a fala dos artigos está baseada no discurso que o jornal é de suma importância para as pessoas, pois o mesmo vai ser definido como um amigo para as famílias, em seguida, é enfatizado a importância de se ter um jornal por assinatura e que seja paga pontualmente. Relembrando que os jornais selecionados para a pesquisa eram adquiridos por assinatura. Então, os prelados tentam reforçar a importância do pagamento para que os jornais possam continuar a ajudar na formação das pessoas.

Segundo os próprios prelados “O jornal instrui <sup>161</sup>[...]”, logo os mesmos foram de suma importância no projeto de Restauração Católica, no qual desempenharam papel fundamental para a recristianização da sociedade, a partir das doutrinas católicas que eram colocadas em seus artigos.

### **3.3. A Aproximação entre poder temporal e poder espiritual nos anos 30: uma relação de mútua cooperação**

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que se manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas

---

<sup>160</sup> O valor de um jornal. *O Lampadario*, 20 de dez.1931.ano VI.nº 297, p.2.

<sup>161</sup> *Idem*, nota 161.

aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.<sup>162</sup>

Assim, como enfatiza Michel Foucault, o discurso está relacionado com o desejo e o poder, ambos fazem parte de um sistema, no qual temos instituições lutando para se apoderar de algo que seja tangível ou intangível. Desse modo, podemos observar que os sistemas de dominação, assim como nos diz o pesquisador francês, se utilizam do discurso para conseguir o objeto de desejo, que nada mais é que o poder perante uma determinada sociedade.

Logo, no presente tópico teremos por finalidade abordar os discursos de mútua cooperação, tanto entre o poder temporal, quanto entre o espiritual na Era Vargas, com o intuito de demonstrar a relação de coadjuvação implícita existente entre ambos. E, como os mesmos se utilizavam do discurso do outro para promover seus objetos de desejos, também o utilizavam para exercer influência perante a sociedade. Desse modo, a partir de uma análise historiográfica e também da pesquisa dos periódicos católicos, poderemos entender a relação de proximidade entre o poder eclesiástico e o governo de Getúlio Vargas.

Getúlio Vargas entra na presidência da República no ano de 1930. No referido ano, assume o Governo Provisório, revoga a Constituição de 1891 e começa a governar por decretos-lei. Em um primeiro momento, temos vários embates no que diz respeito à formação desse novo governo, um dos conflitos girava em torno de quanto tempo deveria durar o Governo Provisório, pois enquanto alguns grupos achavam que deveria haver a instalação imediata do sistema democrático, outros afirmavam que, primeiramente, deveria haver a promoção de reformas sociais para que, posteriormente, fosse instaurado o sistema democrático no país.

Outra questão que também permeava o início da Era Vargas era a discussão em torno do modelo de Estado que deveria ser implantado no país. Enquanto alguns grupos, como o dos tenentes por exemplo, eram favoráveis a um Estado Centralizador, de caráter nacionalista e reformador, as oligarquias dissidentes de-

---

<sup>162</sup> FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. 13ªed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola. 2006, p. 9-10.

fendiam a ideia do federalismo, no qual os estados teriam mais autonomia com relação ao governo federal.<sup>163</sup>

De acordo com Vavy Pacheco, os anos trinta foram marcados por intensa instabilidade e muito debate, pois no período se inicia uma ruptura institucional com a “Revolução” de 1930 e termina com outra ruptura: com a decretação do Estado Novo em 1937. Assim, a referida historiadora identifica que a Era Vargas foi marcada por grandes transformações constitucionais, porque tanto a “Revolução” de 1930, quanto o Estado Novo fazem parte de uma ruptura.

Nos anos trinta desse século, a história política brasileira foi marcada por forte instabilidade e por vivo debate, a década se inicia com uma ruptura institucional, consagrada desde então como Revolução de 30, terminando sob a égide de outra ruptura, a decretação do chamado Estado Novo.<sup>164</sup>

Contudo, para a pesquisadora Dulce Pandolfi, tanto o início da Era Vargas em 1930, quanto o golpe de 1937 são fases do mesmo processo, nos quais ela identifica continuidades e rupturas nos referidos períodos históricos.<sup>165</sup> Assim, podemos observar que a Era Vargas foi marcada por mudanças e permanências que fizeram com que o referido período tivesse uma grande instabilidade.

No período de formação da Era Vargas, podemos notar um contexto socioeconômico favorável para a implantação desse tipo de governo. Pois o próprio contexto de recessão econômica, em virtude da crise de 1929, a emergência de governos totalitários em boa parte da Europa e também o grande medo com relação ao comunismo, que assolou o mundo capitalista,<sup>166</sup> fizeram com que regimes

---

<sup>163</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: DELGADO, Lucília de Almeida; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estadismo**. V.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.17.

<sup>164</sup> BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: História e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 160.

<sup>165</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: DELGADO, Lucília de Almeida; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estadismo**. V.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.15.

<sup>166</sup> VIEIRA, Matheus Machado. “Viciadas e perversas ou honestas e respeitadas?” **A representação do matrimônio, da mulher e da família no discurso religioso e judiciário: Ponta Grossa (1930-1945)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2014, p.61-62.

de caráter liberal e democráticos fossem questionados por sua falta de “eficiência” em meio a um momento de crise.

Desse modo, o governo de Getúlio Vargas surge em meio a mudanças e permanências, em um cenário que favorecia muitos governos de caráter autoritário. E, como a Igreja Católica acreditava que governos deveriam exercer sua autoridade perante o povo para não serem considerados fracos, a mesma apoiou esse tipo de postura governamental, pois atendia às suas expectativas. Podemos observar o apoio do poder eclesiástico através do artigo de um jornal católico, no qual é enfatizada a importância dessa nova etapa para a sociedade.

Como a todos é notório, agora é que vai começar a execução do grande e vasto plano da revolução brasileira, o que exige um esforço quase sobre humano. Cumpre, portanto, aos católicos, sendo eles a maioria absoluta, cooperar arduamente e perseverantemente com o novo governo e impedir que elementos delatores venham deturpar com a sua nefasta influência os elevados ideais em que se inspiram os próceres da revolução.<sup>167</sup>

No artigo acima, podemos evidenciar que a Igreja Católica pede a seus adeptos que cooperem com o governo vigente. Haja vista que esse é identificado como um momento de prosperidade para a população brasileira, uma vez que, é denominado de “Revolução” pelos prelados, um momento pelo qual o Brasil passaria por grandes transformações e progressos. Todavia, para que tal projeto tivesse êxito, seria necessário o apoio da sociedade. No referido artigo, podemos evidenciar essa relação implícita entre os poderes temporal e espiritual, porque os jornais católicos irão apoiar o governo vigente, na tentativa de influenciar o mesmo e conseguir seus objetivos. Os periódicos católicos sempre irão enfatizar o então presidente Getúlio Vargas como um homem de grande prestígio em quem a sociedade pode e deve confiar.

O ano de 1930, sem dúvida alguma, foi um marco de conquistas para o poder eclesiástico no Brasil, pois, no referido período, o governo, muito preocu-

---

<sup>167</sup> Pela Restauração Cristã no Brasil. **O Lar Católico**, 08 de fev. 1931.ano XIX.nº6, p.43.

pado com a sua legitimação, tinha consciência de que para alcançar tal objetivo necessitava da Igreja Católica, ou seja, para obter certa instabilidade em meio a tantas incertezas.<sup>168</sup> Ambos os poderes sabiam que a cooperação mútua era de suma importância, pois a Igreja Católica, em meio a seu processo de reestruturação interna, necessitava de um governo que a apoiasse, já Getúlio Vargas em meio a um governo instável precisava de uma instituição forte que legitimasse seu governo. Logo, Estado e poder eclesiástico, na década de 1930, movidos por objetivos em comum se juntaram em uma aliança implícita, na qual não tínhamos uma relação de superioridade, como no Sistema de Padroado, onde a Igreja era submissa ao Estado, mas sim uma mútua cooperação e igualdade entre os poderes.

As relações entre Igreja e Estado serão encaminhadas, de maneira pacífica [...] Bem se pode adiantar que entre Estado e Igreja vai desenvolver-se uma Aliança implícita na qual os termos e o alcance do relacionamento mútuo não são discutidos, mas as duas instituições sabem exatamente o que desejam e o que pretendem.<sup>169</sup>

Assim, na Era Vargas, a Igreja Católica obteve grandes conquistas das quais podemos citar a possibilidade do ensino religioso nas escolas públicas, garantida em um decreto do ano de 1931 e depois pela Constituição de 1934, a não promulgação do divórcio, que foi um tema que ganhou grande destaque ao longo dos anos da República, e, sem dúvida alguma, foi um grande ganho para o poder eclesiástico.

Entretanto, como salienta Lustosa, “[...] não por motivos religiosos, e sim por motivos políticos, Getúlio Vargas joga água na fervura das pretensões divorciadas, aparentando dar ganho de causa aos protestos da hierarquia sobre o assunto”.<sup>170</sup> Logo, o que temos é um propósito político para a não promulgação do di-

---

<sup>168</sup> LUSTOSA, Oscar F. **A Igreja católica no Brasil república**. São Paulo: Edições Paulinas, 1991, p.48.

<sup>169</sup> *Ibidem*, p.49.

<sup>170</sup> *Ibidem*, p.58.

vórcio, pois ao permitir que avançassem as discussões em torno da separação matrimonial, o governo entraria em conflito com o poder eclesiástico, seu grande aliado em meio a um governo que necessitava de apoio e legitimação. Como os preladados eram totalmente intransigentes com relação à dissolução matrimonial, em meio a um período de instabilidade, o governo não quis perder sua grande aliada, deixando assim os assuntos em torno do divórcio de lado.

[...] a doutrina sacramental a respeito da indissolubilidade do matrimônio, apresentada como uma verdade de fé [...] Nesse aspecto, a hierarquia clerical manteve intransigência absoluta, não tolerando nenhuma afirmação que pudesse por em risco essa ótica tradicional. Assim sendo, a Igreja continuou a combater com tenacidade os esforços de alguns setores da sociedade visando a introdução do divórcio na legislação brasileira.<sup>171</sup>

Como podemos observar, a indissolubilidade matrimonial é colocada como uma verdade de fé, ou seja, algo não tolerado pela hierarquia eclesiástica. Como já falado em capítulo anterior, a Igreja Católica fez um intenso debate em seus jornais contra a possível promulgação do divórcio, já que desarticulava toda a constituição familiar por ela proposta. Assim, em seus periódicos, sempre foi reforçado o fato de o casamento ser um sacramento não passível de dissolução, portanto, essa era uma questão na qual a Igreja não abria mão, era bem enfática em seu posicionamento. Desse modo, o governo vigente, precisando do apoio da mesma, deixou esse assunto de lado.

Desse modo, é importante enfatizar que tanto o poder temporal quanto o poder espiritual, tinham princípios em comum: o “controle” da sociedade, da moral, contra governos de cunho liberal, e isso fez com que ambos atuassem nessas temáticas. E, como o poder eclesiástico acreditava que a dissolução matrimonial ocasionaria em uma desordem na sociedade, o poder temporal deixou de lado essa questão na tentativa de continuar contando com o apoio da Igreja.

---

<sup>171</sup>AZZI, Riolando. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964). In: MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). **Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1993. p.107.

Em momentos de revolução social, como observamos em 1930, 1934 e 1937, o Estado em formação tende a exarcebar seu controle sobre a família, célula mater do Estado, e abolir qualquer tentativa de separação a vínculo. O divórcio simbolizava para os partidários do novo governo o descontrole, a falta de domínio do ser humano sobre as paixões, a instabilidade e a desordem [...]<sup>172</sup>

O próprio Getúlio Vargas declarou que só decretaria o divórcio se um dia recebesse uma petição assinada pelo Cardeal Leme e por Dona Luízinha Aranha. No Primeiro Congresso Jurídico Nacional, em 1943, foi aprovado um parecer favorável ao divórcio, contudo, houve um clamor muito grande por parte do poder eclesiástico que fez com que o governo abandonasse essa questão.<sup>173</sup>

A hierarquia eclesiástica e o governo de Getúlio Vargas tinham uma preocupação muito grande com as famílias e com o princípio de autoridade que deveria permear a sociedade. A honra da família, tão apregoada nos jornais católicos, baseada nas esferas de público e privado definidas de acordo com o sexo, foi utilizada pelo governo como uma forma de legitimação, pois “[...] o regime de Vargas reinventou a honra como um mecanismo de legitimação de autoridade. Ao exaltar os valores tradicionais da família, associando-os à honra nacional [...]”<sup>174</sup>

O “controle” das famílias brasileiras, tanto pelo poder eclesiástico quanto pelo governo de Getúlio Vargas, foi baseado em uma intensa utilização da imprensa. Assim, como foi mencionado em capítulos anteriores, a Igreja Católica fez uso dos jornais para divulgar suas doutrinas e julgava que a imprensa religiosa era de suma importância para a orientação das famílias. Já o poder temporal, muito preocupado, tanto com a moralização das famílias quanto com a formação de uma identidade nacional, uma vez que, o nacionalismo foi uma característica desse governo, criou o Departamento de Imprensa e Propaganda no Estado Novo que foi um instrumento de propagação e valorização do governo Vargas.

---

<sup>172</sup> LOPES, Cristiane Fernandes. **Quod Deus conjuxit homo non separet**: um estudo de gênero, família e trabalho através das ações de divórcio e desquite no tribunal de justiça de Campinas (1890-1938). Dissertação de mestrado. São Paulo, 2002, p.120.

<sup>173</sup> AZZI, Riolando; GRIPJ, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/ 3-2: terceira época: 1930-1964. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008, p.344.

<sup>174</sup> CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Ed. Unicamp, 2000, p.42.



A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda foi fundamental [...] Ele tinha o encargo de produzir material de propaganda, incentivando a produção de cartazes, objetos, espetáculos, livros e artigos enaltecendo o poder. Os organizadores da propaganda se valeram de símbolos e imagens na busca de consentimento e adesão da sociedade [...] A propaganda, além de enaltecer a figura do líder e sua relação direta com as massas, demonstrava a preocupação do governo com a formação de uma identidade nacional coletiva.<sup>175</sup>

Importante ressaltar que, assim como nos informa a historiadora Monica Velloso, as origens do DIP remontam a um período anterior ao do Estado Novo, pois, em 1934, Getúlio Vargas defendia a necessidade de o governo utilizar o rádio, cinema e esportes em um sistema de controle moral, educacional e higiênico.<sup>176</sup>

O pesquisador Alcir Lenharo, identifica que “A utilização das imagens como dispositivos discursivos de propaganda atendia a finalidades políticas muito claras [...] Sua intenção era espalhar essa carga emotiva e sensorial, de modo a atingir facilmente o público receptor [...]”<sup>177</sup> Logo, a utilização da imprensa como instrumento de difusão estava associada tanto ao poder temporal quanto ao poder espiritual, na medida em que ambos se utilizavam desse meio de comunicação na tentativa de atingir a população com seus preceitos, de modo a fazer com que esses fossem considerados como uma “verdade”.

Há que se considerar também a fácil penetração e a eficiência política dessa instrumentalização em um terreno cultural preparado pelo uso e pelo culto das imagens, dos símbolos, das comparações – ensinamentos por meio de parábolas evangélicas, da

---

<sup>175</sup> CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: DELGADO, Lucilia de Almeida; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estadismo**. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 123-124.

<sup>176</sup> VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado novo. . In: DELGADO, Lucilia de Almeida; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estadismo**. V.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.157.

<sup>177</sup> LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas: Editora Papirus, 1986, p.16.

fala figurativa que o cristianismo e o catolicismo em particular, costumam propagar [...]<sup>178</sup>

Desse modo, podemos identificar que a utilização dos meios de comunicação se fazia através de toda a utilização de arcabouços simbólicos, o que facilitava a penetração desses discursos normativos em nossa sociedade. Logo, a simbologia colocada nos meios de comunicação fazia parte de toda uma construção simbólica e toda uma constituição de representações para a sociedade.

A colaboração entre Igreja e o Estado, para além das questões que envolviam o “controle” da sociedade, também estavam relacionadas com a participação principalmente do poder temporal em eventos de cunho religioso, pois não foram poucas às vezes em que o poder temporal e o poder espiritual estiveram juntos em eventos estritamente religiosos que, por vezes, tiveram caráter político. A inauguração do Cristo Redentor é um bom exemplo, nesse episódio, no ano de 1931, temos a participação de Getúlio Vargas, no qual o governo foi apoiado pelo poder eclesiástico que enfatizou que a população deveria apoiá-lo. Já no ano de 1939, realizou-se no Rio de Janeiro o Primeiro Concílio Plenário Brasileiro, mais uma vez o poder temporal esteve presente em um evento do poder espiritual, e, na ocasião, o então presidente da República falou sobre sua expectativa com relação à instituição católica.

O Estado, deixando à Igreja ampla liberdade de pregação, assegura-lhe ambiente propício a expandir-se e a ampliar o seu domínio sobre as almas, os sacerdotes e missionários colaboram com o Estado, timbrando em ser bons cidadãos, obedientes à lei civil, compreendendo que sem ela – sem ordem e disciplina, portanto – os costumes se corrompem, o sentido da dignidade humana se apaga e toda a vida espiritual se estanca [...] O lugar da Igreja Católica está marcado em destaque, como fator preponderante na formação espiritual da raça e a sua doutrina e ensinamentos constituem as bases da organização da família e da sociedade.<sup>179</sup>

---

<sup>178</sup>LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas: Editora Papirus, 1986, p.16.

<sup>179</sup> AZZI, Riolando; GRIPJ, Klaus van der (apud). **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/ 3-2: terceira época: 1930-1964. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008, p.233.

Assim, podemos verificar, a partir desses eventos de cunho religioso em que Getúlio Vargas estava presente, uma relação de mútua cooperação, pois em ambas as oportunidades os poderes temporal e espiritual reforçaram a importância deles para a sociedade. Na citação acima, onde temos a fala de Vargas sobre a Igreja Católica, podemos evidenciar essa relação de proximidade entre os poderes e como o próprio governo dava liberdade para a atuação do poder eclesiástico em nossa sociedade. Haja vista que a mesma é colocada como uma instituição formadora, logo seus padrões normativos são enfatizados pelo poder temporal como algo de suma importância para a constituição da organização familiar.

Contudo, a Igreja Católica, para garantir que seus propósitos fossem atendidos, no período da promulgação da Constituição de 1934, criou a Liga Eleitoral Católica, a LEC, que tinha por finalidade fazer com que o clero tivesse uma atuação mais eficaz dentro da política brasileira, a partir das seguintes diretrizes: “1º instruir, congregar, alistar o eleitorado católico, 2º assegurar aos candidatos dos diferentes partidos a sua aprovação pela Igreja e, portanto, o voto dos fiéis, mediante a aceitação por parte dos mesmos candidatos dos princípios sociais católicos e do compromisso de defendê-los na Assembléia Constituinte”<sup>180</sup>.

Assim, podemos observar que a LEC tinha por finalidade construir um eleitorado católico que pudesse garantir os propósitos da Igreja no Brasil. Também é importante enfatizar que o programa da LEC estava resumido em dez pontos principais, pontos esses que deveriam fazer parte dos ideais do eleitorado católico.

1º Promulgação da Constituição em nome de Deus; 2º Defesa da indissolubilidade do laço matrimonial, com a assistência às famílias numerosas e reconhecimento dos efeitos civis do casamento religioso; 3º Incorporação legal do ensino religioso [...]; 4º Regulamentação da assistência religiosa facultativa às classes armadas, prisões, hospitais, etc; 5º Liberdade de sindicalização, de modo que os sindicatos católicos, legalmente organizados, tenham as mesmas garantias dos sindicatos neutros; 6º Reconhecimento do serviço eclesiástico de assistência espiritual

---

<sup>180</sup>BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a “Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização”. In: FAUSTO, Boris (org.) **História geral da civilização brasileira Vol 4 Tomo III: O Brasil Republicano: economia e cultura**. São Paulo: Difel, 1984, p.304.

às forças armadas [...] 7º Decretação da legislação do trabalho [...]; 8º Defesa dos direitos e deveres da propriedade individual; 9º Decretação da lei de garantia da ordem social [...]; 10º Combate a toda e qualquer legislação que contrarie, expressar [...] os princípios fundamentais da doutrina católica.<sup>181</sup>

Assim, como ressalva a historiadora Jassie Jane, com Getúlio Vargas, a Igreja Católica teve a oportunidade de retomar alguns espaços importantes dentro do regime republicano e quando a Constituinte de 1934 estava para ser promulgada, por meio da Liga Eleitoral Católica reforçou sua presença política, reivindicando questões de cunho trabalhista, sindical, assistencial e também a questão do ensino religioso nas escolas públicas.<sup>182</sup>

Contudo, o mais interessante é que o poder eclesiástico não achava que estava fazendo política ao interferir na promulgação da Constituição de 1934, mas sim fazendo religião, como podemos observar no artigo retirado do jornal *O Lar Católico*, quando é mencionada a finalidade da Liga Eleitoral Católica.

Para os que têm tomado parte nestas reuniões realizadas ultimamente aqui e ali em torno da Liga Eleitoral Católica, já existe a convicção firmada de que a Igreja não pretende fazer política, mas pretende apenas fazer religião nesta grande cruzada em que ora ela se empenha no Brasil [...] Não é a religião que se mete em política, mas a política que se intromete na religião. É a política, sim, que lhe invade os terrenos quando pretende legislar sobre assuntos da exclusiva competência da Igreja. E aí está a ameaça do divórcio, da supressão do ensino religioso nas escolas, do casamento puramente civil, etc.<sup>183</sup>

Desse modo, como podemos observar a partir do artigo acima, para o poder eclesiástico, com a criação da Liga Eleitoral Católica, a mesma não estava fazendo política, mas sim religião, pois defendia os interesses religiosos da insti-

---

<sup>181</sup> BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a “Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização”. In: FAUSTO, Boris (org.) **História geral da civilização brasileira Vol 4 Tomo III: O Brasil Republicano: economia e cultura**. São Paulo: Difel, 1984, p.306.

<sup>182</sup> SOUZA, Jessie Jane Vieira. Os círculos operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil: uma discussão historiográfica. **Revista de História**. n.º 7, 1998, p. 153

<sup>183</sup> Fazer política não! Fazer religião sim! **O Lar Católico**, 19 de fev. 1933. ano XXI, n.º 8, p.62.

tuição católica. Para a hierarquia eclesiástica, a Igreja não invadia o espaço da política, mas sim a política invadia o seu espaço, interferindo em assuntos de cunho estritamente religioso: no debate em torno do divórcio, que se não fosse pela interferência da mesma poderia ter tido mais espaço, o embate entre o casamento civil e o religioso e também a questão do ensino religioso. Portanto, para a Igreja Católica a LEC tinha por finalidade garantir que assuntos de caráter religioso não sofressem alterações em virtude da política.

Logo, é possível entendermos que, ao longo da Era Vargas, o poder eclesiástico teve uma grande atuação, muito em virtude do cenário socioeconômico do país que favoreceu governos autoritários que, em contrapartida, também precisava de instituições influentes perante a sociedade para legitimar seu governo. Então, o governo de Getúlio Vargas se constituiu em um período de “ouro” para o poder eclesiástico, pois após a Proclamação da República foi um momento no qual os preladados tiveram uma atuação muito grande perante a sociedade brasileira, em virtude de sua aliança implícita de mútua cooperação com o poder temporal.

#### **3.4. Dom Justino e Getúlio Vargas: a relação entre Igreja e Estado em Juiz de Fora a partir da análise dos periódicos *O Lar Católico* e *O Lampadario***

Assim, como vimos em tópicos anteriores, a Igreja Católica e o Estado formaram uma aliança de cooperação mútua. Esse projeto já estava dentro dos planos do poder eclesiástico quando o mesmo promoveu seu processo de restauração, portanto, o poder espiritual na medida em que ganhou mais espaço dentro do regime republicano brasileiro foi se tornando um interlocutor em conjunto com o poder temporal.

[...] A igreja desenvolveu, assim, um intenso trabalho organizacional que expressava três movimentos no plano temporal: o primeiro, em que buscou firmar-se como interlocutor junto ao Estado dos interesses dos assalariados urbanos e, dessa forma,

projetar-se como elemento mediador [...] procurou alargar seu próprio poder institucional no seio da sociedade [...] no plano teológico, procurou essencialmente, reafirmar-se como agência monopolizadora do clero [...]<sup>184</sup>

Foi a partir da década de 1920 que a Igreja Católica começou a ganhar mais espaço com relação ao poder temporal no regime republicano. O poder eclesiástico ganhou mais espaço ainda no governo de Getúlio Vargas, onde podemos dizer que teve seus anos de “ouro”, desde a Proclamação da República.

Durante os quinze anos de Vargas a Igreja Católica reconstituiu progressivamente o modelo de cristandade, como resultados práticos imediatos, sobretudo no campo social [...] Constatamos, de fato, que o prestígio da instituição eclesiástica na década de 1930 foi conseguido, especialmente, por via autoritária, mediante decretos, leis e acordos explícitos ou tácitos [...]<sup>185</sup>

Logo, no presente tópico teremos por finalidade falar sobre a relação existente entre o bispo de Juiz de Fora Dom Justino José de Santa’ana que comandou a diocese do referido município de 1924 até 1958 com o presidente da República Getúlio Vargas e também como os jornais católicos da cidade se manifestavam com relação ao referido governo.

Dom Justino José de Sant’ana foi um bispo que fazia parte do movimento reformador da Igreja Católica em Juiz de Fora. O próprio fundou o jornal *O Lampadario*, no ano de 1926 e, também no mesmo ano, fundou o Seminário Santo Antônio no município. Tinha uma relação muito boa com Getúlio Vargas, já que nas visitas do presidente da República a Juiz de Fora sempre o recebia para longas conversas.

---

<sup>184</sup> SOUZA, Jessie Jane Vieira. Os círculos operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil: uma discussão historiográfica. **Revista de História**. n° 7, 1998, *loc.cit.*, p. 153

<sup>185</sup> MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história 500 anos da presença da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo. Paulinas. 2003, p.72.

Assim como outros bispos, que faziam parte do movimento restaurador da Igreja Católica, bem como Dom Sebastião Leme, Dom João Becker e Dom Antônio Cabral, o bispo de Juiz de Fora teve uma relação de cordialidade e de boa vizinhança com os dirigentes políticos do país, isso tanto a nível federal, estadual e municipal.<sup>186</sup>

Cioso de sua dignidade de príncipe eclesiástico, Dom Justino não deixou passar a oportunidade de afirmar o desejo da Igreja Católica em manter relações amistosas com as autoridades constituídas nos postos de governo [...] Em 1936, não perdeu o prelado a oportunidade de encontrar-se com o Presidente Getúlio Vargas, por ocasião de uma visita particular a Juiz de Fora.<sup>187</sup>

Portanto, podemos observar que Dom Justino sempre tentou realizar uma política de boa vizinhança com relação ao presidente Getúlio Vargas, pois, na verdade, a relação de mútua cooperação era de interesse tanto do poder temporal quanto do poder espiritual. No trecho abaixo retirado do jornal *O Lampadario* podemos verificar como se deu a visita de Vargas a Juiz de Fora no ano de 1936 e como foi a recepção do mesmo por Dom Justino.

Tomando conhecimento da estadia do Exmo. Sr. Presidente da República Dr. Getúlio Vargas na fazenda de São Mateus, hóspede da ilustre e acatada família Tostes, a fim de passar o dia de seu natalício, Sua Excia. Revma. O Sr. Bispo diocesano partiu para ali em visita de cumprimentos, levando como secretário o vigário de Rio Preto, o Revmo. Sr. Pe. Ceslan Marciniak, almoçando no dia 21 de abril de 1936, comemoração de Tiradentes, em companhia do mesmo Exmo. Sr. Presidente da República. Na manhã seguinte, novamente, o nosso distinto prelado para lá se dirigiu, a fim de celebrar a santa missa na capela daquela fazenda, antes da partida do séquito presidencial de volta à cidade do Rio de Janeiro. Foi também em auto-ônibus o administrador do Patronato São José, o senhor Messias Nery de Andrade com

---

<sup>186</sup> AZZI, Riolando. **Sob o báculo episcopal**: A Igreja Católica em Juiz de Fora 1850-1950. Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000, p. 207.

<sup>187</sup> *Ibidem*, p. 207- 209.

a sua banda de música, e a Revda. Madre Perpétua de São José para dirigir a cantoria dos órfãos durante a santa missa.<sup>188</sup>

No processo de reestruturação da Igreja Católica no Brasil, podemos verificar que a preocupação da hierarquia eclesiástica era reafirmar a presença da Igreja na sociedade, pois a meta dos prelados era a formação de um Brasil católico, no qual teríamos a construção de uma neocristandade, onde tanto poder temporal quanto poder espiritual estariam em igualdade e não em submissão de um perante o outro.<sup>189</sup>

No trecho acima, retirado do jornal *O Lampadario*, podemos observar a vontade do poder eclesiástico em reafirmar sua presença institucional com relação ao poder temporal. Também percebemos que, para selar o referido encontro, foi realizada uma missa, tanto para mostrar para a população a relação de mútua cooperação entre ambos os poderes, quanto para demonstrar para o governo a influência da Igreja Católica perante a sociedade.

Na mente do episcopado, portanto, o principal significado da Revolução de 1930 deveria ser o rompimento com o espírito liberal e laicista da Primeira República, para se iniciar uma fase da vida nacional onde efetivamente a Igreja Católica, através da voz da hierarquia eclesiástica tivesse novamente uma influência efetiva na organização política e social do país.<sup>190</sup>

No jornal *O Lampadario*, temos um artigo que tentou promover a “Revolução” de 1930, onde o periódico revela que esta nova fase vai se constituir em uma ruptura com a República Velha no Brasil, pois o poder eclesiástico sempre criticou muito os primeiros tempos da República, pois para os mesmos essa fase se constituiu em um período de um laicismo exacerbado, algo veementemente criticado pelos prelados. O novo período, porém, traria mudanças significativas com relação ao anterior, ao ver da hierarquia eclesiástica.

---

<sup>188</sup> *O Lampadario*, 25 de abr. 1936. Ano XI.n° 523, p.1.

<sup>189</sup> AZZI, Riolando. *A neocristandade*: um projeto restaurador. São Paulo: Paulus, 1994, p. 29.

<sup>190</sup> *Ibidem*, p. 41-42.



Dois profundos e impressionantes acontecimentos acabam de abalar o defeituoso edifício da República Velha, propiciando ao Brasil uma área de mais fecundas e risonhas perspectivas. Um – foi a Revolução de Outubro, cujos efeitos de saneamento político teremos muito breve a oportunidade de constatar. Outro- o recente e judicioso decreto do eminente Governo Provisório, instituindo o ensino religioso nas escolas públicas, a despeito do seu caráter de incontestável liberalidade. [...] <sup>191</sup>

No jornal *O Lar Católico*, do dia 25 de janeiro de 1942, temos um artigo que se inicia da seguinte forma, “É um voto de confiança em uma população irmanada na mesma fé”, o artigo tenta demonstrar como é preciso que a população confie no referido governo, pois o mesmo, assim como é mencionado, merece um voto de confiança. Ainda no referido artigo, está em destaque à foto do presidente Getúlio Vargas, para o qual o jornal prestou suas homenagens, usando um elevado pronome de tratamento: “ao insígne Presidente da República” <sup>192</sup>, demonstrando assim que os prelados viam o então presidente como uma pessoa de grande destaque em nossa sociedade.

Ainda no ano de 1942, em 26 de abril, o referido jornal faz mais uma homenagem ao então presidente da República Getúlio Vargas. Podemos observar que o periódico quer afirmar sua colaboração com o poder temporal e, mais uma vez, pedir à população apoio ao presente governo.

O Lar Católico não poderia deixar de unir-se a todas essas grandiosas homenagens e, ao publicar seu retrato, pede a todos seus assinantes e leitores que elevem fervorosas preces pela felicidade de sua Excia. o Dr. Getúlio Vargas afim de que o Brasil, sob a sua sábia e prudente direção, possa continuar sua luminosa trajetória abençoado sempre por Cristo Redentor, lá do alto do Corcovado. <sup>193</sup>

---

<sup>191</sup> Revolução e Religião. *O Lampadario*, 31 de maio. 1931. ano VI n° 268, p. 2.

<sup>192</sup> O presidente e a nação. *O Lar Católico*, 25 de jan. 1942. ano XXX. n° 4, p. 43.

<sup>193</sup> *O Lar Católico*, 26 de abr. 1942. ano XXX. n° 17, p. 195.

Desse modo, podemos observar a utilização da imprensa como um meio de se construir uma relação de boa vizinhança entre o poder temporal e o poder espiritual. Ainda dentro desse cenário, temos outro artigo do jornal *O Lampadario*, onde observamos as discussões no que se refere à promulgação da Constituição de 1934.

Noticia-se que se opera no seio do catolicismo brasileiro um movimento de interesse em torno da legislação a elaborar-se na Republica Nova. Com esse intuito, reuniram-se há dias, sob a presidência do Cardeal D. Sebastião Leme, cerca de cinquenta de nossos juristas e ficou resolvido organizar-se uma comissão para acompanhar, não somente as leis que vem sendo postas em rigor, mas as que se acham em estudo. Os juristas católicos tomaram com o cardeal, compromissos de ficarem atentos na confecção de tais leis e de nelas colaborarem no sentido da defesa dos interesses da Igreja e da sociedade [...] É ponto assente dar mais decisivo combate as tentativas em favor da instituição do divórcio à vinculo, de que muito se tem falado ultimamente.<sup>194</sup>

No trecho acima, podemos verificar a interferência do poder eclesiástico com relação à construção da Constituição de 1934. O artigo, dessa maneira, tenta mostrar tanto a relação de proximidade com o poder temporal, porque a Igreja acompanhou de perto a confecção das leis e também mostra para a população que estava atenta a todas as modificações que poderiam vir. E, caso fosse contra as doutrinas da Igreja Católica, a mesma estaria presente para combater qualquer preceito que fosse contrário às suas doutrinas.

Ainda no artigo, podemos observar a ênfase dada à questão do divórcio, já que o debate em torno da promulgação do mesmo foi ficando cada vez mais intenso ao longo do regime republicano. Logo, os prelados ficaram atentos com relação à promulgação da Constituição de 1934, na tentativa de impedir que o divórcio fosse consolidado em nossa sociedade. Pois, como já refletido anteriormente, o desquite era identificado como um destruidor da ordem e da moral. O poder eclesiástico reforçou esse discurso com o poder temporal, na tentativa de demonstrar

---

<sup>194</sup>Nova Constituição. **O Lampadario**, 20 de set. 1931. ano VI.nº 284, p.2.

que em meio a um governo em construção, a promulgação do divórcio seria visto como uma forma de instabilidade.

Portanto, podemos identificar, em um primeiro momento, que Dom Justino, como um bispo reformador, cumpriu seu papel aliando-se ao poder temporal em uma relação de mútua cooperação, na intenção da formação da chamada neocristandade. Em um segundo momento, temos os jornais católicos como difusores dessa relação. Também foi possível observar, a partir da análise dos jornais católicos, que os mesmos faziam várias homenagens ao então presidente da República Getúlio Vargas e que, em muitos artigos, foi solicitada à população apoio ao governo vigente.

Desse modo, podemos compreender que os periódicos católicos foram utilizados como instrumentos de difusão do pensamento católico e também para a promoção do governo Vargas, pois no referido período, como já mencionado anteriormente, o poder eclesiástico obteve muitas conquistas e a relação de mútua cooperação entre os poderes foi muito reforçada nos jornais católicos.

Assim, foi objetivo do presente capítulo demonstrar como a relação de mútua cooperação entre o poder temporal e o poder espiritual foi importante para a Igreja Católica, pois em pleno regime republicano, dito laico, a mesma teve muito espaço de atuação dentro do governo de Getúlio Vargas. Dessa maneira, com essa aliança implícita entre ambos os poderes, os prelados, em seus jornais, continuaram com um intenso debate contra o divórcio e também reforçaram a desigualdade existente entre os gêneros, isso tudo com o apoio do governo vigente.

## 4. RAINHA DO LAR? AS REPRESENTAÇÕES ACERCA DAS MULHERES NOS PERIÓDICOS CATÓLICOS

### 4.1. A família burguesa: a valorização da maternidade, da infância e a crítica ao trabalho feminino fora do lar

Parafrazeando Lucien Febvre – para quem o conhecimento histórico deve ter como referência “os homens, nunca o homem” – torna-se inadequado falar-se hoje em uma “história da mulher”. Diversas em sua condição social, etnia, raça, crenças religiosas, enfim, na sua trajetória marcada por inúmeras diferenças, cabe portanto abordar-se a “história das mulheres”.<sup>195</sup>

A história das mulheres é permeada por imensa pluralidade. Entretanto, em vários contextos, a história do gênero feminino não foi contada partindo do pressuposto da diversidade. Isso se dá em virtude de não ser contada por mulheres, mas sim por homens. A partir de simbologias e construções sociais, o discurso masculino idealizava um modelo de feminilidade que não correspondia ao real, porque esse paradigma tendia a fazer uma universalização da história das mulheres.

Com o movimento feminista, surge a história das mulheres, nos Estados Unidos, na década de 1960, com o intuito de abrir mais espaço para a atuação feminina em nossa sociedade. Dessa maneira, a história das mulheres é uma tentativa de demonstrar as construções sociais que forjam papéis diferentes destinados para homens e para mulheres. Logo, no presente capítulo, a partir de periódicos católicos, temos por finalidade abordar essas construções sociais que, por vezes, foram naturalizadas em nossa comunidade e, com todo um arcabouço simbólico, fez com que as mulheres ficassem em uma condição subalterna perante os homens.

---

<sup>195</sup> SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus. 1997.p. 399.

No final do século XIX e no início do século XX, surgiu um discurso higiênico e normatizador da vida familiar. De modo que a população brasileira passou por grandes transformações, tais como o incremento da vida urbana a partir da industrialização, o que ofereceu novas alternativas de convivência social. A ascensão da burguesia, portanto, trouxe pensamentos diferentes com relação à organização familiar.<sup>196</sup>

Nesse período, nossa sociedade foi permeada por discursos de médicos, juristas e religiosos que valorizavam imensamente a maternidade, porque “A maternidade se tornou um tema significativo no século XIX em decorrência da valorização da criança e o cuidado com a infância [...]”<sup>197</sup>. Dentro desse contexto, as mulheres tiveram mais oportunidades de trabalho fora de casa, contudo, os discursos normatizadores da época enfatizavam a importância da permanência das mesmas no ambiente privado do lar.

De acordo com o ideal dos discursos normatizantes, as mulheres colocavam em risco os cuidados com seus filhos ao exercerem trabalhos externos, porque a atenção com as crianças deveria ser uma prioridade para elas. Todavia, esses discursos tiveram por premissa fazer com que as mulheres permanecessem reclusas nos lares, já que [...] Um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo representavam o ideal de retidão e probidade, um tesouro social imprescindível [...]<sup>198</sup>.

De modo que os discursos pautados por uma divisão de tarefas no seio familiar, pregavam um ideal de família higiênica: para o homem, ficava o dever de trabalhar e ser o provedor de suas respectivas famílias, ou seja, sua atuação estava condicionada ao espaço público. Para a mulher, ficava reservado os cuidados com os filhos, esposos e com o lar. O espaço de atuação feminino, portanto, ficava restrito ao ambiente privado da casa. Apesar dos discursos normatizantes, muitas

---

<sup>196</sup> D’INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 223.

<sup>197</sup> GUARIZA, Nádia Maria. **As guardiãs do lar: a valorização materna no discurso ultramontano**. Dissertação (Mestrado). Curitiba: UFPR, 2003, p.51.

<sup>198</sup> D’INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009, *loc.cit.*, p. 223.

mulheres ingressaram no mercado de trabalho, exercendo atividades como assistente social, enfermeira, professora primária, profissões que eram consideradas extensão de suas tarefas domésticas.

No artigo abaixo, podemos observar a fala do poder eclesiástico com relação à maternidade. No trecho, temos Maria como um exemplo a ser seguido por todas as mulheres.

Maria é todo amor, pela sua dupla maternidade, a de ter concebido o filho de Deus, na flor de sua virgindade e a que recebeu de Jesus, ao selar seu testamento na cruz, recebendo-nos como seus filhos adotivos: mulher ecce filius tuus. Mas a ideia da maternidade envolve em si a de amor: portanto, é justo que Maria seja a mãe do belo amor, de um amor celestial, no qual brilha, reluz a santidade da eterna beleza. Deus tirou a mulher do coração do homem, ao entregar para companheira do rei da criação, assim Jesus dos eflúvios de seu coração agonizante fez brotar Maria para que fosse nossa amorosa e terna mãe. Que criação delicada a do coração de uma mãe, o coração de mãe é uma das obras mais belas das mãos de Deus.<sup>199</sup>

A maternidade é considerada como obra de Deus, um de seus mais belos feitos, assim, as mulheres, de acordo com o artigo, têm de entender o quão importante é essa tarefa que foi relegada a elas. Nos jornais católicos, podemos observar a tentativa de relegar os cuidados com os filhos somente para as mães, mais uma vez, há uma nítida separação de tarefas entre os gêneros, na qual espaço público e privado estão delimitados de acordo com o sexo.

Segundo nos esclarece o autor Jurandir Freire, médicos, juristas e religiosos difundiram um discurso no qual o cérebro do homem o capacitava para as profissões de cunho intelectual, já para as mulheres sua capacidade estava relacionada a atividades domésticas.<sup>200</sup> O próprio Código Civil formulado no ano de 1916 identificava os homens como capazes e as mulheres como incapazes, enfatizando a inferioridade e total dependência feminina.

---

<sup>199</sup> **O Lampadario**, 03 de maio.1931.ano VI.n°. 264, p.1.

<sup>200</sup> COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999, p.14.

De acordo com a historiadora Rachel Soihet, partindo dos pressupostos de Hannan Arendt, o espaço privado relegado às mulheres não é identificado como um espaço de privacidade, mas sim um lugar de privação.<sup>201</sup> Logo, dentro dos discursos que pretendiam incentivar às mulheres a se manterem condicionadas à esfera privada do lar, na verdade, temos uma clara tentativa de limitar os espaços de atuação das mesmas. Em uma sociedade marcada por discursos masculinos, a construção social do feminino foi baseada no estereótipo de “rainha do lar”.

A historiadora Margareth Rago salienta que, no respectivo período, é forjada uma representação simbólica da mulher: a esposa, mãe e dona de casa, em meio a um processo de urbanização e industrialização do país no qual sua presença cada vez tem mais espaço: “A promoção de um novo modelo de feminilidade, a esposa – dona-de-casa- mãe de família, e uma preocupação especial com a infância, percebida como riqueza em potencial da nação, constituíram as peças mestras deste jogo de agenciamento das relações intra-familiares”.<sup>202</sup>

Na mesma linha de pensamento dos autores supracitados, Rago salienta a importância da permanência das mulheres em seus lares, de acordo com os discursos dominantes do período, pois a maternidade e a infância foram alvo de grande preocupação. As crianças eram consideradas o futuro da nação e isso estaria condicionado à permanência das mulheres no ambiente privado, para que as mesmas pudessem exercer sua “vocação natural”.

Em consonância com o pensamento de normatização da vida familiar através do discurso higienista, observamos a fala da hierarquia eclesiástica. A partir da década de 1920, a Igreja Católica, com seu projeto de recristianizar a sociedade, como já falado no capítulo anterior, enxergava na mulher a chave para esse plano. Logo, sua permanência no lar era de suma importância para os prelados, uma vez que as mesmas conduziriam esse propósito dentro de suas respectivas casas, com seus maridos e filhos.

---

<sup>201</sup> SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1989, p.113.

<sup>202</sup> RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.62.

No artigo abaixo, podemos evidenciar a fala do clero, na qual ser mãe e esposa é considerado um título de grandeza e a emancipação da mulher deve ser considerada um regresso, porque seu lugar de destaque, segundo reafirma essa concepção, é o lar.

O Cristianismo operou uma transformação radical [...] ensinou a mulher qual era o maior título de sua grandeza, a maior glória de sua coroa, sintetizando sua dignidade nesses dois títulos afetivos de mãe e esposa [...] O tão decantado progresso moderno, que deveríamos chamar regresso, pretende emancipar a mulher dos seus deveres, exaltando a beleza de sua forma, os primores de suas graças, e, transformando a natureza de seus direitos e deveres se esforça para mostrar que a mulher é completamente independente e que deve ter por limites de sua atividade as diversas ocupações do homem, com os mesmos direitos e obrigações destes. Não se iludam, porém, as mulheres. A arena de seus combates e glória deve circunscrever ao lar; no remanso da família é que a mãe, a esposa e a filha devem desenvolver toda sua atividade. Os títulos de esposa e mãe são as pérolas mais preciosas de sua coroa de glória.<sup>203</sup>

Como bem salienta a historiadora Rachel Soihet, o discurso dominante do período identificava que a religiosidade feminina era a única coisa que as mulheres tinham de superior em relação aos homens. Com a docilidade e a paciência como supostas características, elas estavam mais inclinadas para questões religiosas do que os homens. Por isso, a Igreja Católica concentrou seus esforços para recristianizar a sociedade a partir das mulheres.

Um ponto onde a superioridade da mulher seria manifesta é o da religiosidade. Os autores ressaltam que a mulher nos povos civilizados seria mais religiosa que o homem, não se podendo atribuir tal fato unicamente à educação. A causa seria mais profunda. Estaria na sua própria natureza. Acentuam dentre as causas pelas quais a mulher se apresentaria mais predisposta que os homens à religiosidade a sua fraqueza que a predispõe às sugestões do poder [...]<sup>204</sup>

---

<sup>203</sup> NARDY, Mõns. Missão da mulher. *O Lampadario*, 29 de jan. 1938. ano XII. n.º614, p.1.

<sup>204</sup> SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1989, p.88.



Podemos observar que tanto o discurso médico, o jurista ou o religioso sempre vão relegar às mulheres funções que são tidas como “naturais” para o sexo feminino, atividades que fazem parte de sua “vocação”. Assim, é possível identificar nessas falas uma tentativa de sempre condicionar as mulheres ao ambiente privado, como se esse espaço fosse o único possível para a sua atuação.

Desse modo, o objetivo do poder eclesiástico era bem claro, já que com o projeto de recristianizar a sociedade o mesmo dependia em suma das mulheres em casa para repassar o discurso religioso para seus esposos e filhos. Assim, os prelados faziam questão de enfatizar o quão importante era a “missão” das mulheres em casa.

A missão da mulher na sociedade moderna é variadíssima, importante, admirável, se for bem compreendida. A mulher incumbe mais e melhor do que o homem, manter a civilização cristã. A mulher pode mantê-la, especialmente, como mãe de família, ensinando a seus filhos a moral doce e profunda de Jesus [...] A mulher pode manter no seu lar a bondade, a ternura, o decoro, a pureza a caridade, que sejam exemplo, ensinamento e alegria. E assim o marido e os filhos quando a cercam terão por ela afeto e respeito.<sup>205</sup>

Como podemos notar no trecho acima, os prelados tentam demonstrar que a função das mulheres está relegada a seu lar, pois é no mesmo que ela vai educar seus filhos e também é no ambiente privado que, de acordo com a hierarquia eclesiástica, que a mulher cumpre suas principais tarefas que são as de ser mãe e esposa. Também é importante ressaltar que no artigo acima o poder eclesiástico tenta enfatizar que a função das mulheres no mundo moderno é muito variada se for bem compreendida. Na década de 1930, as mulheres começaram a ter mais oportunidade de atuação em trabalhos externos em virtude do processo de industrialização e urbanização que o país passava. Os prelados, em seus periódicos, criticaram veementemente essa postura, enfatizando que as atividades no ambiente do lar têm muita relevância se forem entendidas como um sacrifício, uma “missão”.

---

<sup>205</sup> Atividade feminina. **O Lar Católico**, 07 de abr.1935. ano XXIII. n° 14, p.107.

O pesquisador Riolando Azzi identifica que, a partir da década de 1930, com a formação da sociedade urbana, as mulheres puderam ter mais espaço de atuação na vida pública. Diante desse fato, a Igreja teve duas posições: os setores mais conservadores insistiam para que as mulheres cumprissem sua “vocação natural” de rainha do lar, pois em seus respectivos lares tinham proteção e abrigo. Já grupos mais abertos dentro da hierarquia eclesiástica identificavam que as mulheres poderiam auxiliar no projeto de recristianização da sociedade, a partir de sua atuação em algumas áreas específicas de trabalho.<sup>206</sup>

Contudo, é importante enfatizar que o grupo mais progressista da Igreja Católica não apoiava que as mulheres deixassem de lado os afazeres de suas casas, mas sim que tivessem atividades que teriam relação com as suas tarefas ditas “naturais”, bem como no setor da educação de crianças que seria uma extensão de suas atividades como mães, já que, “A partir dos anos 1920, paulatinamente a Igreja começou a aceitar a possibilidade do exercício de atividades femininas fora do lar [...] Essa situação da mulher no mundo do trabalho devia por um lado, ocupar um lugar secundário, sem jamais competir com o domínio masculino.”<sup>207</sup> De modo que o trabalho feminino estava muito associado à independência financeira que, ao ver dos padres, seria um passo para o divórcio.

Logo, como já refletido anteriormente, em seus periódicos, a Igreja sempre demonstrou uma valorização dos laços matrimoniais e afirmava que umas das consequências do divórcio seria a perda da dignidade da mulher. Uma vez que, a partir desse discurso normativo, a missão principal das mulheres era serem mães e esposas. Com a dissolução matrimonial, que poderia ocorrer por conta de discursos que valorizavam a emancipação feminina, as mesmas perderiam essa posição de destaque, segundo os prelados.

Portanto o divórcio propriamente dito que se opõe a essa indissolubilidade, está proibindo por vontade de Deus, criador do primeiro matrimônio, o legislador das condições que com ele se relacionam. Só dispensa formal ou equivalente de Deus, pode

---

<sup>206</sup> AZZI, Riolando; GRIPJ, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/ 3-2: terceira época: 1930-1964. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008, p.128.

<sup>207</sup> *Ibidem*, p.139-140.

tornar legítimo em algum caso o divórcio. E se Deus autor da família quis o matrimônio indissolúvel, tal o quis, porque assim o exige o interesse da família humana [...] Leão XIII enumerando as conseqüências do divórcio diz de quanto mal os divórcios sejam a causa, basta acená-lo: Por causa deles, os compromissos matrimoniais tornam-se inconstantes, a afeição recíproca se enfraquece, a infidelidade recebe perniciosas animações, compromete-se a proteção e educação dos filhos, espalham-se germes de discórdia entre as famílias, diminui-se e rebaixa-se a dignidade das mulheres [...]<sup>208</sup>

A associação entre trabalho feminino e divórcio estava presente nos jornais católicos, uma vez que, primeiramente, ao trabalhar fora de casa, as mulheres deixariam suas funções de mães e esposas de lado. Em um segundo momento, a independência financeira perante os homens não era bem vista. Para o poder eclesiástico, a dependência feminina mantinha os casamentos, sem a qual o divórcio sempre seria uma opção.

O clero se posicionou criticamente perante os ventos da modernidade que chegavam até as mulheres, como podemos observar no seguinte fragmento: “A mulher moderna só quer ser esposa e aborrece a missão honrosa de mãe, para poder gozar da vida. Pobre dela na hora da morte!”<sup>209</sup>

Assim, podemos observar que os jornais católicos fazem parte dessa construção social da mulher, porque reforçam a ideia de um modelo rígido de feminilidade em nosso corpo social. Ainda com relação à questão do divórcio, podemos notar, no artigo acima, que a fala dos prelados identifica que todos são penalizados. Entretanto, a mulher seria muito mais, pois perderia sua dignidade que estava relacionada com a condição de mãe e esposa. Desse modo, o discurso religioso, a partir de sua fala normativa, tentou condicionar as tarefas femininas no ambiente privado de seus respectivos lares, mas, como bem sabemos muitas mulheres não seguiram esse modelo comportamental, como veremos a seguir.

O fragmento abaixo, extraído de *O Lampadario*, destaca o valor da maternidade e da infância para a normatização da sociedade. Mais uma vez, esse discurs-

---

<sup>208</sup> Matrimônio indissolúvel por sua natureza. **O Lar Católico**, 26 de jan. 1930. ano XVIII.nº 4, p. 28.

<sup>209</sup> Esposa e mãe. **O Lar Católico**, 18 de Nov. 1934.ano XXII. Nº 46, p.365.

so do poder eclesiástico tenta fazer com que as mulheres valorizassem mais o trabalho exercido dentro do ambiente doméstico, para que elas não optassem por atividades externas. E, assim, contribuíssem para o projeto de recristianização da sociedade.

Cabe a mulher relevantíssimo trabalho na sociedade. Da educação do berço depende o caráter de futuros cidadãos que, mais tarde, no desempenho de sua missão, atuarão como elementos valiosos ou maus. Parece exagero falar-se desse modo mas a prática de todos os dias nos mostra que assim sucede [...] Vejamos uma moça educada para o mundo. Jamais será uma excelente mãe, na verdadeira acepção do termo. Como poderá dar aquilo que não recebeu? Mães há que, indiferentes ao que trás as verdadeiras vantagens as filhas e a si, que é dar-lhes uma educação cristã, descutam por completo dessa matéria. E o que se vê como triste resultado? Moças que vivem exclusivamente para as coisas do século, incapazes de se mortificar, falidas para a execução de qualquer obra boa e meritória, que exija algum sacrifício [...]<sup>210</sup>

Em uma primeira leitura, podemos observar que o artigo ressalta a educação dos filhos como responsabilidade somente das mulheres, porque as crianças são o futuro da nação e serão os novos cidadãos da pátria. Em uma leitura mais atenta, entretanto, percebemos uma crítica às mulheres que são educadas para o mundo, ou seja, àquelas que não são criadas para serem boas esposas e mães zelosas, pois mais uma vez temos a valorização da maternidade já que, “A maternidade se constituiu num dos mitos da nossa cultura, exercendo-se em seu nome forte manipulação sobre a mulher que desde muito cedo, é bombardeada com estímulos para o exercício de tal mister como algo para o qual não cabe qualquer modalidade de opção [...]”<sup>211</sup>

Desse modo, a ênfase na maternidade relegada às mulheres, está muito condicionada a um discurso que tinha por finalidade valorizar o trabalho feminino em seus respectivos lares e tentar fazer com que vissem nessa tarefa uma “mis-

---

<sup>210</sup> A mulher. **O lampadário**, 25 de fev. 1939.ano XIII. n° 670, p.2.

<sup>211</sup> SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1989, p.325.

são”. Todas as mulheres que seguiam esses padrões, porque orientadas pela Igreja, eram enaltecidas como as “rainhas de seus lares” os “anjos domésticos”. Todavia, aquelas que ousassem, optando por trabalhar fora de casa, com a finalidade de conseguir a autonomia financeira ou, até mesmo, reivindicasse a separação, eram extremamente criticadas pelo poder espiritual, na medida em que estariam desestruturando toda uma construção simbólica já há muito arraigada.

Dentre os discursos moralizadores analisados nessa pesquisa, podemos observar a definição da esfera privada para as mulheres e à esfera pública para os homens. Essas falas, por vezes, tiveram por finalidade forjar um tipo de representação para as mulheres que, por muitas vezes, não se adequavam ao dinamismo da realidade. Assim, Roger Chartier identifica que,

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.<sup>212</sup>

A partir do pensar do autor acima citado, podemos entender que os discursos sempre têm um objetivo que, por vezes, podem ser conduzir o comportamento das pessoas: o modo como se vestem, como falam, como se portam perante o corpo social. Então, os discursos em torno do modelo ideal de mulher, tentavam conduzir o gênero feminino a uma realidade que não fazia parte do contexto social, cultural e econômico de muitas, porque a valorização da maternidade tinha por objetivo desqualificar o trabalho externo das mulheres.

Para Pierre Bourdieu, “[...] o mundo social e suas arbitrarias divisões, a começar pela divisão socialmente construída entre os sexos, como naturais, evi-

---

<sup>212</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990, *loc.cit.*, p.16.

dentos, adquire, assim, todo um reconhecimento de legitimação.”<sup>213</sup> Logo, os discursos normativos, por vezes, são naturalizados como se fossem “normais”, assim como a restrição do espaço privado para as mulheres e a abertura do público para os homens. Contudo, não podemos nos esquecer de que muitas mulheres fugiram desses padrões normativos e trabalharam fora de casa, conquistando sua independência perante seus cônjuges.

A historiadora Rachel Soihet enfatiza que “A organização familiar dos populares assumia uma multiplicidade de formas, sendo inúmeras as famílias chefiadas por mulheres sós. Isso se devia não apenas às dificuldades econômicas, mas igualmente às normas e valores diversos, próprios da cultura popular [...]”<sup>214</sup> Desse modo, o discurso da família burguesa ou nuclear, dividia tarefas específicas para mulheres e para homens, contudo não se enquadrava na realidade social das classes mais abastadas, uma vez que, assim como salienta Soihet, a organização dos populares tinha uma diversidade muito grande, onde até tínhamos mulheres que eram chefes de suas respectivas famílias. Isso se deu tanto por questões econômicas, dado que muitas dessas mulheres eram abandonadas por seus respectivos cônjuges, ou os mesmos não tinham condições de sustentar suas famílias sozinhas. Então, a alternativa que restava às mulheres era trabalhar para o sustento da família e também por um fator cultural, como observa a historiadora supracitada. Uma vez que o universo cultural das classes mais abastadas assumia uma pluralidade muito grande, nesses grupos, as mulheres sempre tiveram uma relativa independência com relação aos homens, já que era habitual o trabalho feminino.

Apesar de encontrarmos algumas mulheres trabalhando em casas de comércio ou como operárias, o serviço doméstico era o principal reduto ocupacional das mulheres pobres [...] O trabalho remunerado da mulher pobre, portanto era, em geral, uma extensão das suas funções domésticas [...] Essa possibilidade de arrumar trabalho com alguma facilidade colocava a mulher po-

---

<sup>213</sup> BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014, *loc.cit.*, p.17.

<sup>214</sup> SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 362.

bre em posição de relativa independência em relação a seu homem [...]”<sup>215</sup>

Contudo, é importante enfatizar que, apesar de muitas mulheres trabalharem fora do ambiente doméstico, ainda tinham que conviver com os discursos preconceituosos a seu respeito, porque “a rua simbolizava o espaço do desvio [...]”<sup>216</sup>.

Aquelas mulheres que trabalhavam fora de casa tinham sua honra e moralidade questionadas, uma vez que a rua era o lugar do homem, não da mulher, de acordo com os discursos normativos do período. Logo, observamos toda uma simbologia que colocava o espaço público como um lugar masculino e não feminino.

A mulher pobre, cercada por uma moralidade oficial completamente desligada de sua realidade, vivia entre a cruz e a espada. O salário míngua e regular de seu marido chegaria a suprir as necessidades domésticas só por um milagre. Mas a dona de casa, que tentava escapar à miséria por seu próprio trabalho, arriscava sofrer como o pejo da “mulher pública”<sup>217</sup>.

Assim, podemos observar, como relata a pesquisadora Cláudia Fonseca, em consonância com a historiadora Rachel Soihet, que as mulheres que trabalhavam fora do ambiente privado de seus lares, tinham que conviver com discursos que as desmoralizavam por conta dessa subversão. Trabalhar fora de casa significava, portanto, deixar os filhos descuidados, de acordo com o discurso de médicos, juristas e religiosos.

Em um período em que a valorização da maternidade estava em alta, trabalhar fora de casa era um motivo para que a mulher fosse julgada, uma vez que não

---

<sup>215</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001, p.204.

<sup>216</sup> SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 365.

<sup>217</sup> FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009. p.516.

estaria cumprindo sua “vocação natural”. Tal vocação, como já dito, era baseada em uma construção social que definia que ser esposa e mãe eram as atividades exclusivas para o gênero.

De modo que esse arcabouço simbólico desqualificava a profissionalização das mulheres e enfatizava sua “vocação” como guardiã do lar, assim como observava Bourdieu,

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça – a estrutura do espaço, o mercado reservado aos homens e a casa reservada às mulheres.<sup>218</sup>

A desqualificação do trabalho feminino fora do ambiente privado do lar era uma forma de fazer com que as mulheres fossem cada vez mais dependentes de seus maridos, pois o mundo do trabalho “[...] era representado pela metáfora do cabaré, o lar era valorizado como o ninho sagrado que abrigava a “rainha do lar”[...]”<sup>219</sup>, ou seja, o espaço público era considerado impuro, um lugar de perdição, porque “O espaço público [...] era reservado para aquelas que haviam se entregue à prostituição, mulheres “da rua”,<sup>220</sup>. Esse perfil de mulher não era condizente com a doçura tida como natural. Como salienta Jurandir Freire, “[...] A mulher que trabalhava punha em risco os termos do acordo. Tornava-se economicamente liberada do marido e intelectualmente equiparada ao homem.”<sup>221</sup> Logo, nesse período, temos um discurso que tinha uma finalidade contrária à citação anterior, pois, nesse momento, o que os médicos, juristas e religiosos tinham em mente era a maior dependência possível das mulheres perante os homens.

---

<sup>218</sup> BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014, p.18.

<sup>219</sup> RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 588.

<sup>220</sup> AZZI, Riolando; GRIPJ, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/ 3-2: terceira época: 1930-1964**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008, p.131.

<sup>220</sup> COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999, p.260.

<sup>221</sup> *Ibidem*, p.260.



Assim, independente do fato de muitas mulheres já ocuparem o espaço da rua, no contexto histórico delimitado para a pesquisa, ainda assistimos a propagação dos discursos que reforçavam o papel de “rainha do lar”, que desqualificavam a profissionalização feminina. De modo que, em alguns artigos pesquisados, notamos o empenho do clero para persuadir as mulheres com relação à sua “vocação natural” de ser mãe e esposa, como nos fragmentos abaixo:

Pode a mulher casada, sem prejuízo da direção de seu lar e da educação de seus filhos, entregar-se a atividade política? Se essa atividade se limitar ao simples exercício do voto, ela pode perfeitamente exercer-la sem prejuízo algum. Sem porem, essa atividade se estender a representação política, só com o sacrifício quase total das suas funções de mãe e de esposa ela poderá exercer. O bom desempenho de um lugar de Deputado ou Senador exige horas e horas de estudo consecutivo de questões, por vezes vitais para a nacionalidade. Como poderá a mulher, no meio de tantas e tão graves preocupações, cuidar de seu lar, da educação de seus filhos, destes sobretudo, que exigem constante vigilância?<sup>222</sup>

A família é constituída de ordinário a imagem e semelhança da mulher, esposa e mãe; ela faz o lar, é a sua pedra angular. Grande número de mulheres tendem hoje a desamparar o lar e a desprezar os cuidados domésticos. E o interior de sua casa é feio, tedioso, desordenado, repele o homem em vez de o atrair; atrai-o para a taberna, para o cinema, para a jogatina. E dentro em pouco, eis a dissociação do ménage, talvez a ruptura das relações conjugais, a quebra da unidade da família. Resultado? O triunfo do álcool, do jogo e da imoralidade. Pela sua negligencia, ou ignorância, a mulher é em parte, responsável pelos vícios do homem e também pela má educação dos filhos que nasce em tais meios. As economias depressa se dissipam, chega a miséria... E afinal, um pouco de amor e um pouco de senso cristão, teriam feito prosperar e tornar feliz a associação conjugal!<sup>223</sup>

Acima, temos dois artigos retirados de jornais católicos de Juiz de Fora/MG. Neles, podemos observar o discurso dominante da época: a tentativa de preservar as mulheres no ambiente privado do lar. Em ambos os textos, a ênfase é

---

<sup>222</sup> A mulher e a política. **O Lar Católico**, 14 de ago. 1932. ano XX. n°33, p.261.

<sup>223</sup> A mulher no lar. **O Lampadario**, 04 de Nov.1939. ano XIV, n° 706, p.2.

a mesma: como mulheres poderiam exercer outra atividade sem deixar de cumprir suas tarefas principais no ambiente doméstico? Essa era a principal questão debatida nos jornais, porque, para os prelados, a educação das crianças e o cuidado com a casa era exclusividade das mulheres. Portanto, mais uma vez, temos um discurso que tenta fazer uma construção social sobre o real dever das mulheres, no qual a sua profissionalização é totalmente questionada e desvalorizada.

No primeiro artigo, podemos verificar que a maior preocupação dos prelados era o fato da mulher secundarizar o trabalho no espaço privado e dar mais ênfase ao trabalho público, pois o primeiro é considerado o dever da mulher, onde deve concentrar seus esforços, de acordo com o poder espiritual. Dentro dessa perspectiva, as mulheres já possuem muitas atribuições e, desse modo, não teriam tempo para atividades externas.

No segundo artigo, podemos observar todas as funções que são relegadas exclusivamente às mulheres, como o cuidado com os filhos, com o marido e a casa. Na medida em que a esposa deixa essas funções de lado, é a culpada pela dissolução matrimonial. Assim como podemos notar no artigo, é relatado que aquela mulher que não cuida bem de sua casa, faz com que seu marido fique insatisfeito. Consequentemente, ele começa a ter atitudes que trazem desarmonia, mas isso é culpa da mulher, porque a família será constituída através de seus atos. Se for uma “boa” mulher, que segue todos os padrões normativos da sociedade, sua família terá harmonia. Ao contrário, se for uma mulher que preza pela modernidade, por sua emancipação, tudo será perdido e sua família desarticulada, o que poderá ocasionar o rompimento do vínculo matrimonial. De modo que podemos verificar que, em ambos os artigos, a pauta se concentra na valorização do espaço privado para as mulheres e que esse deve ser somente o seu lugar de atuação.

Apesar de identificarmos diferentes discursos que prezam pela submissão feminina, a tentativa de universalização do comportamento da mulher não foi de fato alcançada, porque muitas mulheres tiveram que trabalhar fora de casa para sustentar seus filhos. Por isso, tiveram que conviver com o julgamento de uma sociedade que as condenava por tal subversão dos padrões comportamentais da época em questão.

#### 4.2. A Igreja Católica e suas doutrinas: as mulheres entre o casamento e a possibilidade do divórcio

A moça, quando se casa, deve estar convencida de que a boa harmonia do lar depende do acordo mútuo entre os esposos. Para isso é preciso que ambos procurem entender-se, evitando tudo que possa perturbar a felicidade conjugal. Essa depende, em grande parte da mulher. Um lar bem arranjado, onde cada coisa tem o seu lugar, cada pessoa compreende seus deveres, e os cumpre religiosamente, atrai o marido, prendendo-o nas horas vagas. Toda discussão deve ser evitada como causa próxima de mal entendidos prejudiciais. Uma palavra de carinho, um agrado são armas poderosas para que a mulher conserve sempre um lugar especial no coração de seu esposo. Não contrariá-lo deve ser o seu empenho máximo, mesmo que isso lhe custe, às vezes, a não satisfação de um capricho. Se todos compreendessem essas cousas, e contrariassem seus ímpetos nervosos, a vida em comum seria fácilíssima. Mas hoje com o feminismo triunfante, cada qual quer gritar mais, esquecendo os fins nobres do casamento. Esse é o grande mal.<sup>224</sup>

Podemos observar, a partir do artigo acima, retirado do jornal *O Lampadario*, que a mulher tem uma tarefa fundamental para a manutenção de seu casamento, pois depende dela a harmonia do lar e a satisfação do esposo. De acordo com o discurso religioso, a mulher era peça fundamental para a manutenção do casamento, pois deveria cuidar de sua casa e de seu marido, de modo que os laços matrimoniais ficassem mais sólidos.

Evitar qualquer tipo de discussão deveria ser o dever das mulheres, de acordo com os prelados. Sua tarefa se fosse bem compreendida de acordo com o poder eclesiástico, deveria ser agradar o marido. Além disso, como podemos observar no artigo acima, o feminismo é criticado, o que desqualifica a “nobre missão da mulher”.

Para os prelados, no período de estudo da referente pesquisa, o feminismo está condicionado a discursos de emancipação feminina, bem como com a possibilidade do trabalho fora do lar e o divórcio: questões veementemente combatidas pelo poder eclesiástico em seus periódicos.

---

<sup>224</sup> *O Lampadario*, 22 de jun. 1930. ano V.nº201,p.2.

A indissolubilidade dos laços matrimônios sempre foi uma questão de destaque para a Igreja. Nesse período de recristianização, o tema ganhou ainda mais espaço nos periódicos e o debate em torno do casamento estabeleceu uma relação direta com a postura da mulher, visto que o sucesso de seu matrimônio dependia dela, de acordo com os prelados.

De modo que o discurso da Igreja Católica com relação à família sempre foi pautado pela submissão da mulher perante o homem, tanto é que o poder eclesiástico defendia a permanência das mulheres no ambiente privado do lar. Com essa fala, os prelados tinham por finalidade mantê-las, cada vez mais, presas a seus cônjuges, pois ao serem donas de casa, financeiramente, eram totalmente dependentes de seus maridos: “Um dos aspectos que a Igreja Católica continua a defender com firmeza nesse período é que, através do casamento, a esposa passa a ser dependente do marido devendo por conseguinte manter sempre uma atitude de submissão perante a ele”.<sup>225</sup>

Para o pesquisador Riolando Azzi, o trabalho no espaço público colocava em questão a afirmativa da Igreja Católica de que a mulher deveria ser dependente de seu marido, pois era dever do mesmo ser o chefe da família.<sup>226</sup> Assim, ao trabalhar fora de casa, as mulheres estavam desconstruindo todo um “modelo ideal” de casamento, no qual cada membro tinha sua função bem definida.

O casamento foi uma tentativa de privação para as mulheres, por conta de toda simbologia que o envolvia. E, dessa maneira, a honra das famílias estava vinculada à postura das mulheres e, quando casadas à situação não mudava, já que, como salienta as pesquisadoras Marina Maluf e Maria Lúcia Mott, “Era aconselhado que as mulheres principalmente as casadas, não fossem a rua com um homem que não fosse seu, pai, irmão ou marido, pois poderia comprometer tanto sua honra quanto a de seu cônjuge.”<sup>227</sup> Logo, podemos observar como as mulheres

---

<sup>225</sup> AZZI, Riolando; GRIPJ, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/ 3-2: terceira época: 1930-1964. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008, p.146.

<sup>226</sup> AZZI, Riolando. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964). In: MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). **Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1993. p.105.

<sup>227</sup> MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, F. (ORG.). **História da vida privada no Brasil**. V.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 368.

estavam envolvidas em todo um conjunto de representações, das quais dependiam a sua dignidade e honra.

[...] A imagem da mãe-esposa-dona de casa como a principal e mais importante função da mulher correspondia àquilo que era pregado pela Igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa. Mais que isso, tal representação acabou por recobrir o ser mulher e a sua relação com as suas obrigações passou a ser medida e avaliada pelas prescrições do dever ser.<sup>228</sup>

Michelle Perrot identifica que, no século XIX, se acentuou cada vez mais a divisão entre os sexos. Nesse período, foi estabelecido para cada gênero suas funções, seus papéis, seus espaços, tudo quase predeterminado, e que dentro desse processo, “[...] o casamento burguês foi a chave da opressão das mulheres [...]”<sup>229</sup> Logo, a pesquisadora constata que, no casamento, a mulher, cada vez mais, foi sendo oprimida por discursos normatizadores que queriam estabelecer uma construção social do que era ser mulher, de qual deveria ser o papel feminino na sociedade.

Contudo, a historiadora Rachel Soihet salienta que, embora o casamento para a classe burguesa fosse a única via aceitável para a união entre o homem e a mulher, para as classes populares foi quase uma última alternativa, pois dentro das categorias menos abastadas o casamento formal não era preponderante.<sup>230</sup>

O casamento formal nesse grupo social não garantia uma estabilidade financeira, pois em muitas famílias populares as mulheres que trabalhavam quando eram solteiras como operárias, comerciárias, empregadas domésticas, lavadeiras, costureiras,

---

<sup>228</sup> MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, F. (ORG.). **História da vida privada no Brasil**. V.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 373.

<sup>229</sup> PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006, p.175-178.

<sup>230</sup> SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1989, p.248.

mantiveram seus empregos após o matrimônio, por razões econômicas [...]”<sup>231</sup>

Assim, mais uma vez, é possível refletir a respeito da pluralidade que habita o universo feminino. O casamento, apesar de ser considerado uma “ascensão” para as mulheres burguesas, já que teriam um nome e uma posição social. Para as mulheres pobres, diferentemente, o casamento se revestia de uma realidade, por vezes, bem distante, pois como observa Roger Chartier, o que nós temos dentro desses discursos sobre o casamento são “[...] lutas de representações, onde o que está em jogo é a ordenação, logo a hierarquização da própria estrutura social [...]”<sup>232</sup>. O mesmo autor ainda nos esclarece que “[...] O casamento legítimo provavelmente era valorizado pela maior parte da população porque proporcionava estabilidade às famílias, o que poderia ser essencial para a mobilidade social, a segurança econômica e mesmo para a sobrevivência[...]<sup>233</sup>

Partindo da reflexão acima, podemos observar que tais discursos normatizantes tinham por objetivo elevar, de maneira gradativa, o nível de submissão e dependência feminina. Em uma hierarquia na qual tínhamos esferas de atuação bem definidas para cada sexo, a relação de dependência das mulheres aumenta sobremaneira, porque ao definir que o espaço público é do homem, temos toda uma desqualificação do trabalho feminino fora do lar e toda uma valorização do trabalho doméstico para as mulheres. Assim como observa Perrot, “A distinção entre público e privado implica uma segregação sexual [...]”<sup>234</sup>. É possível observar esse discurso moralizante na fala da Igreja Católica, porque nos jornais fica clara essa hierarquização entre os homens e as mulheres:

Da observância desta ordem entre o marido e a mulher já falou com muita sabedoria o nosso predecessor Leão XIII, de feliz

---

<sup>231</sup> ROSA, Rita de Cássia Vianna. **As mulheres de “Paraiburgo”**: representações de gênero em jornais de Juiz de Fora/MG (1964/1975). Dissertação de mestrado. Niterói, 2009, p.122.

<sup>232</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990, p.23.

<sup>233</sup> CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Ed. Unicamp, 2000, p.29.

<sup>234</sup> PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006, p.208.

memória, na encíclica que já recovidamos acerca do Matrimônio Cristão: O marido é o príncipe da família e a cabeça da mulher.<sup>235</sup>

A fala reiterada do poder eclesiástico está diretamente envolvida no fato de a mulher sempre se posicionar atrás do homem, porque, como podemos observar no trecho acima, o homem é a cabeça da mulher, ou seja, ele é quem comanda, é quem dita as regras. Então, na medida em que a mulher é totalmente dependente, não pode questionar nada do que acontece ao seu redor. Entretanto, no momento em que adquire sua independência financeira, com autonomia para o próprio sustento, a mulher subverte a ordem dita “natural” na hierarquia dos gêneros.

Dessa maneira, a autonomia feminina questiona de frente o poder eclesiástico que considera a mulher como o sexo frágil, incapaz de pensar nas consequências de seus atos e que, portanto, precisa de orientação para permanecer nos modelos do casamento tradicional. Como nos esclarece Bourdieu,

[...] à medida que decresce a dependência objetiva, que contribui para produzi-las e mantê-las (a mesma lógica de ajustamento das tendências às oportunidades objetivas explica por que se pode constatar que o acesso das mulheres ao trabalho profissional é fator preponderante de seu acesso ao divórcio.<sup>236</sup>

Todo o discurso da Igreja Católica de valorização da maternidade e do trabalho doméstico estava relacionado a um período em que as mulheres começaram a ter mais espaços de atuação no setor público e também ao fato dos discursos em torno do divórcio estarem cada vez mais presentes. Logo, a independência financeira das mulheres era vista, pelos padres, como um passo rumo ao divórcio. Assim, através dos jornais, o clero tentou difundir um ideal negativo acerca da dissolução matrimonial, elucidando de que maneira tal atitude seria prejudicial, sobretudo para as mulheres, como podemos notar no fragmento que se segue:

---

<sup>235</sup> Encíclica. **O Lar Católico**, 22 de mar.1931. ano XIX. n°12, p. 92.

<sup>236</sup> BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014, p.49.

O divórcio é contra a lei de Deus, causa o rebaixamento da mulher, causa a infelicidade dos filhos, enfraquece e destrói o amor mútuo entre os casados. Destrói a paz do lar, ataca a fidelidade conjugal, é porta aberta a crimes e devassidões, é contrário a crença católica do povo brasileiro, é contrário as louváveis tradições brasileiras, é um crime de lesa-patriotismo, é um atentado contra a moralidade da família brasileira [...] A mulher, abandonada, ficará sem arrimo ou se perderá [...] A tradição brasileira é pela indissolubilidade do matrimônio. O divórcio será a ruína da nossa Pátria.<sup>237</sup>

Podemos observar, no artigo acima, as várias críticas em torno do divórcio, uma vez que o mesmo seria o destruidor das famílias e da pátria. Contudo, o mais interessante é que o discurso que prepondera no referido artigo é que a mulher é quem vai carregar os prejuízos do divórcio, porque será rebaixada, abandonada e, possivelmente, se perderá.

Os homens não iriam sofrer com nenhum tipo de alteração? Não seriam rebaixados também? Como podemos observar no discurso, em uma sociedade marcada por construções sociais em torno da representação das mulheres, verificamos que elas, realmente, seriam as mais penalizadas com a dissolução matrimonial, pois em uma comunidade na qual o casamento representa ascensão social e honra, a sua dissolução faria com que as mulheres ficassem estereotipadas como divorciadas e largadas.

A valorização do casamento, a desqualificação do divórcio e a divisão de tarefas entre os sexos, foi um debate ferrenho nos jornais católicos, como já analisamos em diversos momentos nessa pesquisa. Com o nítido intuito de frear as novidades que o mundo moderno trazia em si, o discurso católico era pautado pela sacralidade dos laços matrimoniais e pela virtude feminina como mãe e esposa, como os fragmentos de jornal abaixo pode comprovar:

---

<sup>237</sup> Protestai contra o divórcio! **O Lar Católico**, 12 de fev.1933. ano XXI. n° 7, p.50.



[...] o contrato sagrado, não é uma simples exigência física da natureza ou passageira satisfação pessoal, o matrimônio não está sujeito às condições dos outros contratos ordinários, que as vontades dos contraentes, como os fizeram, os podem desfazer. Pois que nesse contrato sagrado estão empenhados interesses tais e de tanta gravidade que sobrepõem as variações da vontade humana.<sup>238</sup>

Em primeiro lugar, os cônjuges tem na estabilidade absoluta do vínculo aquele sinal certo de perenidade que é exigido por sua natureza [...]

Ela constituí além disso, pela castidade fiel, um sólido baluarte de defesa contra as tentações de infidelidade [...] Admiravelmente ainda a estabilidade do matrimônio provê o cuidado e educação dos filhos, obra de longos anos [...]<sup>239</sup>

Como podemos observar nos artigos acima, o poder eclesiástico tentou reforçar que o casamento não passa pela satisfação pessoal, pois tem que ser pensado de forma coletiva, não individual e que a vontade dos nubentes não está em questão, pois os laços matrimoniais estão acima das vontades humanas. No segundo trecho, são acrescentadas as vantagens da estabilidade matrimonial que vão desde a questão da fidelidade até a criação dos filhos.

Logo, podemos constatar a posição da Igreja Católica acerca do casamento, pois a dissolução do mesmo traria consequências mais prejudiciais para as mulheres do que para os homens, de acordo com o discurso do poder eclesiástico em seus periódicos. Por isso, a fala dos prelados em torno da submissão das mulheres perante os homens e a dignidade do trabalho doméstico é tão enfática. A partir desses princípios, os casamentos seguiriam uma “ordem natural” e sua dissolução não estaria em questão.

Assim, é possível dizer que o casamento, sem dúvida alguma, foi uma tentativa de fazer com que as mulheres ficassem ainda mais longe do espaço público. Todavia, é relevante reforçar que os discursos a favor do casamento, da perma-

---

<sup>238</sup> Matrimônio coisa sagrada. **O Lar Católico**, 26 de jan.1930. ano XVIII. n° 4, p.28.

<sup>239</sup> As vantagens da indissolubilidade. **O Lar Católico**, 29 de mar.1931. ano XIX. n° 13, p.92.

nência das mulheres no ambiente doméstico e contrários ao divórcio, nas camadas populares, não tinham consonância com a realidade das pessoas. Para a classe burguesa, principalmente para as mulheres, o casamento era visto como uma ascensão social, ao contrário, para as mulheres pobres, a formalidade não era importante, pois sua independência com relação aos homens não fez o casamento ser a única opção de estabilidade, pois trabalhar fora de casa sempre foi uma constante para aquelas que tinham menos poder econômico.

### 4.3. Os jornais católicos e suas críticas à emancipação feminina

[...] A imprensa ao escrever e descrever o cotidiano o “constrói” e o “inventa” com sutilezas ímpares, pois ao selecionar notícias e imagens lhe confere o caráter de verdade. A cidade e seus habitantes reais retratados e ao mesmo tempo criados e imaginados **nos** e **pelos** jornais foram materializados pelo discurso da imprensa que se constitui em um jogo de representações **nas** e **pelas** palavras e imagens, assim como **nas** e **pelas** entrelinhas.<sup>240</sup>

Assim, como sintetiza a historiadora Rita Vianna Rosa na citação acima, podemos identificar nos periódicos um meio difusor de simbologias e representações, pois as notícias que saem nos jornais são selecionadas de acordo com o interesse de determinado grupo. Logo, os jornais religiosos não são imparciais, já que o que chega ao leitor é a informação de interesse daquele que a escolheu publicar. Portanto, através dessa escolha, a informação que chega é absorvida de várias maneiras, porque, sem dúvida alguma, qualquer notícia tem várias interpretações: a compreensão autônoma do leitor que faz inferências, a informação que o jornal quer passar como “verdade”. Desse modo, os modelos comportamentais que são disseminados para as mulheres, nos periódicos, nada mais são do que reapresenta-

---

<sup>240</sup> ROSA, Rita de Cássia Vianna. **As mulheres de “Paraiburgo”**: representações de gênero em jornais de Juiz de Fora/MG (1964/1975). Dissertação de mestrado. Niterói, 2009, p.1.

ções do que é ser mulher, porque o discurso masculino tenta estabelecer, a partir desse meio de comunicação, um modelo ideal de feminilidade, universalizando o modelo tido como “ideal” para as mulheres.

Nos anos finais do século XIX e início do século XX, temos diversas vozes discutindo sobre a permanência das mulheres no ambiente privado do lar ou sobre sua emancipação. A respeito desse último aspecto, médicos juristas e religiosos viam na emancipação feminina uma liberação caótica dos princípios morais da sociedade. Para eles, não era mais possível proteger a honestidade feminina, já os pensadores mais progressistas acreditavam que a modernização das normas sociais era urgente, uma vez que essas já estariam ultrapassadas.<sup>241</sup> Assim, a Igreja Católica, que era veementemente contra a emancipação feminina, se utilizou de seus jornais para criticar essa postura das mulheres.

Os mesmos mestres do erro, que por escritos e por palavras, ofuscam a pureza da fé e da castidade conjugal, facilmente destroem a fiel e honesta sujeição da mulher ao marido. Emancipação social, enfim, enquanto se afastam da mulher os cuidados domésticos tanto dos filhos como da família para que desprezados estes, possa entregar-se às suas inclinações naturais e consagrar-se até as funções e negócios públicos.<sup>242</sup>

Como podemos observar no trecho acima, os prelados tentam demonstrar que a função primordial das mulheres está restrita ao lar, exercendo sua função de mãe e esposa e que esse trabalho é puro e honroso para as mesmas. O espaço público, pois, é tido como um lugar de degradação da moral feminina.

A pesquisadora Kátia Borges observa que a utilização dos impressos, na ação pedagógica do processo de formação e educação das mulheres, não ficou somente restrita a uma disciplina escolar, porque adentraram os espaços públicos e privados e as relações sociais e culturais. Logo, a utilização de impressos contribuiu para induzir um modelo de representação ideal do sexo feminino, já que os

---

<sup>241</sup> CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Ed. Unicamp, 2000, p.27.

<sup>242</sup> A emancipação feminina. **O Lar Católico**, 03 de maio.1931. ano XIX. n°18, p.140.

mesmos tinham um discurso no qual prezavam pela conscientização das mulheres de seus direitos e principalmente de seus deveres.<sup>243</sup>

A independência feminina era tida como desvio pelo poder eclesiástico, já que isso traria uma desestruturação muito grande dentro da sociedade marcada por esferas bem definidas tanto para os homens, quanto para as mulheres. O discurso religioso acerca da conduta das mulheres fazia com que tivessem um padrão a ser seguido, caso não o seguissem estariam sujeitas aos questionamentos de sua dignidade.

No período de estudo da referente pesquisa, para além do período de urbanização e industrialização que permeou o Brasil e possibilitou a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, com a promulgação da Constituição de 1934, no campo político as mulheres tiveram uma grande conquista: o direito de voto. Consolidado esse direito, tiveram a oportunidade de exercer a cidadania.

Contudo, a Igreja Católica, antes mesmo de ser consolidado tal direito, já enfatizava que não via problema algum com relação à mulher poder votar, mas a hierarquia eclesiástica sempre quis reforçar o importante papel feminino no lar. Desse modo, os prelados queriam enfatizar que a prioridade das mesmas eram suas casas e que outras questões deveriam ser secundárias.

Ainda pairam algumas dúvidas no espírito de muitos católicos a respeito da doutrina da Igreja quanto ao voto feminino [...] Esposa e mãe sempre foram os títulos de realeza de que a mulher cristã se valeu para a realização desse grande apostolado do lar-empresa de grandes proporções, de incalculáveis possibilidades. Os tempos modernos ampliaram as influências da mulher no ambiente da sociedade, com a aprovação, o incentivo, mesmo da Igreja, segundo as palavras “supra” de S. S. Bento XV a feminista inglesa a Miss Brititch. Em face desta transformação social, ninguém ignora que o voto da mulher vai influenciar na próxima Constituinte nos subseqüentes debates e na redação definitiva da futura constituição[...]Para as católicas brasileiras, do mesmo modo que para os católicos, o voto não é só um direito é um dever de consciência[...]Católicas brasileiras, como grande maioria que sois, pugnai pelos interesses da Religião e da Pátria

---

<sup>243</sup> BORGES, Kátia. **Santa, esposa – mãe e professora**: revista Flor de Lácio e educação de mulheres no colégio Imaculada Conceição de Montes Claros 1943-1957). Dissertação de mestrado. Montes Claros. 2011, p. 32-33.

[...] Católicas brasileiras, protegei a consciência religiosa, de vossos filhos e irmãos! [...] Católicas brasileiras, defendei o reduto sacro-santo de vosso lar!

Como podemos observar no artigo acima, o voto feminino não era visto pelos prelados como um problema, mas, em primeiro lugar estava o dever feminino com seus respectivos lares. Ainda no artigo, a questão do voto feminino é visto pela Igreja como uma maneira de as mulheres defenderem os interesses católicos. Logo, a participação das mulheres na política, a partir do direito de voto, era uma forma, ao ver do clero, de os mesmos terem grandes aliadas em seus projetos doutrinários.

A historiadora Rita Vianna Rosa destaca que estudantes de engenharia iam para a porta da Facit (fábrica da periferia), em Juiz de Fora, para jogar milho para as operárias. A pesquisadora identifica que isso era uma forma de retaliação contra as mulheres que trabalhavam fora, e também ridicularizar sua independência financeira. Todavia, para esses estudantes, as mulheres eram consideradas “fáceis”, por isso jogavam milho fazendo alusão à galinhas, pois “[...] Nesse contexto, pode-se inferir que as condutas como as dos universitários são motivadas pelo desejo de manutenção do predomínio masculino nas relações de poder entre os gêneros [...]”<sup>244</sup>

O propósito desses estudantes era bem claro: dar continuidade à relação de poder entre os gêneros, no qual as mulheres deveriam ficar reclusas em suas casas, dependentes e submissas de seus maridos, perpetuando a hierarquização entre as relações de gêneros.

Para Pierre Bourdieu, “A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (esse) é um ser – percebido tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança, corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo e para o olhar dos outros [...]”<sup>245</sup> Assim, podemos identificar que esses discursos normatizantes em torno das mulheres, as

---

<sup>244</sup> ROSA, Rita de Cássia Vianna. **As mulheres de “Paraiburgo”**: representações de gênero em jornais de Juiz de Fora/MG (1964/1975). Dissertação de mestrado. Niterói, 2009, p.76.

<sup>245</sup> BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014, p.82.

colocavam sob constante vigilância, pois seu comportamento estava sempre sob a regulamentação e a representação que é forjada para elas.

Então, ser mulher, em uma sociedade marcada por rígidas regras comportamentais, é sempre estar sob vigilância, com diversos olhos voltados para seu modo de falar, de vestir, enfim, agir. Logo, nos jornais católicos, podemos verificar essa ênfase do modelo “ideal” de mulher e das consequências da sua emancipação.

No fragmento do artigo abaixo, intitulado “O lar e a mulher”, podemos compreender, mais detidamente, que a Igreja pensava a autonomia feminina como uma degradação da ordem social, como uma maneira de a mulher perder a doçura e se tornar masculinizada.

Somos dos que continuam a pensar que a mulher deve ser o “Anjo do lar” e não concordamos com a evolução do século atual ser uma “pieguice romântica” entrando na luta áspera da vida, trabalhando ombro a ombro com o homem, sendo enfim uma concorrente do homem na febril época atual, muitas vezes em contradição com a sua delicada psicologia. Há quem pense que a mulher que não trabalha fora do Lar, é uma parasita, só consome e não produz! Então procura um emprego publico, comercial ou outro que renda o suficiente para a sua manutenção, seja enfim independente! Mas valerá mesmo a pena deixar o recato do seu lar, masculinizar-se procurando igualar-se ao homem?<sup>246</sup>

Em outro fragmento de um artigo de um jornal católico, selecionado para embasar o desenrolar dessa pesquisa, notamos que, de acordo com os preceitos religiosos, a mulher que pensava no divórcio era considerada ingênua, já que não pensava nas consequências maléficas que sua decisão traria para a própria vida.

Os paladinos do divórcio, para iludir as pobres filhas de Eva, estão, a cada momento, falando da emancipação da mulher, na proclamação da igualdade dos sexos, arma jurídica que poderá ser invocada por qualquer mulher contra as prepotências e delicadezas do virago...Não cansam de dizer que o divórcio é a sua

---

<sup>246</sup> O lar e a mulher. **O Lampadario**, 26 de out.1940. ano XV. n 757, p.2.

libertação, é a única taboia de salvação, para o infortúnio matrimonial. E as pobres ingênuas ficam crendo que é assim mesmo. Até mulheres honestas fazem apologia de uma triste ilusão. Pobres coitadas!.. A mulher que o cristianismo nobilitou elevando da escravidão e ignomínia em que viveu na antiguidade pagã a altura de anjo do lar, a mulher é a triste vítima do misero divórcio. E' mil vezes mais sacrificada que o homem. Pensem bem mulheres, nestas palavras de Bonald (Du divorce p. 297): “ o casamento é uma sociedade natural e não uma associação comercial. As quotas não são iguais; o homem entra com a proteção de sua força, a mulher com as exigências de sua fraqueza. Em caso de separação, não são iguais os resultados. O homem sai com toda a sua autoridade, a mulher não sai com toda a sua dignidade, e de tudo que ela levou para o casamento, pureza virginal, juventude, beleza, fecundidade, consideração fortuna, em caso de dissolução, só poderá retomar o seu dinheiro”.E isto é mais do que óbvio. As mulheres, por mais que desejem, não são iguais em tudo ao homem. As diferenças fisiológicas e psicológicas dos sexos são indiscutíveis.<sup>247</sup>

Acima, temos dois trechos de artigos retirados do jornal *O Lampadario*. Neles, podemos observar questões primordiais para as reflexões suscitadas no presente trabalho: primeiramente, a ênfase da permanência das mulheres como “Anjos do lar”. Em seguida, os males que a emancipação feminina poderia causar, bem como o divórcio.

No primeiro fragmento, é questionado o fato de as mulheres trabalharem fora de casa, como se as mesmas estivessem competindo com os homens. Dessa maneira, podemos observar que o artigo destaca que o trabalho externo é coisa de homem e não de mulher. Em seguida, ainda nesse trecho, temos a valorização do trabalho feminino no ambiente privado do lar, através da expressão “Anjo do lar”. No artigo é enfatizado que o trabalho doméstico exercido pelas mulheres tem muito valor e que as mesmas não são parasitas, mas que contribuem muito para a organização familiar.

Já no segundo fragmento, a ênfase está no mal ocasionado pela emancipação feminina e que o principal malefício seria o divórcio, pois nesse período de estudo, a emancipação está muito associada às discussões em torno da dissolução matrimonial: “As mulheres desquitadas eram alvos de vigilância ainda maior, pois

---

<sup>247</sup> Emancipação da mulher. *O Lampadario*, 26 de abr.1941. ano XVI. n° 783, p.2.

se situavam de acordo com representações construídas em uma linha tênue entre ser e não ser honesta [...]”<sup>248</sup>. A independência feminina, pois, era considerado o primeiro passo em direção ao rompimento do vínculo matrimonial. A partir do discurso católico esse rompimento traz consigo um questionamento acerca da honra da mulher divorciada. Desse modo, no segundo trecho, é enfatizado que o divórcio é muito mais prejudicial para as mulheres do que para os homens. Mais uma vez há a tentativa de enfatizar as diferenças entre os gêneros e, consequentemente, a impossibilidade de igualdade entre eles.

De acordo com o artigo acima, quando acontece o divórcio, o homem permanece com sua autoridade, já as mulheres saem do casamento sem dignidade, porque sua honra e virgindade já foram perdidas. O homem, portanto, desfaz da mesma forma o vínculo conjugal. Porém, ele não perde nada, enquanto a mulher perde quase tudo. Assim, compreendemos como a representação de mulher, mãe e esposa é colocada com ênfase nesses escritos, porque quando as mulheres não representam esse papel são envoltas em todo um arcabouço simbólico que as marginalizam perante a sociedade.

No jornal *O Lar Católico*, temos dois artigos que vão reforçar a importante missão da mulher em casa, e, desse modo, desqualificar a sua emancipação, como podemos observar a seguir:

Não ignora ninguém que a alma da família é a mulher. O encanto da ordem, que delicia os olhos de quem visita uma casa de família, vem-lhe diretamente da ação que ali desenvolve a esposa e mãe [...] A família é, assim, o que a mulher quiser e puder. Nunca teremos famílias sãs com mulheres más, corrompidas, porque são elas que exercem o maior domínio nos lares.<sup>249</sup>

Prega-se por toda parte a emancipação das mulheres, como se tratasse da libertação de escravos [...] A mulher não pode ser igual ao homem. As suas vidas, os seus deveres, a sua função correm paralelas, são equivalentes, mas inconfundíveis. A imitação de certos atos e gestos masculinos degrada e a despresti-

---

<sup>248</sup> ROSA, Rita de Cássia Vianna. **As mulheres de “Paraiburgo”**: representações de gênero em jornais de Juiz de Fora/MG (1964/1975). Dissertação de mestrado. Niterói, 2009, p.84.

<sup>249</sup> A família e a mulher. **O Lar Católico**, 20 de abr.1941. ano XXII. n° 16, p.184



gia. Não são mulheres, as criaturas que deixam a vida do lar e os cuidados dos filhos, para irem à praça pública [...] Mulheres são as doces companheiras que aceitaram o amor do marido e os deveres e encargos da maternidade como uma benção do céu.<sup>250</sup>

De acordo com a historiadora Rita Vianna Rosa, “o discurso disciplinador, no qual a mulher tinha um papel decisivo na felicidade de suas famílias, foi construído no final do século XIX e início do século XX [...]”<sup>251</sup>. Logo, podemos verificar a reprodução desse discurso nos trechos acima, retirados de jornais católicos. Tal discurso responsabiliza as mulheres pela felicidade e pelo sucesso da casa, já que a família vai se constituir à imagem da mulher que a rege.

Ser mãe e esposa é a função primordial da mulher, segundo os prelados, a modernidade, entretanto, que avançava sobre as famílias nesse período especialmente no que diz respeito à emancipação feminina não era do agrado do poder eclesiástico. Assim havia todo um discurso no qual as mesmas seriam as responsáveis por suas famílias e que isso era algo muito honroso para as mesmas. Tanto que, no último trecho, podemos observar que temos a definição do que é e do que não é ser mulher, para o discurso religioso.

Ser mulher, dentro da visão do clero, é ser diferente do homem, cada um exerce funções determinadas que são equivalentes, porém, distintas. De maneira que imitar os homens degrada a imagem feminina, sobretudo no trabalho fora do ambiente doméstico. Em tal atitude está implícita a ideia de que as mulheres querem ocupar funções ditas masculinas. Por fim, temos o modelo ideal de mulher: exercer o papel de mãe e esposa, aceitando de bom grado essa “missão” que veio dos céus.

Roger Chartier identifica que, “Definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação, que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída, é sempre

---

<sup>250</sup> A missão da mulher. *O Lar Católico*, 10 de jan.1937. ano XXV.nº 2, p.12.

<sup>251</sup> ROSA, Rita de Cássia Vianna. *As mulheres de “Paraiburgo”*: representações de gênero em jornais de Juiz de Fora/MG (1964/1975). Dissertação de mestrado. Niterói, 2009, p.117.

afirmada como uma diferença de natureza, radical, irreduzível, universal [...]”<sup>252</sup> Assim, é possível identificar no pensamento da Igreja Católica, através de seus jornais, que a função das mulheres era algo “natural”, porque ser esposa e mãe deveria ser encarado como algo universal à condição feminina.

Desse modo, os periódicos católicos embasaram todo um discurso que contribuiu para a construção social do que é ser mulher e criticaram veementemente a emancipação feminina. Consequentemente, ajudaram também a reforçar discursos preconceituosos com relação àquelas mulheres que sempre tiveram de trabalhar seja por uma questão cultural ou econômica.

Desse modo, podemos concluir que os jornais católicos da cidade de Juiz de Fora, pesquisados para esse trabalho, contribuíram muito para a difusão de um modelo “ideal” de mulher e para as relações de poder entre os gêneros, pois nos referidos periódicos, temos uma construção social e cultural de feminilidade que deveria ser seguidas por todas. Contudo, como já mencionado anteriormente, a história das mulheres é revestida por uma grande diversidade, assim, muitas não fizeram parte dessa representação, forjada pelos jornais, de serem somente mães e esposas.

---

<sup>252</sup> CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. **Cadernos pagu** (4). 1995, p. 42.

## CONCLUSÃO

No decorrer da pesquisa, ao analisar os periódicos *O Lar Católico* e *O Lampadario*, bem como os processos de desquite da cidade de Juiz de Fora/MG foi possível perceber como são constituídas as representações para os gêneros e a maneira pela qual são absorvidas pela sociedade. O objetivo do trabalho, dessa maneira, foi identificar em que medida o discurso católico sobre o divórcio, em pleno regime republicano, estava em consonância com o corpo social.

Partindo da hipótese de que os jornais religiosos foram utilizados para difundir o pensamento moralizador da Igreja, sobretudo no que tange à divisão de tarefas de acordo com o gênero, no desenrolar da pesquisa, pudemos chegar a algumas conclusões bem relevantes.

Primeiramente, analisamos que os artigos retirados dos periódicos católicos tinham uma fala em comum no que concerne à questão do divórcio. Ambos os jornais analisados se posicionavam, veementemente, contra a dissolução matrimonial e responsabilizavam somente as mulheres pela manutenção da harmonia familiar.

Tanto *O Lar Católico* quanto *O Lampadario* foram jornais criados com a finalidade de tentar persuadir a população, através de doutrinas normativas. De modo que ambos tinham por escopo abordar questões que, *a priori*, não deveriam sofrer a interferência do poder espiritual. Todavia, a grosso modo, a Igreja interferiu sobremaneira em questões que permeavam o corpo social, sobretudo no debate em torno do divórcio.

Os periódicos, então, construíram uma representação de família na qual cada membro tinha seu espaço bem delimitado. Para os homens: o espaço público no qual ganhavam os recursos para prover suas famílias. Para as mulheres, entretanto, o espaço privado da casa, no qual eram tidas como “rainha do lar”.

Essas representações idealizadas pelo poder eclesiástico tentavam limitar a profissionalização das mulheres e impedir que trabalhassem fora de casa. A qualificação do trabalho doméstico feminino e a desqualificação do trabalho externo

exercido por elas foi uma constante nos jornais católicos. Associado à dissolução matrimonial, pelo fato de ocasionar a independência financeira, o trabalho fora de casa foi duramente combatido pelo poder espiritual.

Nas décadas de 1920 e 1930, surgem discursos que validam as ideias religiosas, bem como o médico e o jurídico que alegam que a maternidade e o cuidado com a infância devem ser preservados e que, por isso, as mulheres deveriam concentrar suas atividades em casa, porque o cuidado com as crianças era tido como uma “vocação natural” para elas”.

Desse modo, os periódicos católicos contribuíram muito para essa divisão de tarefas de acordo com o sexo, como se isso fosse algo “natural”. Contudo, ao mesmo tempo em que os prelados professavam ideias moralizantes, muitas mulheres subverteram a ordem tida como natural, já que trabalhavam fora de casa. Tal desobediência aos preceitos do clero contribuiu para reforçar o preconceito e a estigmatização dessas mulheres.

Destarte, analisando os processos de desquite da cidade de Juiz de Fora, tivemos uma grande surpresa: a maioria das solicitações de desquite partia de mulheres. Em um corpo social marcado por discursos de desigualdade entre os gêneros, o mito da mulher submissa não era uma constante. Desse modo, o discurso da Igreja Católica, no qual a submissão das mulheres era de suma importância para a manutenção do casamento, não estava em consonância com a realidade circundante.

Outra questão que permeou o trabalho foi a relação de mútua cooperação entre o poder temporal e o poder espiritual. A partir da análise dos jornais, foi possível identificar que essa relação se dava por conta dos objetivos em comum dos dois poderes: o controle da moral da sociedade.

De um lado, Getúlio Vargas necessitava do apoio da Igreja para estabelecer a ordem social e, então, equilibrar seu turbulento governo. Por outro, a Igreja precisava do apoio do governo vigente para dar continuidade a seus projetos. Assim, um precisava da legitimação do outro. Para selar essa união foi constituída uma aliança implícita, na qual ambos os poderes se beneficiavam. Assim, em pleno regime republicano, a Igreja Católica conseguiu suscitar debates, como, por

exemplo, a questão da promulgação do divórcio. Para tanto, contava com o apoio do governo para manter a posição de conselheira das famílias.

No decorrer da pesquisa, portanto, pudemos compreender a força dos jornais católicos como difusores de ideias moralizadoras, tais como a naturalização da subalternidade feminina, o respaldo ao poder do homem, o combate ao divórcio e à independência feminina. Apoiada pelo governo vigente, a Igreja tentou influenciar a maneira de pensar dos indivíduos no contexto histórico estudado.

Os periódicos católicos então, em nossa pesquisa são considerados tanto como objeto de estudo, no sentido de se constituírem como fontes para a pesquisa, e como sujeitos históricos na medida em que são difusores de representações para os gêneros em nossa sociedade.

Desse modo, podemos concluir que por mais que os jornais fossem difusores de pensamentos bem como a divisão entre os gêneros, esses discursos normatizantes não faziam parte da realidade de muitas mulheres que continuaram a trabalhar, a se divorciar, independentemente das orientações dos prelados.

## **REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS**

### **1. Fontes Manuscritas**

**Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora/Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora.**

- Fundo Benjamin Colucci - Processos de desquite 1930-1945, caixas 1-6.

### **2. Fontes Impressas**

**Arquivo da Comunidade Redendorista do Curato da Glória – Juiz de Fora**

- Jornal O Lar Católico 1942-1945

**Arquivo da Cúria Metropolitana de Juiz de Fora**

- Jornal O Lampadario 1930-1945

### **3. Fontes da Internet**

**Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional**

- Jornal O Lar Católico 1930-1941

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Claudio Aguiar. *Em plena guerra*: imprensa, catolicismo e política nas duas primeiras décadas do século XX. São Paulo: Objetiva, p. 327-359.

ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. **Classe operária em Juiz de Fora**: uma história de lutas (1912-1924). Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.

ARY, Zaíra. **Masculino e feminino no imaginário católico**. São Paulo: Anna-blume, 2000.

AZEVEDO, Thales. “Família, casamento e divórcio”. In: AZEVEDO, Thales. **Cultura e situação racial no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 109-139.

AZZI, Riolando; PEREIRA, Mabel Salgado. **Henrique José Hargreaves**: expressão do laicato juiz-forano. Juiz de Fora: Instituto cultural São Tomás de Aquino, 2003.

AZZI, Riolando; GRIPJ, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/ 3-2: terceira época: 1930-1964. Petrópolis: Vozes, 2008.

AZZI, Riolando. O fortalecimento da restauração católica no Brasil (1930-1940). In: **Síntese: Revista de Filosofia**. Belo Horizonte. v.6. n°17, 1979, p.69-85.

\_\_\_\_\_. **A neocristandade**: um projeto restaurador. São Paulo: Paulus, 1994.

\_\_\_\_\_. **Sob o báculo episcopal**: A Igreja Católica em Juiz de Fora 1850-1950. Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000.

\_\_\_\_\_. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964). In: MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). **Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1993. p.101-134.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**. Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad x, 2007.

BARBOSA, Wilmar do Valle. Relações entre laicidade e religião: considerações sobre uma tensão permanente. In: **Numen: revista de estudos e pesquisas da religião**.v.16.n. 1 (Jan/Jun 2013). Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.p. 79-102.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: Especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**, Vol.2: A Experiência Vivida, Rio de Janeiro: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a “Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização”. In: FAUSTO, Boris (org.) **História geral da civilização brasileira Vol 4 Tomo III: O Brasil Republicano: economia e cultura**. São Paulo: Difel, 1984.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: História e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 159-182.

BORGES, Kátia. **Santa, esposa – mãe e professora: revista Flor de Lácio e educação de mulheres no colégio Imaculada Conceição de Montes Claros 1943-1957**). Dissertação de mestrado. Montes Claros. 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

CAMURÇA, Marcelo; MARTINS, Sueli. A laicidade e o “jeitinho brasileiro”: formas diversificadas e improvisadas de regulação do religioso em ambientes laicos e públicos, o caso de escolas municipais de Juiz de Fora MG. **Numen: Revista de estudos e pesquisa da religião**.v.17.n.1 (Jan/Jun), 2014, p. 141-171.

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.



\_\_\_\_\_. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: DELGADO, Lucilia de Almeida; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estadismo**. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 107- 143.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino: imprensa e ideologia** No jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1980.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação** no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Ed. Unicamp, 2000.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. **Cadernos pagu** (4). 1995, p. 37-47.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **Europa dos pobres: a belle-époque mineira**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

CONFORTO, Marília; GONÇALVES, Gilberto. Até que o divórcio nos separe. *Jornal Forense de Porto Alegre*. In: MÉTIS: história & cultura – v. 11, n. 21, p. 281-295, jan./jun. 2012

COSTA, Giovani Bernardo. **Catolicismo tradicionalista e arautos do evangelho: aspectos fundamentais de um tradicionalismo católico**. Dissertação de mestrado, UFJF, 2014.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

COUTROT, Aline. **Religião e Política**. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, p.331-364.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Laicidade e religião. In: BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira; PASSOS, Mauro; SILVA, Wellington Teodoro(orgs.). **O Sagrado e o Urbano: diversidades, manifestações e análise**. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 127-133.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 223-277.

ESTEVES, Albino. **Álbum do município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Mazza, 1995.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 1997.

FERENZINI, Valéria Leão. “**A questão São Roque**”: devoção e conflito. Imigrantes Italianos e Igreja Católica em Juiz de Fora (1902-1920). Juiz de Fora: Funalfa, 2010.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009. p.510.553.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. 13ªed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola. 2006.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Edições Graal LTDA, Rio de Janeiro, 1999.

FRANCA, Leonel. **O divórcio**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

GRINBERG, Keila. **Código civil e cidadania**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GUARIZA, Nádia Maria. As guardiãs do lar: a valorização materna no discurso ultramontano. Dissertação (Mestrado). Curitiba: UFPR, 2003.

JUNIOR, James G Willian. Cidades de Papel: imprensa, progresso e tradição. Diamantina e Juiz de Fora /MG(1884-1914). Tese de doutorado. Universidade Federal de São Paulo, 2007.

JUNQUEIRA, Lígia de Souza. Educação e Imprensa Católica:a influência dos periódicos Lar Católico e o Lampadario no município de Juiz de Fora. ANAIS DO III ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS

RELIGIOSIDADES –ANPUH -Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. IN: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011. ISSN 1983-2859.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas: Editora Papirus, 1986.

LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus Pioneiros: Do Caminho Novo à Proclamação**. Juiz de Fora: UFJF e Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage, 1985.

LOPES, Cristiane Fernandes. **Quod Deus conjuxit homo non separet: um estudo de gênero, família e trabalho através das ações de divórcio e desquite no tribunal de justiça de Campinas (1890-1938)**. Dissertação de mestrado. São Paulo, 2002.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCA, Tania Regina de; Martins, Ana Luiza. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCENA, Paola Lili. **Nenhum lar sem o Lar Católico: Discursos e vivências sobre gênero, família e sexualidade no jornal Lar Católico(1954- 1986)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

LUSTOSA, Oscar F. **A Igreja católica no Brasil república**. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

\_\_\_\_\_. **Os bispos do Brasil e a Imprensa**. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, F. (ORG.). **História da vida privada no Brasil**. V.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 368-431.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história 500 anos da presença da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Paulinas. 2003.

MUSSE, Christina Ferraz. **A Imprensa e a memória do lugar: Juiz de Fora 1870-1940.** Trabalho apresentado ao GT de jornalismo, no XIII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sudeste, 2011.

MUSSE, Christina Ferraz; PEREZ, Luiza Quinet Ramos. **Lar Católico: a Igreja e a função pedagógica da imprensa.** Trabalho submetido ao III Encontro Regional Sudeste de História da Mídia no GT de História da Mídia Impressa, 2014.

OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora.** Juiz de Fora: Gráfica comércio e indústria LTDA, 1976.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: DELGADO, Lucília de Almeida; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estadismo.** V.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. P. 13 – 35.

PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das mulheres e das relações de gênero. **Revista brasileira de história:** São Paulo, 2007. v.27, n°54, p.281-300.

PEREIRA, Mabel Salgado. **Romanização e Reforma Ultramontana: Igreja Católica em Juiz de Fora (1890 – 1924).** Juiz de Fora: Irmãos Justiniano, 2004.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

TEIXEIRA, Kelly Cristina. **O que Deus uniu o homem não separe:** modernização, divórcio, gênero e romanização em Juiz de Fora (1890-1917). Dissertação de mestrado. UFJF, 2008.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

PUGA, Vera Lúcia. **Casar e separar:** Dilema social histórico. Revista Esboços, n° 17 – UFSC.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar:** a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 578-606.

ROSA, Rita de Cássia Vianna. **As mulheres de “Paraiburgo”**: representações de gênero em jornais de Juiz de Fora/MG (1964/1975). Dissertação de mestrado. Niterói, 2009.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A Família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, Dayse Lúcida Silva. **O divórcio e a nulidade de casamento: estudo de caso nas tensões na vida conjugal diamantinense de 1863 a 1933**. Trabalho adaptado da dissertação de Mestrado, UFMG, 2003.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**. São Paulo: Editora Unesp, 1992,p.63-95.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre.v.16, n.2, p.5-22.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Renata Lutiene da.**Famílias, direito, normas e poder**: os diversos relacionamentos familiares em Juiz de Fora, MG (1890-1920). Dissertação de mestrado. UFSJ, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Maud,1999.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**: Ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus. 1997. p. 399-429.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.p. 362- 400.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1989.

SOUZA, Jessie Jane Vieira. Os círculos operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil: uma discussão historiográfica. **Revista de História**.nº 7, 1998. p.149-172.

TEIXEIRA, Kelly Cristina. **O que Deus uniu o homem não separe**: modernização, divórcio, gênero e romanização em Juiz de Fora (1890-1917). Dissertação de mestrado. UFJF, 2008.

VIEIRA, Matheus Machado. “**Viciadas e perversas ou honestas e respeitadas?**” **A representação do matrimônio, da mulher e da família no discurso religioso e judiciário: Ponta Grossa (1930-1945)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2014.

VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado novo. . In:DELGADO, Lucilia de Almeida; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil republicano**: o tempo do nacional-estadismo. V.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.147-179.